



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DANILO CEZAR DA SILVA MONTEIRO

ENQUADRAMENTO MIDIÁTICO E INTERSECCIONALIDADE: O CASO
MARIELLE FRANCO NOS SITES FOLHA DE S. PAULO, O ANTAGONISTA
E PRAGMATISMO POLÍTICO

João Pessoa

2021

DANILO CEZAR DA SILVA MONTEIRO

**ENQUADRAMENTO MIDIÁTICO E INTERSECCIONALIDADE: O CASO
MARIELLE FRANCO NOS SITES FOLHA DE S. PAULO, O ANTAGONISTA
E PRAGMATISMO POLÍTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Mídia, Cotidiano e Imaginário.

Orientadores: Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão e Profa. Dra. Tatiana Maria Silva Galvão Dourado.

João Pessoa

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

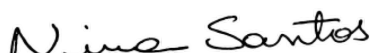
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS

ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO ALUNO

DANILO CEZAR DA SILVA MONTEIRO

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se através de videoconferência (<https://ide-fgv-br.zoom.us/j/96672870621?pwd=eUhjdUpjczNpZERwVTZyQkNmampGUT09>) , a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: “ENQUADRAMENTO MIDIÁTICO E INTERSECCIONALIDADE: O CASO MARIELLE FRANCO NOS SITES FOLHA DE S. PAULO, O ANTAGONISTA E PRAGMATISMO POLÍTICO”, apresentada pelo aluno Danilo Cezar Da Silva Monteiro, Bacharel em Jornalismo, pela Universidade Estadual da Paraíba, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM COMUNICAÇÃO, área de Concentração em Comunicação e Culturas Midiáticas, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. O Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão (PPGC/UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte as professoras Dra. Nina Santos (INCT.DD) e Dra. Fernanda Cavassana de Carvalho (IESP/UERJ). Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão, convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi argüido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: Aprovado. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Thiago Pereira Falcão (Secretário ad hoc), lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 28 de setembro de 2021.


Prof.^a. Dr.^a. Nina Santos


Prof.^a. Dr.^a. Fernanda Cavassana de Carvalho


Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão
Presidente da Banca

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M775e Monteiro, Danilo Cezar da Silva.

Enquadramento midiático e interseccionalidade : o caso Marielle Franco nos sites Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político / Danilo Cezar da Silva Monteiro. - João Pessoa, 2021.
165 f. : il.

Orientação: Thiago Pereira Falcão, Tatiana Maria Silva Galvão Dourado.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Enquadramento midiático. 2. Interseccionalidade. 3. Jornalismo. 4. Marielle Franco. I. Falcão, Thiago Pereira. II. Dourado, Tatiana Maria Silva Galvão. III. Título.

UFPB/BC

CDU 316.774(043)

A Cris, por tudo.
A Carmem, pelo apoio incondicional.
E a João, para sempre, pelo coração.

AGRADECIMENTOS

Ser pesquisador no Brasil não é fácil. Fazer pesquisa durante uma pandemia, tentando sobreviver a uma antipresidência gerida por uma família corrupta e genocida é um processo extremamente difícil. Encerrar um mestrado é entender que não se trata de um simples título, mas de um reconhecimento de privilégios que muitos como eu não têm e que se trata de uma conquista coletiva. Que, a despeito de tudo, estamos vivos. E que vencemos.

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Cristina Aparecida, por tudo. Pelo amor incondicional, pelos conselhos e por me mostrar como a educação pode ser transformadora. Ao meu irmão, Diego Monteiro, pelo companheirismo e por acreditar na minha capacidade. A minha avó, Geralda, por me ensinar que amor é um laço eterno tecido em ditados. A Márcia, por me criar e me ensinar a ser forte diante das adversidades. À Aninha, por ser uma fonte de alegria na minha vida. Essa conquista é de todos nós.

Agradeço a Carmem Ferreira, minha amiga, por ter me apoiado em todos os momentos. Só você sabe como este processo foi acompanhado de alegrias e dores. Sua presença foi inestimável e palavras são pequenas diante da sua importância. Eu amo você. Agradeço a João Victor, que sempre está na minha memória e pelo tal coração. É difícil pensar na sua partida, mas o todo jamais parte.

Alguns amigos foram importantes ao longo dessa jornada: Cláudio Monteiro, Ellen Costa, Leoncio Fernandes, Jhonatta Pereira, Lucas Campos, Mikaella Pedrosa, Chrisley Wellen, João Paulo Martins, Elizabeth Souza, Rui Monteiro, Rebeca Monteiro e Themí Sabino. Obrigado!

Neste período de mestrado, tive a sorte de conviver com pessoas que foram fundamentais para a minha formação acadêmica. Primeiramente, agradeço à professora Tatiana Dourado, por ter tornado o processo de orientação um ambiente agradável e de intenso aprendizado. Sem você, esta pesquisa não seria possível, e sou profundamente grato pela atenção e cuidado que sempre dispensou a mim. De igual forma, agradeço ao professor Thiago Falcão, pelas orientações ao longo do mestrado e por ter me apoiado nos momentos difíceis que passei. Agradeço também às professoras Nina Santos e Fernanda Cavassana, pelas relevantes contribuições na qualificação e na defesa final da dissertação.

Agradeço à minha turma de mestrado do PPGC/UFPB, que proporcionou um ambiente de acolhimento. Em especial, agradeço a Jade Vilar e Larissa Lopes, amigas

queridas que certamente levarei para o resto da vida. Obrigado por tudo! Aproveito o ensejo para agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro durante todo o curso.

Finalmente, agradeço a Marielle Franco. Para além de um objeto de pesquisa, ela é uma inspiração, pois viveu defendendo as causas que acreditava. Seu bárbaro assassinato não conseguiu silenciar sua voz; pelo contrário, Marielle agora ecoa e continua gerando frutos. Espero que este trabalho faça jus à sua memória. Marielle Vive!

*De todo jeito, eu falei, o Deus pra quem eu rezo e pra quem eu escrevo é homem.
E age igualzinho aos outro homem queu conheço. Trapaceiro, esquecido e ordinário.
Ela falou, Dona Celie, é melhor você falar baixo. Deus pode escutar você.
Deixa ele escutar, eu falei. Se ele alguma vez escutasse uma pobre mulher negra o
mundo seria um lugar bem diferente, eu posso garantir.*

Alice Walker
“A Cor Púrpura”, 1982

RESUMO

A dissertação analisa os enquadramentos provenientes da cobertura midiática do caso Marielle Franco nos portais Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político em uma perspectiva da teoria interseccional. O objetivo principal da pesquisa compreendeu a descrição e análise dos enquadramentos do caso nos três veículos supracitados, verificando a presença ou ausência dos marcadores sociais e interseccionais na cobertura jornalística. Teoricamente, o primeiro capítulo considerou as relações entre o jornalismo digital no Brasil com os principais acontecimentos políticos; e a polarização afetiva nas eleições de 2018, o que auxilia para a compreensão do contexto em que o assassinato ocorre. O segundo capítulo se debruçou especificamente sobre os conceitos de enquadramento midiático e teoria interseccional, considerando os primeiros aportes teóricos e a evolução das pesquisas desses campos. No aspecto metodológico, a pesquisa se constitui como estudo de caso, ancorado em duas correntes teóricas: enquadramento midiático (ENTMAN, 1993, WOZNIAK et al, 2015, RIZZOTTO et al, 2017) e interseccionalidade CRENSHAW (1989, 1991). A amostra final da pesquisa foi composta por 360 matérias, sendo 175 da Folha de S. Paulo, 132 de O Antagonista e 53 do Pragmatismo Político, que foram analisadas em duas etapas: recursos narrativos e enquadramento midiático nos moldes de Entman (1993). A análise dos recursos narrativos revelou um baixo grau de narratividade, com pouca frequência de drama. A única exceção é vista nos textos d'O Antagonista, cujo grau de personalização é alto. Em contrapartida, os papéis narrativos são bastante utilizados nos textos dos três veículos, que centralizam a imagem de Marielle como vítima de um crime político. No que diz respeito à análise do enquadramento midiático, percebe-se uma ausência de reportagens investigativas nos três portais, pois as matérias se limitam aos discursos advindos de fontes policiais e políticas, gerando enquadramentos que postulam a hipótese de execução política associada ao cargo que Marielle ocupava e não às pautas por ela defendidas. A pesquisa também identificou que os perfis editoriais distintos contribuiu para as diferenças nos enquadramentos construídos. De modo geral, viu-se que os marcadores sociais e interseccionais aparecem de forma pontual nas notícias, sendo relegados a agentes ligados aos movimentos sociais, da esquerda ou a familiares de Marielle Franco. Por fim, concluiu-se que os enquadramentos do caso Marielle nos três portais revelou a ausência da discussão interseccional na maior parte das matérias.

Palavras-chave: Enquadramento Midiático. Interseccionalidade. Jornalismo. Marielle Franco.

ABSTRACT

The dissertation analyses the framing of the media coverage on the Marielle Franco case on the websites of "Folha de S. Paulo", "O Antagonista" and "Pragmatismo Político" under the perspective of the intersectional theory. The main objective of the research encompassed the description and analysis of the different ways the case was framed in the three aforementioned media outlets, verifying the presence or the absence of social and intersectional markers on the news coverage. Theoretically, the first chapter considered the relationship between digital journalism and the main political events; and the affective polarization on the 2018 elections, what helps the understanding of the context in which the murder happened. The second chapter leaned specifically over the concepts of media framing and intersectional theory, considering the first theoretical contributions and the evolution of the researches in these fields. In the methodological aspect, the research is a case study based on two theoretical frameworks: media framing (ENTMAN, 1993, WOSNIAK et al, 2015, RIZOTTO et al, 2017) and intersectionality CRENSHAW (1989, 1991). The final sample of the research was made of 360 news articles, being 175 from "Folha de S. Paulo", 132 from "O Antagonista" and 53 from "Pragmatismo Político", that were analyzed in two steps: narrative resources and media framing according to Entman (1993). The analysis of the narrative resources reviewed a low degree of narrativity with a low frequency of dramatization, emotion, personalization and stylistic ornamentation. The only exception is seen on the texts from "O Antagonista" which has a high degree of personalization. In contrast, the narrative roles frequently used in texts from the three media outlets focus on Marielle's image as a victim of a political crime. In regards to the analysis of the media framing, it can be noticed the absence of investigative pieces on the three media outlets because the articles were limited to the discourse from the police and political sources, generating media frames that advocate the hypothesis of political assassination related to the position that Marielle occupied and the agenda that she advocated for. The research also identified that the distinct editorial profiles contributed to the differences in the frames developed. In general, it was seen that the social markers are sparsely present in the articles being relegated to the agents connected to the social movements on the left or family members of Marielle's family. At last, it was concluded that the framing of Marielle's case in the three media outlets reviewed an absence of the intersectional discussion on most of the articles.

Key words: Media Coverage. Framing. Intersectionality. Journalism. Marielle Franco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Número de editoriais dos jornais e relacionados ao PT por ano.....	25
Figura 2: Comentários de usuários do Twitter em postagens da vereadora.....	38
Figura 3: Declaração de Eduardo Bolsonaro sobre ato que precedeu a prisão de Lula	41
Figura 4: Busca por notícias sobre Marielle Franco no Google entre março de 2018 e março de 2019	76
Figura 5: Panorama de textos sobre Marielle Franco nos três veículos um ano após o crime	77
Figura 6: <i>Corpus</i> da pesquisa, composto pela soma de textos com “Marielle” no título por veículos de comunicação.....	78
Figura 7: Comparativo do recurso dramatização nos três portais de notícias.....	89
Figura 8: Comparativo do recurso emoção nos três portais de notícias.....	92
Figura 9: Comparativo do recurso personalização nos três portais de notícias	95
Figura 10: Comparativo do recurso ornamentação estilística nos três portais de notícias	97
Figura 11: Comparativo do papel narrativo "vítima" nos três portais de notícias	100
Figura 12: Comparativo do papel narrativo "herói" nos três portais de notícias	106
Figura 13: Comparativo do papel narrativo "vilão" nos três portais de notícias.....	111
Figura 14: Visão geral dos recursos narrativos do caso Marielle Franco na Folha de S. Paulo	117
Figura 15: Visão geral dos recursos narrativos do caso Marielle Franco n'O Antagonista	118
Figura 16: Visão geral dos recursos narrativos do caso Marielle Franco no Pragmatismo Político.....	119
Figura 17: Ênfase do acontecimento nos enquadramentos do caso Marielle nos portais	121
Figura 18: Fontes envolvidas nos enquadramentos do caso Marielle nos portais	122
Figura 19: Causas do problema nos enquadramentos do caso Marielle nos portais...	137
Figura 20: Julgamento moral nos enquadramentos do caso Marielle nos portais.....	144
Figura 21: Recomendação de tratamento nos enquadramentos do caso Marielle nos portais	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição dos portais Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político.....	70
Quadro 2: Síntese da primeira categoria analítica e suas variáveis.....	82
Quadro 3: Síntese da terceira categoria analítica e seus operadores	84
Quadro 4: Síntese da terceira categoria analítica, suas subcategorias e operadores	85
Quadro 5: Síntese da quarta categoria analítica, suas subcategorias e variáveis	86
Quadro 6: Síntese da quinta categoria analítica, suas subcategorias e operadores	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ECOSSISTEMA MIDIÁTICO E POLARIZAÇÃO AFETIVA: SITUANDO O CONTEXTO DO CASO MARIELLE FRANCO	20
1.1 O ecossistema midiático na era digital.....	20
1.2 A expansão do ecossistema digital diante de eventos políticos	23
1.3 Polarização afetiva.....	30
1.4 O caso Marielle Franco na mídia em um contexto político polarizado .	36
2 ENQUADRAMENTO MIDIÁTICO E INTERSECCIONALIDADE	44
2.1 Enquadramento: conceito, evolução e operacionalização.....	44
2.2 Interseccionalidade	53
2.2.1 Conceito de interseccionalidade.....	54
2.2.2 Violência de gênero na perspectiva interseccional	59
2.3 Os estudos do caso Marielle Franco em perspectiva interseccional	63
3 METODOLOGIA.....	66
3.1 Questão e objetivos da pesquisa	66
3.2 Desenho da pesquisa	67
3.2 Os portais Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político...	69
3.2.1 Folha de S. Paulo	70
3.2.2 O Antagonista	72
3.2.3 Pragmatismo Político	74
3.3 Composição do <i>corpus</i> e delimitação da amostra	75
3.4 Unidade de análise	78
3.5 As etapas de análise	79
3.5.1 Recursos narrativos	80
3.5.2 Enquadramento midiático	82
4 O ENQUADRAMENTO DO CASO MARIELLE FRANCO EM TRÊS PORTAIS DE NOTÍCIA: FOLHA DE S. PAULO, O ANTAGONISTA E PRAGMATISMO POLÍTICO	88
4.1 Recursos Narrativos	88
4.1.1 Grau de Narratividade	88
4.1.2 Papéis Narrativos	99
4.2 Enquadramento Midiático	120
4.2.1 Definição do problema.....	121
4.2.2 Causas do problema	136
4.2.3 Julgamento moral	143
4.2.4 Recomendação de tratamento	149

CONCLUSÃO.....	156
REFERÊNCIAS	160

INTRODUÇÃO

O dia 14 de março de 2018 entrou para a história da política brasileira. Neste dia, a vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, foram emboscados e brutalmente assassinados. Marielle foi morta com quatro tiros na cabeça e Anderson foi atingido por três projéteis nas costas. O caráter violento da execução chocou a população e provocou onda de protestos em todo o país, fortemente amplificada via mídias sociais.

Mas quem era Marielle Franco? Apesar da expressiva votação na capital carioca em 2016, sendo eleita com 46.502 votos, a vereadora era virtualmente desconhecida do grande público. A partir do seu assassinato, porém, sua imagem passou a circular na mídia e, aos poucos, a imprensa se constituiu como o ente fundamental para a construção da imagem de Marielle ao relatar fatos de sua vida, de sua atuação política e de sua relação com outros agentes políticos.

Marielle era “feminista, negra e cria da favela” (FRANCO, 2016). Nascida e criada na Favela da Maré, no estado do Rio de Janeiro, se formou em Sociologia pela PUC-Rio. Sua trajetória profissional foi definida a partir de um evento violento: quando ainda estudava no curso pré-vestibular comunitário da Maré, uma amiga recém-aprovada na universidade foi morta por uma bala perdida. Isso impulsionou o envolvimento da futura vereadora na militância de direitos humanos e, conseqüentemente, sua atuação no campo político (CARNEIRO, 2018).

Em 2006, a socióloga fez campanha para o então candidato Marcelo Freixo (Partido Socialismo e Liberdade, PSOL) para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Após a vitória de Freixo, Marielle virou sua assessora parlamentar¹ e trabalhou como coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, onde prestava assistência jurídica e psicológica a familiares de vítimas de homicídios ou policiais vitimados (BARREIRA, 2018).

Em 2014, Marielle concluiu o mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com a dissertação intitulada “UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”. No trabalho, a socióloga tece crítica às Unidades de Polícia Pacificadoras, implementadas no Rio de Janeiro, que fortalecem uma política de um Estado Penal,

¹ Informação disponível em: <https://glo.bo/38EBGgU>

aumentando o militarismo nas favelas e o crescente encarceramento de pessoas pobres (FRANCO, 2014).

No ano de 2016, após campanha eleitoral que levantava bandeiras feministas e prometia defender as populações das favelas, Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada no pleito carioca. Com forte apoio dos bairros da Zona Sul do Rio, Marielle creditou sua vitória a um clamor popular por representatividade e a uma resposta da sociedade ao *status quo* na política. Ela relacionou sua vitória com “candidatas declaradamente feministas, como Áurea Carolina, a mais votada na capital mineira com 17.420 votos e Talíria Petrone, a mais votada em Niterói, com 5.121 votos” (FRANCO, 2016).

Em relação à vida pessoal, Marielle foi mãe aos 19 anos. Sua filha, Luyara Santos, nasceu de um envolvimento com o primeiro marido. Na época do seu assassinato, a vereadora vivia com sua companheira, Mônica Benício, com quem planejava se casar no fim de 2018. A vereadora reivindicava sua bissexualidade, como visto em fala proferida no último evento que participou: “(...) o lugar de mulher, mulher negra, bissexual, agora estou casada com uma mulher, mas tenho uma filha. Dessas muitas representações a gente vai aprendendo, conhecendo e estudando mais” (FRANCO, 2018).

Evidencia-se, então, que a construção da imagem de Marielle Franco perpassa suas múltiplas subjetividades: negra, mãe, feminista, bissexual, socióloga, vereadora. O seu chocante assassinato repercutiu na imprensa brasileira e internacional. Além disso, as mídias sociais também amplificaram essa repercussão. Segundo dados da FGV DAPP (2016), as menções no Twitter entre as 22h de 14 de março e as 16h de 16 de março totalizaram 1,16 milhão, com a *hashtag* #MariellePresente sendo a mais utilizada nas menções.

Naturalmente, o assassinato de uma vereadora mobilizaria agentes do campo político e isso aconteceu no caso Marielle Franco. O contexto político e eleitoral de 2018, no entanto, providenciaria nova faceta na cobertura do assassinato. A emergência de *fake news* e de uma tentativa de destruição de reputação póstuma foram marcas nas falas de alguns atores políticos, autoridades públicas e de cidadãos comuns nas mídias sociais. Por um lado, *fake news* propagaram enunciados machistas, classistas, racistas e lgbtfóbicas. Por outro lado, a tentativa de preservação de defesa da memória e do legado da vereadora também emergiram nos discursos de outros agentes. O que se viu, então, foi uma evidente disputa de sentidos em torno do assassinato, amplificada pela polarização entre grupos políticos opostos.

Outro aspecto importante do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes diz respeito à impunidade e ao atraso na prisão dos responsáveis pelo crime. Apesar da prisão do sargento reformado Ronnie Lessa e do ex-PM Élcio Queiroz – quase um ano após o a execução²-, pouco se sabe atualmente sobre quem mandou matar a vereadora e quais foram os motivos pela execução.

Sendo assim, o caso Marielle Franco envolve diferentes atores: do campo político, jurídico, da polícia, dos movimentos sociais, entre outros. O caso Marielle, de modo geral, se trata de um acontecimento midiático ocorrido em um complexo contexto político, com alta polarização política do eleitorado. O seu assassinato evidencia “os fatores que a tornam parte do hall dos seres matáveis, já que figura em seu corpo e sua pauta política, a mulher, a negra, a lésbica” (SOUZA, 2019). Levando em consideração o papel central da imprensa na cobertura do crime, a presente pesquisa se propõe a analisar o caso Marielle Franco nos portais de notícias Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político no período de 14 de março de 2018 – data do assassinato da vereadora – a 31 de março de 2019. Para isso, foi formulada a questão central da pesquisa:

QP: *Sob a ótica interseccional, quais são os enquadramentos presentes na cobertura do assassinato político de Marielle Franco em portais de notícias brasileiros de diferentes perfis editoriais no primeiro ano após o crime?*

O objetivo geral é descrever e analisar os enquadramentos da cobertura do assassinato de Marielle Franco nos três veículos supracitados, verificando a presença ou ausência dos marcadores sociais e interseccionais. Também foram criados os seguintes objetivos específicos: (1) analisar o texto jornalístico, identificando as possíveis narrativas emergentes das notícias; (2) apresentar e discutir os enquadramentos predominantes do caso Marielle Franco nos portais; (3) verificar quais são as fontes primárias das notícias e como elas contribuem para os enquadramentos; (4) investigar como os marcadores sociais, como raça, gênero, classe e sexualidade, estão presentes nos enquadramentos dos portais; (5) verificar de que forma essas categorias interseccionais foram discutidas nesses enquadramentos.

A estrutura do trabalho se divide em dois capítulos teóricos, um capítulo de metodologia e um referente à análise do trabalho. No primeiro capítulo, nos debruçamos sobre a conjuntura midiática e sociopolítica em torno do assassinato da vereadora. Apresentamos como o ecossistema de mídia brasileiro, fortemente construído em torno

² Disponível em: <https://glo.bo/2X5wK2t>.

de acontecimentos políticos e com a presença de veículos informativos de diferentes vertentes, evoluiu até o presente momento. Além disso, apresentamos o conceito de polarização afetiva, com o objetivo de compreender o contexto político e eleitoral de 2018. O capítulo se encerra com uma discussão dos principais acontecimentos políticos que envolveram o agendamento do caso Marielle Franco.

O segundo capítulo teórico se concentra nas teorias centrais da análise. O primeiro tópico apresenta o conceito de enquadramento, discutindo sua importância nos Estudos de Mídia, como essa teoria tem evoluído ao longo do tempo e como ela tem sido aplicada em algumas pesquisas. O segundo tópico investiga o conceito de interseccionalidade, sistematizado por Crenshaw (1989), mas que já existia na prática e nos discursos dos movimentos de mulheres negras estadunidenses e brasileiras. Por fim, apresentamos um breve compilado de algumas pesquisas brasileiras sobre o assassinato de Marielle Franco.

O terceiro capítulo refere-se à metodologia de pesquisa adotada. Como dito no parágrafo anterior, as principais teorias que fundamentam a pesquisa são: a análise de enquadramento midiático (ENTMAN, 1993; WOZNIAK et al, 2015; RIZZOTTO et al, 2017) e a análise interseccional (CRENSHAW 1989, 1991). Nesta seção, apresentamos os três portais noticiosos escolhidos; como se deu a composição e delimitação da amostra; a delimitação da unidade de análise; e, por fim, como foram compostas as etapas de análise a partir da literatura acima mencionada.

O quarto capítulo, por sua vez, apresenta e discute os resultados da pesquisa. A análise das duas categorias revelou as principais semelhanças e diferenças nos enquadramentos dos portais. O capítulo se estrutura em duas grandes seções a partir das duas etapas analíticas propostas. Na primeira, intitulada recursos narrativos, as notícias dos portais foram analisadas a partir de duas categorias: o grau de narratividade, que envolve elementos como dramatização, emoção, personalização e ornamentação estilística; e os papéis narrativos, divididos em vítima, herói e vilão. A segunda etapa discutiu o enquadramento midiático a partir de Entman (1993), cujo instrumento metodológico abrangeu quatro dimensões: (1) definição particular do problema; (2) causas do problema; (3) julgamento moral; e (4) a recomendação de tratamento proposta.

Por fim, passamos para a conclusão da pesquisa, seção em que foram reapresentados os principais resultados da pesquisa. Nesta etapa, lançamos luz sobre como os portais de notícias aqui retratados geram enquadramentos que, de modo geral, não consideram a execução de Marielle como uma violência política de gênero, visão por nós defendida. Além disso, é discutido como o entrelaçamento entre enquadramento

midiático e interseccionalidade contribui para um aprofundamento na compreensão do papel da mídia na cobertura de casos de violência contra mulheres.

1 ECOSSISTEMA MIDIÁTICO E POLARIZAÇÃO AFETIVA: SITUANDO O CONTEXTO DO CASO MARIELLE FRANCO

O primeiro capítulo da dissertação apresenta o contexto midiático e sociopolítico que envolve o caso do assassinato da vereadora do PSOL Marielle Franco. Para isso, discutimos primeiramente as características do ecossistema de mídia atual. Em seguida, descrevemos como se deu a expansão de canais informativos diante de um ecossistema midiático digital complexo, tendo em vista que analisaremos três veículos noticiosos com diferentes linhas editoriais. Também nos debruçamos sobre o conceito de polarização afetiva a fim de melhor entender o contexto eleitoral que circunda o assassinato da vereadora. Por fim, apresentamos o caso a partir de seus principais acontecimentos, demonstrando como diversos atores contribuem para que o assassinato se mantenha relevante no agendamento midiático.

1.1 O ecossistema midiático na era digital

A noção de ecossistema tem origem nos estudos da área de Biologia sobre a natureza. O termo foi cunhado por Tansley (1935 apud CANAVILHAS, 2010), que propõe o ecossistema como a relação funcional entre dois componentes básicos: os seres vivos e os fatores ambientais que os circundam. Baseado no conceito de ecossistema, surge um ramo teórico na Comunicação intitulado Ecologia da Mídia, cujo intuito é analisar a mídia como ambientes. A proposição geral desta teoria é “examinar a questão de como os meios de comunicação afetam a percepção, compreensão, sentimento e valor humanos; e como nossa interação com a mídia facilita ou impede nossas chances de sobrevivência” (POSTMAN, 1970, p. 34).

Essa compreensão de um ecossistema em que as diversas mídias percorrem um caminho evolutivo concorre com as observações realizadas por McLuhan (1969), que entende que as novas tecnologias permitem o surgimento de novos meios de comunicação, superando os anteriores. A ascensão da internet, entretanto, conferiu um novo significado a esta evolução, pois não se trata mais de um processo de melhoria e superação do modelo prévio, mas de convergência, no qual se utiliza “tudo que existe, mas de formas diferentes que variam em função do ambiente” (CANAVILHAS, 2010, p.2).

O ecossistema midiático, então, é o espaço em que ocorre os processos comunicacionais centrados nas diversas mídias e na relação das pessoas com elas. Para analisar este ecossistema, deve-se levar em consideração não apenas os aspectos técnicos e de interface dos meios, mas também os vínculos entre os diversos meios de comunicação e como o público participa desses processos:

Assim, consideramos que num ecossistema mediático existem três tipos de factores: mediáticos (estudo dos meios e das suas relações), contextuais (estudo do espaço e da forma como se processam os consumos mediáticos) e tecnoambientais (estudo das interfaces e da acção dos consumidores no ecossistema). (CANAVILHAS, 2010, p.3).

O advento da internet e da telefonia móvel foram fundamentais para o surgimento de um novo ecossistema midiático e, de forma mais ampla, de um novo modelo de sociedade em rede (CANAVILHAS, 2010; CASTELLS, 2005; ROVAI, 2018). A possibilidade de criar grupos com pessoas em torno de interesses comuns, independente da barreira geográfica, permitiu novas oportunidades de interação. Com isso, as plataformas próprias da internet – as mídias sociais, por exemplo – influenciaram processos de mudanças nos meios de comunicação, agora englobando os meios digitais.

Nesse cenário, a migração dos meios tradicionais para o ambiente digital gerou um processo de convergência no qual as características próprias de um meio passaram a ser compartilhadas por outros (CANAVILHAS, 2010, p. 5). Na internet, os jornais e revistas, antes de alcance reduzido no impresso, passa a ter alcance global; os programas de rádio, antes limitados ao aspecto sonoro, ganham contornos visuais, como o *Spotify* e *Deezer*; a televisão, cuja audiência só tinha acesso ao conteúdo através de reprises em horários específicos, permite agora que os programas sejam vistos a qualquer momento.

Nesta nova lógica comunicacional, pode-se ver duas etapas como resposta da imprensa tradicional ao ambiente digital: o jornalismo *online* e o webjornalismo (ou ciberjornalismo). A primeira fase se trata de uma simples transposição do modelo tradicional das notícias para o espaço digital. A segunda etapa, por sua vez, refere-se à incorporação de áudios, vídeos, infografias e hiperlinks ao texto noticioso, possibilitando que o leitor selecione a sua interação com o conteúdo (CANAVILHAS, 2011, p.2).

Os processos interacionais entre público e meios de comunicação também ganham novos contornos neste ecossistema midiático moderno. Em primeiro lugar, a internet e os smartphones proporcionam um amplo consumo individual e acréscimo na mobilidade. Além disso, o foco do ecossistema deixa de ser as mídias e passa a ser os indivíduos, cujo

poder reside em comunicar-se de forma independente dos conglomerados midiáticos tradicionais, por meio da troca de informações redistribuída via redes sociais.

Neste novo ecossistema, o fluxo informacional se torna menos verticalizado e o controle editorial não está apenas no polo emissor das notícias. O público, antes visto como audiência, passa a ser produtor de informações. Diante disso, os meios de comunicação precisam traçar estratégias para absorver essas informações produzidas e atrair os consumidores para o seu conteúdo.

Por isso, o conteúdo noticioso passa a se adaptar principalmente às necessidades de consumo, que virou um processo corriqueiro no cotidiano das pessoas. A tecnologia push, em que o consumidor recebe as notícias por iniciativa alheia - como mensagens chegando no celular, por exemplo - é mais frequente do que a pull, na qual o indivíduo vai atrás de informações por iniciativa própria (FIDALGO; CANAVILHAS, 2009; CANAVILHAS, 2010).

É importante afirmar, entretanto, que nem todas as mudanças geradas pela presença desse novo ecossistema têm implicações positivas para a esfera pública. As mudanças na lógica comunicacional, geradas pela revolução digital, permitiram aumento significativo do fluxo de mensagens, e a disputa de audiência por múltiplas mídias. Esse contexto de convergência das mídias com a presença de múltiplos atores servindo como fontes de informação se mostrou propício para uma crise do jornalismo, que viu a necessidade de adaptar seu modelo de negócios a fim de sobreviver nesta nova era. A hiperconcorrência e a necessidade de inovação impactaram as rotinas tradicionais jornalísticas, exigindo dos profissionais múltiplas competências.

Esse cenário também gera uma crise de confiança nos veículos de informação por parte da população. Segundo levantamento feito pelo PoderData em 2020, 61% dos brasileiros afirmam desconfiar do trabalho feito pela imprensa³. É necessário, entretanto, examinar a conjuntura em que o jornalismo brasileiro se encontra atualmente, composto por um contexto sociopolítico afetado por processos de polarização e de desinformação. Tratamos sobre esses aspectos na seção seguinte.

³ Disponível em: <https://bit.ly/3tf5tX4>.

1.2 A expansão do ecossistema digital diante de eventos políticos

A ascensão da internet e o subsequente processo de convergência das mídias não são os únicos motivos para a crise do jornalismo tradicional. De fato, ela acontece antes mesmo da internet se popularizar. Tomando a realidade norte-americana como exemplo, Kovach e Rosentiel (2003, p. 24) sugerem a compra de empresas jornalísticas por grandes conglomerados de múltiplas atividades como um fator de preocupação para a chamada imprensa livre. Mais de uma década depois, no entanto, essa preocupação passou a se concentrar na sobrevivência do jornalismo tradicional em um ambiente dominado pelas mídias sociais. Empresas como Google e Facebook passaram a ser os grandes conglomerados, e a publicidade foi redirecionada para estes espaços.

Em sua tese de doutorado, publicada no formato de livro em 2018, o jornalista Renato Rovai descreveu a evolução do jornalismo digital brasileiro. Segundo o autor, a transformação na paisagem midiática digital no Brasil está intimamente ligada a acontecimentos públicos nacionais e internacionais. Eventos políticos de ampla cobertura midiática não apenas demandaram a necessidade de a imprensa tradicional migrar para o ambiente digital, como ensejou o surgimento da blogosfera e a consolidação de veículos da imprensa alternativa. Para o autor, o primeiro grande marco político foi o ataque às torres do World Trade Center, nos Estados Unidos, em 2001.

No começo dos anos 2000, portanto, nasce o chamado *personal journalism*, no qual “relatos, fotos, vídeos do público que estava no centro dos acontecimentos postados em sites de informação ou mesmo enviados por e-mail deram o tom daquela cobertura” (GILLMOR, 2004 apud ROVAI, 2018, p. 60). Isso significa que, apesar de este evento ter ampla cobertura televisiva, a internet permitiu que os usuários fossem participantes ativos do acontecimento, fato que não foi ignorado pelos jornalistas.

No Brasil, o ataque terrorista às Torres Gêmeas foi um evento importante para a mudança na produção jornalística no ambiente *online*, pois, até então, os *media* apenas replicavam o conteúdo impresso nas telas dos computadores. Devido ao grande número de acessos dos usuários ante à magnitude do caso, os jornalistas se viram obrigados a criar conteúdos específicos em tempo real. (LÜTDKE, 2017 apud ROVAI, 2018, pp. 61-63).

O evento seguinte que ajudou a expandir o ecossistema informativo *online* foi o escândalo político do Mensalão⁴, que estourou nos meados de 2005. A partir desta crise, os *blogs* políticos passaram a ocupar papel central na cobertura dos acontecimentos. O primeiro exemplar de sucesso foi o do jornalista Roberto Noblat⁵:

[Em 2004], Noblat deixou de escrever para o jornal impresso e, atendendo pedidos de leitores, manteve o blog, sempre hospedado no portal IG. Quando eclodiu a crise, em maio de 2005, Noblat não estava, portanto, vinculado a um veículo tradicional. Por outro lado, acumulava mais de 30 anos de experiência como jornalista, tendo atuado em alguns dos principais veículos brasileiros. Este reconhecimento público colocou-o numa posição privilegiada no momento da crise: sua experiência passada reforçou seu papel de autoridade cognitiva e, não estando subordinado a grupos políticos ou empresários de mídia, pôde em vários momentos reivindicar a credibilidade que advém da independência (ALDÉ; ESCOBAR; CHAGAS, 2007, p. 32).

Até então, os *blogs* não eram vistos como espaços informativos, sendo utilizados como diários com temáticas diversificadas, como o cotidiano universitário e comunidades de tecnologia. Diante da experiência profissional do jornalista e da independência editorial, contudo, os deputados passaram a vazar informações, e o *blog* do Noblat passou a ser referência na cobertura do escândalo, competindo com veículos da imprensa tradicional. O *blog*, então, passa a ser um espaço onde pode haver debate político e que expressa subjetividades e idiossincrasias do jornalismo (ALDÉ; ESCOBAR; CHAGAS, 2007, p. 29).

A partir desse momento, jornalistas com ampla história em veículos tradicionais também criam seus *blogs*⁶, sendo espaços importantes para discussões dos acontecimentos políticos, como escândalos e eleições. Além disso, o que permitiu que esses ambientes fossem legitimados é que não apenas os leitores participavam dos comentários, mas também outros jornalistas e até mesmo políticos.

⁴ O termo “mensalão” foi cunhado pelo então presidente do PTB, Roberto Jefferson, e refere-se à propina paga pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, a membros do Congresso em troca de votos a favor de projetos de interesse do poder Executivo. Jefferson denunciou José Dirceu, ministro da Casa Civil, como mentor do esquema e que o presidente Luís Inácio Lula da Silva tinha conhecimento do crime. Disponível em: <https://bit.ly/3kW5yLr>.

⁵ Em um primeiro momento, o blog era hospedado no portal iG. Depois, foi incorporado a veículos tradicionais, como Estadão e Globo. Atualmente, está hospedado no site da Veja. Disponível em: <https://bit.ly/3zR9of5>.

⁶ Como exemplos, citamos os jornalistas Luís Nassif (Blog do Nassif, 2005), Paulo Henrique Amorim (Conversa Afiada, 2006), Altamiro Borges (Blog do Miro, 2008) e Rodrigo Vianna (O Escrevinhador, 2008).

A partir desse momento, jornalistas com ampla história em veículos tradicionais também criam seus blogs⁷, sendo espaços importantes para discussões dos acontecimentos políticos, como escândalos e eleições. Além disso, o que permitiu que esses ambientes fossem legitimados é que não apenas os leitores participavam dos comentários, mas também outros jornalistas e até mesmo políticos.

Em entrevista a Rovai (2018, p. 66), entretanto, Luís Nassif⁸ avalia que a cobertura jornalística do escândalo do Mensalão dos veículos da grande imprensa e dos *blogs* contribuíram para a radicalização na discussão política. De acordo com Nassif, a cobertura deste evento foi marcada pela ausência de moderação e de opiniões técnicas sobre o assunto. Em artigo que analisou os editoriais de O Globo, Folha de S. Paulo e Estadão sobre o Partido dos Trabalhadores de 1989 a 2014, Azevedo (2018, p. 278) destaca em dados quantitativos a influência dos portais nas discussões políticas durante as eleições:

Figura 1: Número de editoriais dos jornais e relacionados ao PT por ano

Ano	Editoriais								
	O Globo			Folha de S. Paulo ¹⁰			O Estado de S. Paulo		
	Total	PT	%	Total	PT	%	Total	PT	%
1989	93	8	8,6	276	46	16,7	263	66	25,1
1994	61	2	3,3				225	23	10,2
1998	84	1	1,2	120	2	1,7	125	9	7,2
2002	100	7	7	182	26	14,3	198	33	16,7
2006	125	56	44,8	148	62	41,9	222	131	59
2010	135	68	50,4	142	65	45,8	222	100	45
2014	113	56	49,6	132	54	40,9	195	122	62,6
Total	711	198	27,8	1.000	255	25,5	1.453	484	33,3

Fonte: Azevedo (2018)

Conforme visto na figura acima, os editoriais sobre o PT nos veículos de imprensa aumentaram exponencialmente no período relativo à eleição de 2006, cujo processo eleitoral foi marcado pelo Mensalão. O conteúdo desses editoriais revela, de modo geral, enquadramento centralizado na corrupção, gerando assim um pacote interpretativo que associa o PT a uma “organização corrupta que se utiliza de meios ilícitos para manter o seu projeto de poder” (AZEVEDO, 2018, p. 286). Apesar disso, a cobertura negativa dos órgãos da grande imprensa parece não ter sido decisiva para o resultado das eleições

⁷ Como exemplos, citamos os jornalistas Luís Nassif (Blog do Nassif, 2005), Paulo Henrique Amorim (Conversa Afiada, 2006), Altamiro Borges (Blog do Miro, 2008) e Rodrigo Vianna (O Escrevinhador, 2008).

⁸ Jornalista especializado em temas políticos e econômicos e com ampla passagem por jornais e revistas tradicionais brasileiros, fundou o Blog do Nassif em 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3kVnjuf>.

subsequentes, visto que Lula conseguiu se reeleger em 2006 e emplacar sua sucessora, Dilma Rousseff, nas eleições de 2010 e 2014.

A chamada “virada à esquerda”, processo político que ocorreu em alguns países da América Latina com a eleição de candidaturas de oposição aos governos de direita, tradicionalmente ligados ao neoliberalismo, se inicia em 2002 no Brasil, com a eleição do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva. A adoção de políticas de Estado com ênfase na redução da pobreza e na desigualdade social foi fundamental para a popularização das figuras do Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, este processo gerou uma ruptura dos laços tradicionais entre governo e mídia, tendo em vista que os veículos tradicionais viam com desconfiança o então novo governo (MAGALHÃES; ALBUQUERQUE, 2014, p. 6).

Como vimos anteriormente no estudo de Azevedo (2018), a imprensa tradicional sempre alimentou o antipetismo, mas, em 2006, isso aumenta com a crise do Mensalão. Além disso, houve bastantes conflitos entre mídia e governo em países vizinhos, com acusações de perseguição à imprensa livre, com as leis de regulamentação dos meios de comunicação e o cancelamento de concessões televisivas a grupos tradicionais. Isso gerou, no âmbito local, acusações de setores da grande imprensa de que o “lulopetismo” estaria engajado em práticas sistemáticas de ameaça à liberdade de imprensa” (MAGALHÃES; ALBUQUERQUE, 2014, p. 7).

É nesse contexto que a blogosfera progressista se consolida. Em 2010, durante campanha presidencial, o então candidato José Serra (PSDB) fez críticas à então candidata Dilma Rousseff (PT) e ao PT, acusando-os de financiar “blogs sujos” e tentar controlar a mídia, perseguindo jornalistas⁹. À face disso:

[...] a maioria dos blogueiros decidiu “brincar” com o nome e subverter a acusação, utilizando o termo para ressaltar o posicionamento de seus blogs como lugar de contraposição às interpretações dominantes expressas na cobertura política produzida pela mídia tradicional comercial (ou aos blogs “limpinhos”). Aos poucos, os blogs “sujos” ou “progressistas” conquistaram espaço nas redes sociais e entre militantes de movimentos sociais, e constituíram-se em novos atores da cena pública (GUAZINA, 2013, p. 72).

Nesse mesmo ano, foram criados o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e a Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação

⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3h2cmGo>.

(AlterCOM)¹⁰, que foram responsáveis pelo Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas, evento cujo objetivo foi “fortalecer a rede informal de comunicação, aproximar os blogueiros das diversas regiões do país e acentuar o debate político sobre a comunicação” (MANDÚ; MELITO, 2010).

A blogosfera progressista marca um processo de expansão e democratização do jornalismo, ao incorporar profissionais da área que, insatisfeitos com os limites da grande imprensa, recorreram ao ambiente *online* a fim de obter maior autonomia, aliando-os com indivíduos de outros campos que viram nos *blogs* uma oportunidade de realizar ativismo digital.

Em 2013, o ecossistema de mídia brasileiro passa por uma nova etapa de alargamento. No dia 6 de junho desse ano, o Movimento Passe Livre (MPL) realizou um protesto contra o aumento de tarifas dos transportes públicos em São Paulo. Nos dias subsequentes, o MPL realizou novos atos, até que a Polícia Militar reagiu com violência, ferindo manifestantes e jornalistas que cobriam o evento. A população, indignada com a atitude policial, tomou as ruas e os protestos se espalharam pelo país¹¹.

Os protestos de junho de 2013 foram marcados, no início, como manifestações em torno do aumento do preço das passagens. À medida que o público foi aderindo, novas pautas passaram a ser incorporadas, criando conflitos entre setores da esquerda e uma direita que se declara apartidária (BRUGNAGO; CHAIA, 2014, p. 104).

Quanto à cobertura jornalística, em um primeiro momento, a mídia tradicional transferiu a responsabilidade da violência para os manifestantes. Após a exposição nas redes sociais de cenas de violência policial, ela voltou atrás e passou a criticar a polícia. Por fim, com o argumento de que os atos de vandalismo eram contínuos, a grande imprensa novamente se volta contra os manifestantes (CARLOS, 2015, p. 63). Houve, neste caso, uma disputa de narrativas. De um lado, a imprensa tradicional pautando os manifestantes como vândalos, tentando relacionar a violência policial a uma reação proporcional e legítima. Do outro, usuários das redes sociais e ativistas, que providenciavam fotos e vídeos dos abusos, contradiziam a narrativa da grande mídia.

Neste contexto, surge Mídia Ninja como uma rede de comunicação alternativa, com estratégias que combinavam ativismo e mídia. Uma das estratégias foi realizar

¹⁰ A AlterCOM finalizou suas atividades em 2014 e foi integrado ao Barão, que se coloca como uma entidade na luta a favor da democratização dos meios de comunicação e pelo fortalecimento da mídia alternativa. Disponível em: <https://bit.ly/3tL3YGW>.

¹¹ Informações disponíveis em: <https://bbc.in/3jM3syh>.

transmissões ao vivo, via *streaming*, a fim de registrar o caráter majoritariamente pacífico das manifestações e as ações abusivas da polícia (ROVAI, 2018, p.158). Ao utilizar a câmera como extensão do corpo dos ativistas, a Mídia Ninja incorporou um senso de vigilância: a imagem não serve apenas para registrar os eventos, mas tem a função de “arma”, capaz de flagrar o inimigo (BENTES, 2015).

Outro grande evento que evidenciou uma disputa de narrativas foram os protestos iniciados em 2015 em torno do pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Nesta ocasião, ao ver a atuação dos meios de comunicação tradicionais a favor do impeachment, um grupo de profissionais de mídia criou o *site* Jornalistas Livres, uma mídia alternativa que afirma atuar em defesa da democracia, da cultura, dos Direitos Humanos e das conquistas sociais¹².

Além da Mídia Ninja e do Jornalistas Livres, outros veículos de imprensa alternativa ganham destaque nesse período. Como exemplo, citamos: Brasil 247 (2011), Diário do Centro do Mundo (2012), Revista Fórum (criada em 2001, mas a partir de 2015 passou a ser apenas *online*) e Pragmatismo Político (2009). Em comum, observa-se que são veículos que se inserem editorialmente em um posicionamento político à esquerda, com destaque para a defesa da liberdade de imprensa, da democracia e de salvaguarda aos direitos de população.

O processo que levou ao *impeachment* de Dilma, por sua vez, já se enquadrava em um processo de polarização social bastante acentuado, tendo como força-motriz o sentimento do antipetismo cultivado pelos *media* e pelo conservadorismo já organizado *online*. De acordo com Magalhães e Albuquerque (2014, p. 6), “[havia] a percepção, por parte desses setores da imprensa, de que sua influência junto à opinião pública estava em declínio – ou pelo menos havia se tornado incapaz de impactar no resultado das eleições”. Essa assertiva, porém, não anteviu que escândalos políticos e cobertura dos meios de comunicação abririam novos caminhos para um cenário de antipetismo e de polarização política acentuados que impactaria a cobertura midiática e consagraria o impeachment da presidenta em 2016.

Van Dijk (2017, p. 210) destaca a atuação massiva do Grupo Globo, o mais poderoso conglomerado de mídia nacional, na manipulação da imagem pública da presidenta, através de uma contínua demonização e deslegitimação dela e de políticos associados ao PT. Através da análise de editoriais d'O Globo de março a abril de 2016, o

¹² Disponível em: <https://bit.ly/3DMMJTz>.

autor destaca que os textos do jornal: associaram Dilma e Lula a supostas atividades criminosas, amplificando-as através da repetição nos textos; defenderam o *impeachment* como uma saída legítima, manifestando apoio a este recurso; rejeitaram as acusações dos defensores da presidenta de que haveria um golpe em curso; celebraram as manifestações contrárias à Dilma enquanto marginalizaram a dos seguidores dela; e, por fim, ratificaram a Operação Lava Jato e o juiz Sérgio Moro, especialmente quando estes atacaram Lula, Dilma e o Partido dos Trabalhadores (VAN DJIK, 2017, p. 212).

Esse ambiente hostil e de repulsa a opiniões dissidentes foi amplificado com a atuação dos canais de mídia partidária (*partisan media*). Esses veículos se diferenciam dos demais por promoverem “falsas concepções de forma sistemática, mas que são consistentes com os interesses do partido que se associam” (GARRETT; LONG; JEONG, 2019, p. 492, tradução nossa)¹³. Estes veículos são intitulados assim por serem responsáveis por divulgarem notícias associadas com um específico ponto de vista. Isto é, ao encapsularem opiniões em um conteúdo jornalístico, essas empresas de mídia são capazes de criar visões coerentes sobre determinado conteúdo ideológico, seja ele conservador ou progressista (LEVENDUSKY, 2013, p. 566).

Os canais partidários, nesse sentido, não estão necessariamente associados a um partido específico, mas a um ideário do espectro político. Nas eleições estadunidenses, esses veículos ocuparam papel primordial para a eleição de Donald Trump. As mídias de direita, capitaneadas pelo Breitbart News, criaram uma bolha de isolamento informacional dos entusiastas de Trump. Em um primeiro momento, prevaleceu a informação enganosa, por meio da produção de conteúdo que distorcia e/ou falseava fatos, bem como propagava equívocos. Aliado a isso, foram realizados ataques sistemáticos à integridade e à credibilidade da imprensa e dos veículos de oposição. O resultado disso foi um ambiente no qual o presidente e seus assessores podiam transmitir falácias discursivas e *fake news* sem nenhuma verificação por parte de seus seguidores (BENKLER et al, 2017).

Salientamos, porém, que as mídias partidárias não são canais que apenas disseminam equívocos informativos e *fake news*, pois isso comprometeria a percepção pública de que são veículos legítimos de informação. Uma estratégia utilizada por esses veículos se volta à promoção de hostilidade aos inimigos políticos, tendo em vista que

¹³ No original: “use of partisan news outlets has been shown to systematically promote misperceptions that are consistent with the interests of the associated party.”

isso permite que esses canais evitem os danos à reputação advindos da disseminação de informações incorretas (GARRETT; LONG; JEONG, 2019, p. 506).

No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro também se beneficiou da atuação da mídia partidária. Tendo em vista que o seu tempo televisivo era limitado, a estratégia do então candidato foi concentrar os esforços na realização de *live streaming* para os eleitores nas redes sociais digitais. Durante toda a campanha, Bolsonaro enfatizou ser um *outsider* da política, apesar do seu histórico de 27 anos como deputado federal. Além disso, o pleito de 2018 foi marcado pelo antipetismo, afeto político que Bolsonaro replicou constantemente em seus discursos (DOURADO, 2020; DAVIS; STRAUBHAAR, 2020, GOMES, 2021).

Sendo assim, o ecossistema de mídia no Brasil se mostra um espaço polifônico e divergente, com grandes disputas de sentido sobre os acontecimentos públicos e eventos políticos¹⁴. Tendo a compreensão de como o ecossistema de mídia digital se apresenta no cenário contemporâneo, passamos, então, para a discussão de um fenômeno sociopolítico que permite uma maior compreensão do caso Marielle Franco.

1.3 Polarização afetiva

Os pleitos presidenciais no Brasil são costumeiramente marcados por disputas partidárias com ideologias opostas. Após a redemocratização, as eleições são decididas entre candidatos de esquerda e de direita. Também se vê que este processo político é extremamente partidarizado: das oito eleições ocorridas até o momento, seis foram decididas entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)¹⁵.

Como visto na seção anterior, a mídia tem íntima relação com os acontecimentos políticos no país, muitas vezes interferindo no curso dos eventos. Um nítido e conhecido exemplo disso foi a cobertura da Rede Globo de Televisão das eleições presidenciais de 1989, cujo segundo turno foi entre os candidatos Fernando Collor de Melo (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT).

¹⁴ Na seção 1.4 deste trabalho, discutimos como os eventos políticos são importantes para a compreensão da cobertura jornalística do caso Marielle Franco.

¹⁵ Informação disponível em: <https://bit.ly/3DQqZWL>.

Nos telejornais, embora o noticiário fosse relativamente equilibrado em termos de volume de tempo e atenção às candidaturas mais competitivas eleitoralmente, os enquadramentos foram frequentemente favoráveis a Collor, como a célebre edição da TV Globo no debate final entre Collor e Lula na véspera do segundo turno (AZEVEDO, 2018, p. 100).

Apesar de ter ficado em segundo lugar no primeiro turno, Lula vinha crescendo nas pesquisas. Diante disso, a Globo passou duas matérias sobre o último debate televisionado: a primeira no Jornal Hoje, mais neutra; e a segunda, no Jornal Nacional, a favor de Collor. A matéria veiculada no JN mostrou um minuto a mais das falas de Collor e também usou os números da pesquisa do Vox Populi – favoráveis ao candidato do PRN – em detrimento dos números do Ibope, normalmente utilizados pela emissora¹⁶.

De acordo com reportagem da Folha¹⁷, isso teria sido realizado com o aval de Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, que estaria descontente com a edição veiculada no Jornal Hoje. José Bonifácio Sobrinho, responsável pelas operações da Rede Globo, afirmou que “houve erro de avaliação do jornalismo”. Em entrevista ao jornalista Geneton Moraes Neto¹⁸, ele ainda reafirmou a interferência da emissora ao relatar que a imagem de Collor – sem gravata, com suor falso feito pela produção – foi forjada a fim de retratar o candidato como “um homem do povo”.

A eleição de Collor, um candidato ligado aos empresários e de uma proposta neoliberal, revela o poder da grande mídia como um espaço de representação política. Isto significa entender a mídia não como uma entidade puramente imparcial, mas que pode servir a interesses hegemônicos, de modo a criar enquadramentos que privilegiem certos grupos. Neste caso, a Rede Globo apostou em uma campanha negativa da imagem de Lula e do PT, reforçando aspectos positivos de Collor.

Percebe-se, então, diante do histórico das eleições brasileiras, que as campanhas políticas costumam enfatizar atributos ligados à personalidade dos candidatos, demarcando oposições, com participação expressiva dos meios de comunicação, o que pode impactar no aumento da polarização afetiva. Além disso, a grande imprensa brasileira, mais alinhada ao liberalismo econômico, tende a pautar e enquadrar assuntos vinculados a empresários e ao neoliberalismo. Em 1989, isso se deu diante de um forte

¹⁶ Informações disponíveis em: <https://bit.ly/3n6Xbzd>.

¹⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3n6Xbzd>.

¹⁸ Trecho disponível em: <https://bit.ly/3h5P02y>.

discurso populista em oposição a um candidato advindo da luta sindicalista, cujo partido passou pela clandestinidade na época da ditadura.

Apenas a visão econômica neoliberal e a formulação ideológica à direita, entretanto, não dão conta de explicar o contexto em que se encontra o caso Marielle Franco. As narrativas sobre o assassinato vistas nos canais noticiosos e nas redes sociais digitais expressam afetos de identificação e, de forma diametralmente oposta, de repulsa em relação à vereadora do PSOL. A eleição de Jair Bolsonaro, símbolo de um ultranacionalismo saudosista da ditadura e adotado como “mito” por seus seguidores, evidencia outros aspectos em disputa nos campos políticos. Logo, faz-se necessária discutir aqui este contexto a partir dos componentes afetivos que estão vinculados a ele.

A noção de polarização afetiva advém de estudos de Ciência Política estadunidense e é relativamente nova. Na política norte-americana, há uma divisão entre os dois partidos políticos majoritários: Democrata e Republicano. Em termos ideológicos, os preceitos democratas estão associados a causas progressistas, enquanto o partido Republicano a pautas conservadoras¹⁹.

Iyengar et al (2019, p.130) explicam que, quando alguém se identifica com um desses partidos, há uma tendência em separar o mundo em “o meu grupo” (*in group*) e o “grupo oposto” (*out group*) e que isto pode ser associado a uma noção de identidade social partilhada. A polarização afetiva, assim, representa como um desdobramento natural disso, caracterizando-se como “a tendência das pessoas que se identificam como republicanos ou democratas de ver os membros de partidos opostos negativamente e os afiliados ao mesmo partido positivamente” (IYENGAR; WESTWOOD, 2015, p. 691, tradução nossa)²⁰

Questões ideológicas, no entanto, são aspectos centrais para entender o processo constitutivo da polarização política. Mason (2018, pp. 868-869) propõe duas categorias para a ideologia: uma baseada em temas (*issue-based ideology*) e uma baseada na identidade (*identity-based ideology*). A primeira se fundamenta na noção clássica de ideologia, um sistema de crenças formado através do posicionamento diante de certas temáticas e posturas políticas. Este posicionamento é adotado com base em políticas

¹⁹ A adesão do Partido Republicano ao conservadorismo passou a acontecer de forma acentuada na década de 1970 como uma estratégia política para adesão de novos membros. Em tópicos como direito ao aborto, por exemplo, os republicanos eram mais favoráveis que os democratas. Essa estratégia de radicalização do eleitorado culminou na eleição de Ronald Reagan, candidato de discurso tradicional em defesa de valores morais religiosos (MCKEEGAN, 1993).

²⁰ No original: “the tendency of people identifying as Republicans or Democrats to view opposing partisans negatively and copartisans positively”.

concretas. A ideologia baseada na identidade, por sua vez, fundamenta-se na noção de pertencimento social a um grupo, motivando julgamentos políticos. O posicionamento político dos membros não é importante e a conexão entre os membros é psicológica/emocional (MASON, 2018, pp. 868-869).

Na polarização afetiva, o aspecto identitário visto na classificação dos grupos (liberal ou conservador, esquerda ou direita) supera a formulação ideológica. Como afirmam Iyengar et al (2019, p. 134), “em essência, a classificação tornou muito mais fácil para que os membros de um partido façam inferências generalizadas sobre o lado oposto, mesmo que essas inferências sejam imprecisas”²¹.

De acordo com Mason (2018, p. 869), os grupos rotulados como progressistas e conservadores mantinham uma heterogeneidade no que diz respeito à ideologia temática, com dissonâncias em relação aos rótulos assumidos, especialmente no grupo conservador. A ideologia identitária, entretanto, aprofundou o distanciamento baseado nos sentimentos de identificação com o próprio grupo e de aversão com o grupo oposto. Isso se estende para além das discussões políticas, entrando no campo das dimensões afetivas, incluindo relacionamentos amorosos e nas relações de trabalho (BANDA; CLUVERIUS, 2018; MASON, 2018).

Além disso, a polarização afetiva é alimentada por elites igualmente polarizadas. As elites dos partidos Democrata e Republicano injetam um senso de ameaça em seus correligionários, especialmente no que diz respeito às políticas públicas e na perspectiva identitária. Ao enfatizar elementos que afetam o cotidiano e o próprio senso de pertencimento dos cidadãos, as elites lançam luz sobre os elementos que amplificam as diferenças entre os grupos (BANDA; CLUVERIUS, 2018).

As campanhas políticas também são apontadas como causas para a existência da polarização afetiva. Por serem ciclos que ocorrem com frequência e duram meses, os partidos lançam mão de publicidade que exacerba os defeitos dos opositores. Esse tipo de campanha negativa eleva as tensões e os níveis de partidarismo (IYENGAR et al, 2019).

Uma das causas mais presentes na literatura sobre o tema, porém, é o impacto de um ecossistema midiático de múltipla escolha (*high-choice media environment*²²) na polarização afetiva dos indivíduos. Boa parte dos trabalhos recentes analisa os veículos

²¹ No original: “In essence, sorting has made it much easier for partisans to make generalized inferences about the opposing side, even if those inferences are inaccurate.”

²² Refere-se ao ecossistema de mídia em que vivemos atualmente, por nós descrito nas seções 1.1 e 1.2 deste trabalho.

de mídia partidária, tendo em vista a atuação destes na eleição de Donald Trump. Não é consenso que essas mídias sejam unicamente responsáveis pela polarização afetiva, entretanto, visto que o ecossistema midiático é variado e as pessoas teriam acesso a informações de outros veículos.

Levendusky (2013, p. 576) afirma que a exposição às mídias partidárias torna indivíduos e grupos ainda mais polarizados, mas que estes já se encontravam em extremos. Em consonância a isso, Garrett, Long e Jeong (2019) propõem a polarização afetiva como o processo mediador entre as mídias partidárias e as falsas concepções. Esses autores salientam que a hostilidade sentida por um grupo em relação aos seus adversários pode ser suficiente para que haja uma aceitação de informações incorretas, mas que estejam de acordo com seu ponto de vista sobre o mundo.

Não só os *media* partidários, mas a imprensa tradicional também manifesta a tendência de alimentar a polarização afetiva. Segundo levantamento realizado por Levendusky e Malhotra (2016 apud IYENGAR et al, 2018, p. 135), houve um acréscimo de 20% nas matérias que exploram a pauta do antagonismo entre elites políticas e a evidência sugere que este tipo de cobertura colabora para o aumento da polarização política na audiência.

Ante o exposto, cremos que é relevante entendermos o problema da polarização afetiva no contexto brasileiro. Como dito anteriormente, esse conceito está associado a um sistema político de forte caráter partidário, mais especificamente o bipartidarismo norte-americano. A análise do caso brasileiro deve levar em consideração a existência de múltiplos partidos²³ e que a eleição mais recente se mostrou um ponto fora da curva²⁴. Diante disso, Fuks e Marques (2020, p. 2) ressaltam que os estudos sobre polarização afetiva no Brasil devem levar em conta seu contexto de multipartidos fracamente estruturados e com baixa identificação partidária dos eleitores. Os autores destacam as características da polarização no país:

- 1) ela só ocorre em 2018; 2) ela é muito mais afetiva do que ideológica;
- 3) na ideologia, ela é perceptível, de forma moderada, na dimensão simbólica, mas não na operacional; 4) ela é assimétrica, pois ocorre, em grande medida, entre eleitores da direita; 5) assim como outros

²³Segundo dados do TSE, existem 33 partidos políticos registrados no país. Disponível em: <https://bit.ly/3DSCc9g>.

²⁴ Como exposto anteriormente, o PT e o PSDB eram os partidos que mais disputavam as eleições presidenciais. Em 2018, o então candidato do PSL (Partido Social Liberal, um partido de pouca expressão no cenário nacional), Jair Bolsonaro, foi eleito presidente no segundo turno contra Fernando Haddad (PT). O candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, terminou em 4º lugar, com apenas 4,76% dos votos válidos. Disponível em: <https://bit.ly/2WOSwae>.

fenômenos da política brasileira, ela tem uma natureza mais personalista do que partidária (FUKS; MARQUES, 2020, p. 3).

Sousa (2019, p.15) propõe então a expansão o conceito de polarização afetiva como dirigida “a outros grupos definidos politicamente, com o objetivo de superar a discussão partidária”. Para isso, foram utilizadas escalas de mensuração de afeto em relação a cinco grupos: pessoas que defendem a legalização do aborto; pessoas que defendem o regime militar; comunistas; petistas ou simpatizantes do PT, psdbistas ou simpatizantes do PSDB. O estudo comprovou que a ideologia não parece ser uma explicação suficiente para o fenômeno da polarização afetiva no Brasil, ao contrário do que afirmam os teóricos estadunidenses.

Um outro aspecto que diferencia o contexto brasileiro é o impacto das campanhas eleitorais na polarização afetiva. Conforme visto anteriormente, as eleições norte-americanas elevam o sentimento partidário preexistente. No Brasil, as divisões partidárias são fluidas, sendo estimuladas ou até mesmo criadas durante o processo eleitoral. Com isso, “o período eleitoral por si só é capaz de forjar identidades provisórias, mas, possivelmente capazes de sustentar a identificação com grupos por tempo suficiente para que a polarização afetiva aconteça” (FUKS; MARQUES, 2020, p. 5).

Esse contexto de múltiplos partidos fragmentados e com baixa identificação partidária dos indivíduos privilegia coalizões em torno de lideranças. O ano eleitoral de 2018 revelou que a polarização é um fenômeno de natureza fluida e episódica. Além disso, a polarização afetiva no Brasil está associada principalmente às lideranças políticas com a presença de uma polarização baseada na identidade moderada e mais presente nos indivíduos que se colocam no espectro político da direita (FUKS; MARQUES, 2020, pp. 6-7).

Consideramos que a literatura sobre polarização afetiva é importante para o entendimento do contexto político de 2018, ano do assassinato de Marielle Franco, e para a repercussão seja midiática seja política acerca do crime. Na próxima seção, reapresentaremos o caso, inserindo-o neste ecossistema midiático de múltiplas escolhas, com disputas de sentido entre os veículos, por meio da criação de narrativas e enquadramentos divergentes sobre o crime.

1.4 O caso Marielle Franco na mídia em um contexto político polarizado

Apesar do seu histórico de atuação política, Marielle Franco só passou a ter projeção relevante na imprensa nacional a partir de sua eleição para a Câmara de Municipal do Rio de Janeiro. Após ter sido eleita como a quinta vereadora mais votada no pleito de 2016, alguns jornais publicaram matérias²⁵ discutindo a renovação política com a presença de pessoas negras, advindas da periferia e feministas em cargos públicos.

Tendo em vista os números dessa eleição, porém, entende-se que esta renovação é muito mais no campo simbólico do que refletida em dados substanciais. De acordo com levantamento do CFEMEA (2018a) sobre vereadores, o aumento no número de candidaturas femininas foi de apenas 0,5% em relação à eleição anterior, com uma taxa significativa de sub-representação negra (9%) e de indígenas e amarelos (menos de 0,1%)²⁶. No que diz respeito aos candidatos eleitos, algumas candidatas feministas conseguiram boas votações como vereadoras, mas, em números absolutos, o índice de mulheres eleitas subiu menos de 1% em relação à eleição de 2012 (CFEMEA, 2018b).

Outro fator importante é entender que as eleições de 2016 já evidenciavam um clima de polarização ideológica. No esteio do antipetismo que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, viu-se um decréscimo significativo de candidatos eleitos da esquerda, especialmente do Partido dos Trabalhadores, que “perdeu mais de 60% das prefeituras que dirigia desde 2012, e 94% das suas cidades de mais de 200 mil habitantes” (NAGY; SOMAIN, 2017).

O pleito de 2016 viu a consolidação de políticos de direita conservadores, como o prefeito eleito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. Bispo da Igreja Universal e então senador da República, o candidato venceu Marcelo Freixo, candidato posicionado ideologicamente à esquerda. Desta guinada à direita, no entanto, decorre o surgimento de um novo tipo de candidato: o político que nega a política. Alexandre Kalil e João Dória, prefeitos eleitos de Belo Horizonte e São Paulo, adotaram o discurso de distanciamento da política tradicional, citando seus históricos como empresários e destacando as práticas liberais, como privatização, como promessas de governo.

²⁵ A própria Marielle publicou texto em blog da Folha de S. Paulo no qual resgata o seu passado de engajamento em movimentos sociais e de suas impressões acerca da vitória nas eleições de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/38EX1Hb>.

²⁶ Os dados referentes à raça e cor referem-se aos números totais de candidatos autodeclarados, visto que o TSE não desagregou os dados por sexo (CFEMEA, 2018a).

O contexto político da eleição de Marielle, entretanto, é completamente diferente do que envolve o seu assassinato. A cobertura midiática também muda, tendo em vista que o ecossistema informativo como um todo passa por transformações progressivas. Em primeiro lugar, como já salientado, é seguro afirmar que a projeção nacional de Marielle era praticamente nula. Lamentavelmente, seu nome e sua atuação só passaram a ser conhecidos após o seu assassinato, e o grande público passou a conhecer a vereadora a partir dos portais de notícia e dos enquadramentos propostos pelos *media*.

O assassinato envolveu múltiplas agendas com diversos grupos de interesse. Logo, o crime não ficou restrito às páginas noticiosas e a mobilização ocupou as redes sociais digitais desde os primeiros dias. *Hashtags* como #MarielleVive e #MariellePresente foram compartilhadas, e o nome da vereadora ficou em primeiro lugar nos *trending topics* mundiais no dia seguinte ao seu assassinato. Vê-se então:

a apropriação das mídias para propagar protestos, solidariedade e informações a respeito do assassinato de Marielle é uma forma de grupos subalternos romperem essa barreira do silêncio manifestando sua indignação, vivenciando um luto público e cobrando providências das autoridades policiais na resolução do caso (LIMA; OLIVEIRA, 2019, p. 10).

Este luto público foi manifesto em diversos atos que ocorreram pelo país, com milhares de pessoas comparecendo ao velório no dia 16 de março de 2018²⁷. Além da capacidade de organização da sociedade civil através das mídias sociais em um curto espaço de tempo, também ficou nítido o seu poder de influenciar a agenda midiática, tendo em vista que estes atos foram noticiados pela imprensa.

Outro fator importante é a pressão para que o crime seja resolvido, amplificada pelos usuários nas mídias sociais. Adiciona-se a isso outros agentes, como políticos, ativistas de movimentos sociais e a própria imprensa, que realiza uma cobertura enfatizando a investigação e os desdobramentos do caso. Esta ênfase no aspecto investigativo do crime é esperada, visto que a morte se constitui como um valor-notícia relevante. Além disso, uma execução política é um acontecimento raro e, geralmente, notícias negativas causam maior comoção.

A comoção pública e a capacidade dos usuários nas mídias sociais de pautar a imprensa, entretanto, não são elementos suficientes para explicar por que o caso perdura

²⁷ Informações disponíveis em: <https://bit.ly/3BGmcFJ>.

na mídia²⁸. Para se compreender como o assassinato permanece na agenda midiática por um tempo considerável, é necessário também traçar os principais acontecimentos derivados dele.

O fato de Marielle Franco não ser conhecida no cenário nacional torna possível a criação de diversas imagens da vereadora, tanto negativas quanto positivas. A imprensa, de modo geral, salientou os fatos que marcaram a sua trajetória política: vereadora eleita por um partido de esquerda; feminista; ativista dos direitos humanos; ex-assessora parlamentar e aliada de Marcelo Freixo (PSOL), cujo trabalho se consolidou pela denúncia das milícias cariocas. Somado a isso, a atuação política de Marielle envolvia críticas à intervenção militar realizada nas favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Em um contexto político de polarização já acentuada e em ano de eleição presidencial, os fatos supracitados passaram a ser utilizados por alguns usuários nas mídias sociais como ataques à reputação da vereadora, conforme visto na imagem a seguir (Fig. 2).

Figura 2: Comentários de usuários do Twitter em postagens da vereadora.



Fonte: Twitter

²⁸ Segundo a amostra por nós coletada para esta pesquisa e apresentada na seção 3 deste trabalho, vê-se que são publicadas notícias sobre o assassinato de Marielle Franco durante todo o período determinado. Esse dado reitera nossa afirmação de que o caso perdura na mídia.

Percebe-se, então, o reforço de um discurso de culpabilização da vítima diante de uma compreensão errônea em torno da pauta dos direitos humanos e do ativismo exercido pela vereadora. Em outros termos, se Marielle defendia bandidos, merecia ser morta por eles. Essa lógica brutal ganha força nas mídias sociais e se amplifica com a disseminação de *fake news* que visam arruinar a sua reputação. A tentativa de arruinar a imagem da vereadora não foi feita através dos meios tradicionais de comunicação, com enquadramentos “mobilizados por atores tão diferentes, de cidadãos anônimos, políticos, jornalistas, magistrados e influenciadores digitais” (DOURADO, 2020, p. 7).

Um desses atores responsáveis pela disseminação de *fake news* foi o deputado federal Alberto Fraga, que escreveu em sua conta no Twitter em 16 de março de 2018:

Conheçam o novo mito da esquerda, Marielle Franco. **Engravidou aos 16 anos, ex-esposa do Marcinho VP, usuária de maconha, defensora de facção rival e eleita pelo Comando Vermelho**, exonerou recentemente 6 funcionários, mas quem a matou, foi a PM (G1, grifo nosso)²⁹.

Ao utilizar um conjunto intrincado de informações falsas³⁰, o que se percebe é uma tentativa de destruir a reputação de Marielle ao destacar aspectos supostamente questionáveis de sua vida pessoal e de sua trajetória política. Outra pessoa que fez isso foi a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Marília Castro Neves, ao responder uma postagem no Facebook também no dia 16 de março de 2018:

A questão é que a tal Marielle não era apenas uma ‘lutadora’; ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos pelos seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa ‘longe da favela’ sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais transacionava. Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para o seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro³¹.

²⁹ Após a repercussão negativa, o deputado desativou suas contas nas mídias sociais. A transcrição foi feita de um *printscreen* disponível em: <https://glo.bo/3h1sdos>.

³⁰ Segundo dados da agência de checagem Aos Fatos, Marielle não engravidou aos 16 anos, nunca foi casada com nenhum traficante e tampouco foi eleita pelo Comando Vermelho, tendo em vista que a maior parte dos seus votos se concentrou nas regiões de classe média alta do Rio de Janeiro. Informações disponíveis em: <https://bit.ly/3BEppFy>.

³¹ Após a repercussão negativa, a desembargadora deletou o comentário. A transcrição foi feita de um *printscreen* disponível em: <https://bit.ly/3vXNftH>.

A fala da desembargadora evidencia o sentimento de desprezo ao grupo político oposto, percebido em indivíduos e grupos polarizados afetivamente (IYENGAR e WESTWOOD, 2015). A diferença entre “nós” e os “outros” é percebida no aspecto de identidade ideológica (direta e esquerda) e de classe social (a pessoa da favela e a de “longe da favela”). A culpabilização da vítima está associada a uma atuação política ligada ao tráfico. A destruição da reputação de Marielle se estende até ao seu corpo, visto como um “cadáver comum”, uma expressão que tenta desqualificar o crime.

Após repercussão negativa na imprensa e nas mídias sociais, o deputado e a desembargadora pediram desculpas. O estrago, porém, permanece até hoje, pois *fake news* sobre Marielle Franco continuam sendo replicadas no ambiente *online*. Os xingamentos se estendem família de Marielle e correligionários da vereadora³², que sentem que os dois casos foram tratados com impunidade³³³⁴.

Por outro lado, existiu um grande esforço em preservar a memória e legado da vereadora, desmentindo *fake news*. O caso também repercutiu internacionalmente - personalidades famosas como a cantora Katy Perry e a atriz Viola Davis prestou homenagens³⁵. Marielle Franco foi celebrada no Carnaval 2019 em diversas escolas de samba de São Paulo e do Rio de Janeiro³⁶. Nota-se, então, uma construção da imagem de Marielle a partir de narrativas que passam ao largo das *fake news*, destacando a luta política de Marielle de maneira positiva.

Além disso, outro aspecto constantemente retratado na mídia que garantiu a discussão do caso nas diversas agendas foi o problema da impunidade. A pergunta “quem matou Marielle e Anderson?”, replicada nas mídias sociais, só foi respondida quando foi efetuada a prisão do policial militar reformado Ronnie Lessa e o ex-PM Elcio Queiroz, quase um ano depois do crime³⁷. Até junho de 2020, na escrita desta dissertação, ainda não se sabe, entretanto, quem foi o mandante e/ou os motivos da execução. Os avanços lentos da investigação e a pressão exercida por diversos atores pressionaram os órgãos responsáveis pelo inquérito a darem constantes atualizações sobre o caso à imprensa.

³² Cf.: <https://bbc.in/2Ywcesb>.

³³ Em maio de 2018, o deputado Alberto Fraga foi absolvido no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados por quebra de decoro parlamentar. O pedido de cassação foi feito a pedido do PSOL. Disponível em: <https://glo.bo/3DSt8RR>.

³⁴ A desembargadora Marília Castro Neves foi processada pela família de Marielle Franco e foi condenada a pagar indenização pela Justiça do Rio de Janeiro em outubro de 2020. Entretanto, em março de 2021, a desembargadora foi absolvida pelo crime de calúnia pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Disponível em: <https://glo.bo/3BLtlo4>.

³⁵ Cf.: <https://bit.ly/2WX1S3y>.

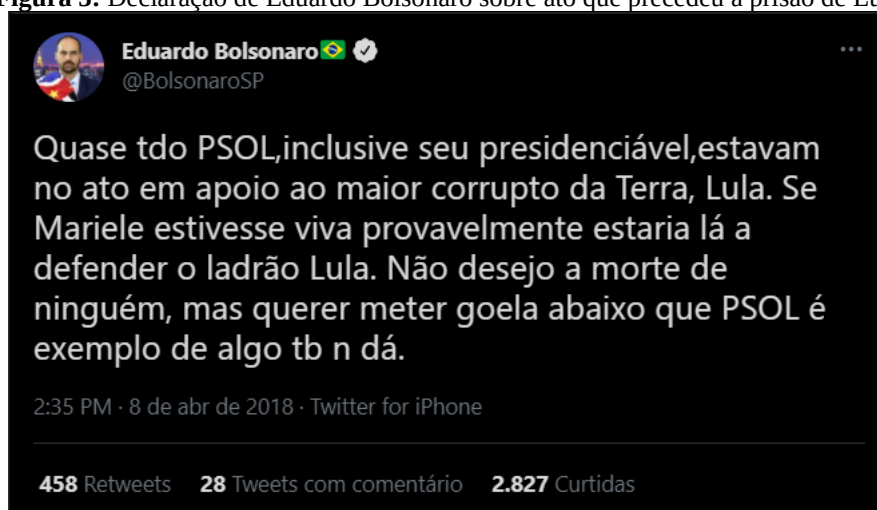
³⁶ Cf.: <https://glo.bo/3BBbn7Q>.

³⁷ Cf.: <https://bit.ly/3kYf40I>.

Aliado a isso, os acontecimentos ocorridos no campo político permitiram que o caso ficasse na mídia por mais tempo. O ano de 2018 foi marcado por eleições com alta polarização afetiva e, com isso, o assassinato de Marielle acabou sendo alvo de polêmica. A primeira delas envolveu o silêncio de Jair Bolsonaro a respeito do crime. Dos treze pré-candidatos à presidência, o candidato do PSL foi o único que não comentou o crime no dia do acontecimento. Segundo um assessor do até então deputado federal, a opinião dele sobre o caso “seria polêmica demais”³⁸. O futuro presidente só veio se manifestar no dia 22 de março, em entrevista concedida ao jornalista Fernando Rodrigues³⁹, na qual declarou que ficou em silêncio por não querer “politizar o assunto”.

De forma contrária, porém, o clã Bolsonaro politizou bastante o assassinato. A narrativa de crime comum foi retomada pelo presidente e seus filhos em diversas oportunidades nos primeiros meses após o crime⁴⁰. Além disso, eles também utilizaram o nome da vereadora para atacar diversos indivíduos e grupos ligados à esquerda com o intuito de manchar a reputação de Marielle, conforme visto na imagem abaixo:

Figura 3: Declaração de Eduardo Bolsonaro sobre ato que precedeu a prisão de Lula



Fonte: Twitter

Essa tática de ataque à memória de Marielle não foi feita exclusivamente pela família Bolsonaro. Outros atores do campo político também participaram desta campanha de destruição de reputação. Talvez o ato mais conhecido foi protagonizado pelo então candidato a deputado estadual Rodrigo Amorim e pelo deputado federal Daniel Silveira⁴¹, ambos do PSL, que rasgaram uma placa com os dizeres “Rua Marielle Franco”, colocada

³⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3zO3BqI>.

³⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3DRFLgc>.

⁴⁰ Cf.: <https://bit.ly/3h3sEP4>.

⁴¹ Candidatos eleitos em 2018 aos cargos de deputado estadual e federal do Rio de Janeiro, respectivamente.

por manifestantes em alguns pontos do município do Rio de Janeiro. Na ocasião, Amorim declarou que o ato foi realizado em represália aos grupos de esquerda e que Marielle era “só mais uma brasileira entre 60 mil vítimas de homicídios. Não pode ter tratamento diferenciado” (NOGUEIRA, 2018).

Na ação simbólica de rasgar a placa com o nome, fica evidenciado o desprezo à vereadora e às pautas que ela defendia. Na esteira das ações do clã Bolsonaro, os seus aliados também tentam minimizar o assassinato político de Marielle, comparando-o aos números absolutos no país. Em contrapartida, houve uma manifestação no dia seguinte com a entrega de mil placas similares a que foi destruída. O evento contou com a participação de políticos de esquerda, como Marcelo Freixo (PSOL) e Jandira Feghali (PCdoB), além da viúva de Marielle, Mônica Benício⁴².

O clã Bolsonaro volta a falar sobre Marielle quando os desdobramentos do inquérito policial ligam Ronnie Lessa à família. A imprensa apurou que o policial militar morava no mesmo condomínio fechado em que Jair e seu filho, Carlos, tinham imóveis. As ligações de Ronnie com as milícias também apontam similaridades com o clã, acusado de ter esses mesmos elos⁴³. A partir daí, Jair Bolsonaro e seus filhos passaram a adotar um discurso defensivo, afirmando que havia desespero por parte da imprensa em associá-los ao crime⁴⁴.

Por fim, o caso volta a circular no ecossistema midiático com as manifestações de um ano do assassinato de Marielle, ocorridas em todo o país. Também é nesta época que se vê uma nova tentativa de ofensa à memória da parlamentar. Em 14 de março de 2019, deputados do PSOL e de outros partidos de esquerda realizaram um ato solene em homenagem à memória da vereadora na Câmara dos Deputados. A poucos metros, oito deputados federais se colocaram ao lado de caixas de som que emitiam latidos, com o suposto intuito de protestar contra a violência animal. Entre os deputados estava Daniel Silveira, conhecido por rasgar a placa de Marielle⁴⁵, como já mencionado.

De modo geral, o que se vê diante da sucessão de acontecimentos como os supracitados é o aproveitamento do crime, da imagem da vereadora e das pautas que ela defendia para provocações que fomentaram antagonismo político em pleno ano eleitoral.

⁴² Informação disponível em: <https://bit.ly/3n6kJoe>.

⁴³ Cf.: <https://bit.ly/3kTyEex>.

⁴⁴ Informações disponíveis em: <https://bit.ly/3h3sEP4>.

⁴⁵ Informações disponíveis em: <https://bit.ly/3jIZPZY>.

Fake news sobre Marielle Franco foram usadas com vistas à destruição de sua reputação, de sua vida pessoal e da tentativa de usar sua memória para atingir outros atores e grupos políticos. Com isso, identificamos dois grupos: uma direita radicalizada, simbolizada pelo clã Bolsonaro e seus seguidores, que utilizam táticas de desinformação e de desonra à memória da vereadora com o intuito de demonizar a esquerda; e uma esquerda que se empenha em preservar o legado de Marielle, combatendo *fake news* e promovendo homenagens.

Assim sendo, após a descrição desse contexto que envolve um ecossistema midiático complexo e uma campanha política com eleitores e grupos polarizados afetivamente, passamos para o segundo capítulo, que descreve dois eixos teóricos que norteiam esta pesquisa: enquadramento midiático e interseccionalidade.

2 ENQUADRAMENTO MIDIÁTICO E INTERSECCIONALIDADE

O segundo capítulo da dissertação introduz os dois conceitos teóricos que norteiam a análise apresentada no último capítulo: enquadramento midiático e interseccionalidade. A primeira subseção discute o surgimento do conceito de enquadramento, evolução dos estudos sobre o tema e a aplicação do conceito em estudos da Mídia. No tópico da interseccionalidade, realizamos também um resgate histórico da interseccionalidade, a sistematização proposta por Crenshaw (1989, 1991) e nos aprofundamos na discussão da violência de gênero, visto que é um aspecto central para se entender o caso Marielle Franco. Por fim, apresentamos brevemente um paradigma atual das pesquisas existentes sobre o assassinato de Marielle sob a perspectiva da interseccionalidade.

2.1 Enquadramento: conceito, evolução e operacionalização

Em 1954, no artigo intitulado “*A theory of play and fantasy*”, o antropólogo Gregory Bateson lança as bases para o conceito de enquadramento (ou *enquadre*). Em um primeiro momento, o autor explica que existem níveis de abstração perceptíveis na comunicação verbal humana. Para além do conteúdo das mensagens – o aspecto denotativo –, ele aponta a existência de dois aspectos predominantemente implícitos: o metalinguístico, que diz respeito à própria mensagem e sua relação com a linguagem; e o metacomunicacional, cuja ênfase está nas relações entre os falantes (BATESON, 2000, p.35).

Em seguida, a partir de observações de brincadeiras entre macacos em um zoológico, o autor discorre sobre como a brincadeira é vista por todos presentes no ambiente devido a sinais compartilhados na metacomunicação. A mordida – um ato violento – aqui é vista como fazendo parte de algo lúdico. Logo, as regras para as ações são compartilhadas em um contexto específico, criando o enquadramento “isto é brincadeira”. Para o fundamento de um *enquadre*, portanto, é necessário “um conjunto complexo de regras metalinguísticas (mas não verbalizadas) que governam como palavras e orações devem ser relacionadas a objetos e eventos” (BATESON, 2000, p.38).

Bateson, então, aplica isto ao processo psicoterapêutico e explica que o enquadramento é um processo criado na metacomunicação. Na relação entre terapeuta e paciente, é necessário entender quais os *enquadres* psicológicos a fim de identificar o tipo

e a natureza da interação ali delineados. Com isso, “o enquadramento possibilita identificar as regras e as instruções que orientam determinada situação e o envolvimento dos atores nela” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.189).

Em seguida, Bateson estabelece alguns elementos importantes no estudo sobre enquadramento. Um aspecto é a natureza paradoxal presente no conceito, pois todo *enquadre* é inclusivo ao reunir certas mensagens e excludente ao excluir outras. Outro elemento é que a noção de enquadramento pressupõe uma moldura interpretativa. Fazendo a analogia com um quadro, o autor elucida que a ênfase da moldura é sinalizar ao observador os limites da gravura e, desta forma, “este não deve usar o mesmo tipo de raciocínio ao interpretar a gravura que poderia usar ao interpretar o papel de parede fora da moldura” (BATESON, 2000, p.43). Segundo o autor, portanto, o enquadramento serve como um limite para que sejam pensadas nas mensagens ali contidas e não nas que estão fora dessa moldura.

Embora o objetivo dos estudos de Bateson estivesse centralizado na relação psicoterapêutica, o estudo sobre enquadramento não se delimitou a esta área de conhecimento. Como explicam Mendonça e Simões (2012, p. 189):

Ainda que essa discussão sobre os enquadramentos tenha sido desenvolvida para refletir sobre fenômenos particulares da psicoterapia, ela pode ser apropriada para analisar outros processos comunicativos. Em todo tipo de interação comunicacional expressam-se conteúdos, ao mesmo tempo em que se tematizam a própria linguagem e a relação entre os interlocutores.

Outro autor que explorou enquadramento, sendo até mais associado ao conceito que o próprio Bateson, foi o sociólogo Erving Goffman. Este autor estudava as relações sociais em uma perspectiva microsociológica, ou seja, a partir de interações humanas cotidianas. O intuito dele era entender cada etapa do processo constitutivo dessas relações, analisando as regras, os atores, a ordem das ações, o cenário e os diferentes papéis e máscaras criados a fim de manter um controle das impressões de outros atores (PINTO, 2019, p. 103).

O sociólogo explora, portanto, o tópico do enquadramento na análise das relações interpessoais. De acordo com ele, os atores enquadram o mundo ao seu redor, considerando elementos subjetivos utilizados para interpretar a realidade em que estão imersos. Para isso, parte de uma pergunta: “O que está acontecendo aqui?”, cuja resposta se encontra na noção de enquadramento.

Em resumo, o quadro “é uma limitada estrutura cognitiva empregada subjetivamente pelo indivíduo a fim de que este possa atribuir significados aos objetos e aos acontecimentos físicos e abstratos que o cercam” (HANGAI, 2012, p. 2). Logo, ele é construído através de um processo de interpretação individual a partir da realidade compartilhada pelos atores. Tal como um jogo de tabuleiro, no qual existem muitas peças disponíveis, Goffman indica que existe uma capacidade subjetiva do ator de perceber tais peças e reorganizá-las em conjuntos próprios de sentido.

Esses quadros são compartilhados entre os indivíduos e fazem parte de uma realidade social na qual múltiplos acontecimentos ocorrem simultaneamente. Sendo assim, Goffman elucida o processo de sobreposição de quadros. Para ele, existem os quadros primários, que permitem ao indivíduo “situar, perceber, identificar e rotular um número quase infinito de ocorrências concretas definidas em seus termos” (GOFFMAN, 2012, p. 21). Eles são vistos como naturais e seu sentido pode ser extraído sem a obrigação de recorrer a enquadramentos prévios. Apesar do nível de subjetividade dos atores, no entanto, tais quadros só são passíveis de mudança a partir de um agir coletivo, visto que são modificados a partir de um contexto social (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 190; HANGAI, 2012, p. 3).

Com base nos quadros primários, os indivíduos transformam os eventos a partir de duas clivagens: tonalização e maquinação (GOFFMAN, 2012 apud HANGAI, 2012, pp. 3-4). A primeira diz respeito a uma adição de significados a partir de um enquadramento prévio, sem remover o esquema primário de interpretação. O núcleo do quadro continua sendo o mesmo, mas a moldura confere uma nova dimensão ao que está sendo retratado. A maquinação, por sua vez, é utilizada a fim de enganar o outro e visa destituir o que está sendo enquadrado. Aqui, a moldura visa redesenhar o núcleo do quadro e, caso a farsa seja descoberta, aquilo que antes era visto como um simples esquema primário, agora é visto como fruto da maquinação (GOFFMAN, 2012 apud HANGAI, 2012, pp. 3-4).

A moldura, então “segmenta a percepção criando tensão entre o que está dentro e o que está fora [dela]” (GOFFMAN, 2012, p. 133). Isso revela que os enquadramentos não são elementos estáticos, sendo construídos em interações dinâmicas, nas quais os atores estão cientes de que podem ser enganados. Além disso, aspectos como tonalização e maquinação demonstram que os indivíduos estão cientes que a realidade é mais ampla do que aquilo que está sendo enquadrado.

Outro aspecto importante na discussão sobre enquadramento na perspectiva de Goffman é que os atores são capazes de desempenhar múltiplos papéis em quadros diferentes. Esses papéis, em geral, se complementam, revelando as diversas facetas do “eu” (*self*):

Cada indivíduo é dotado de um eu (*self*), uma essência de personalidade que antecede a todos os papéis que ele venha a desempenhar. Este ‘eu’ resulta da história biográfica do indivíduo e é sempre levado adiante, mesmo quando ele se deixa absorver por um papel social. A sua biologia e o seu estilo de agir e pensar são indissociáveis de seu ser, mesmo quando está desempenhando um papel (HANGAI, 2012, p.4).

Um exemplo disso é a forma como a própria Marielle Franco se apresentava: “minhas identidades, enquanto feminista, negra e cria da favela” (FRANCO, 2016). Além disso, Marielle era mãe, casada com uma mulher e vereadora do município do Rio de Janeiro. Os diferentes quadros exigem dos atores sociais não apenas uma adaptação no tocante ao papel desempenhado, mas também na forma em que esses atores se apresentam.

Embora não fosse a ênfase dos estudos de Goffman, o autor discutiu brevemente o papel dos jornais como um exemplo de processo de criação de enquadramentos. Para o sociólogo, a mídia ocupa um papel importante ao disseminar “narrativas engendradas pelos frames que fortalecem as crenças sobre o funcionamento do mundo” (GOFFMAN, 2012, p.15).

Além das contribuições de Bateson e Goffman, alguns teóricos da mídia passaram a entender os meios de comunicação massivos a partir de outras perspectivas. Até meados dos anos 80, prevaleciam os estudos de efeitos limitados, nos quais acreditava-se que os processos comunicacionais eram assimétricos - emissor ativo e receptor passivo -, episódicos - limitados pelo tempo - e que os estudos deveriam centralizar os indivíduos.

Houve, no entanto, uma mudança de paradigma em que se passou a entender os efeitos cumulativos dos meios de comunicação em massa. Isso se deve à ascensão da sociologia do conhecimento, que privilegiou estudos sobre a função dos processos simbólicos e comunicacionais como necessários para a sociabilidade dos sujeitos. Com isso, passou-se a um entendimento de que os meios de comunicação de massa não intervêm diretamente nos comportamentos dos indivíduos, mas sim influenciando em como estes visualizam sua imagem do ambiente social, permitindo também análises da mídia na esfera da cognição dos sujeitos (WOLF, 2008, p. 140).

Nesse cenário, surgiram postulados que estão intimamente ligadas à noção de enquadramento midiático. Uma delas é hipótese da *agenda-setting*, cujo primeiro teste empírico foi realizado por McCombs e Shaw (1972) e que verifica o impacto direto, mas não imediato, sobre os consumidores em dois níveis: a ordem do dia dos temas da agenda midiática e a hierarquia de prioridade dos elementos dispostos nessa ordem.

O agendamento revela como os meios de comunicação dão prioridade a certos temas e a possibilidade de estes serem integrados à agenda pública. É importante destacar, no entanto, que o público não se comporta apenas como um receptor passivo das informações divulgadas pelos veículos de mídia, mas como um ente que também participa do processo de agenda. Percebe-se então que:

A repercussão de determinadas notícias acaba interferindo no curso dos acontecimentos sociais, moldando a realidade a partir da visibilidade e da interpretação (enquadramento) conferida a tais eventos. O agendamento é uma das consequências dessa intervenção, pois os atores sociais podem ser pautados pelos agentes midiáticos ou vice-versa (LIEDTKE, 2007, p. 9).

Tendo esse contexto em mente, a noção de enquadramento passou a ser incorporada aos estudos de mídia com o objetivo de fazer frente às teorias tradicionais da época, citadas anteriormente. Segundo Campos (2014, pp. 382-383), esta crítica se deu em três aspectos: contestar a noção de objetividade jornalística; repelir a ideia que a mídia determina a opinião pública de forma manipuladora; e discordar que os sujeitos se comportam como receptores autômatos diante das informações fornecidas pela mídia.

A noção de objetividade jornalística é vista por Tuchman (1972) como um ritual estratégico. Segundo a autora, a natureza diária do trabalho jornalístico colabora para um ambiente com hierarquia rígida e, neste espaço, o foco seria minimizar os erros. A noção da objetividade, portanto, surge como um rito estratégico defensivo a fim de disseminar possíveis críticas. Para isso, os jornalistas utilizam elementos na forma e no conteúdo textual, amplamente incorporados na relação organizacional (TUCHMAN, 1972, pp. 660-661).

Os procedimentos adotados pelos veículos de mídia, que se baseiam em critérios como objetividade e imparcialidade, afetam a seleção e apresentação das notícias. Tuchman (1978) aponta que os jornalistas privilegiavam fontes institucionais, como burocratas e políticos, em detrimento de líderes de movimentos sociais e populares. Por meio deste exemplo, a autora argumenta que o enquadramento noticioso é uma construção resultante de uma cultura organizacional e de negociações ativas (TUCHMAN, 1978).

Nos anos 1980, também se passou a discutir a influência da mídia na opinião pública, com o foco na complexidade das relações entre aprendizado dos sujeitos com as notícias. Sobre isso, Campos (2014, p. 382) comenta que “quando uma audiência não incorpora as interpretações difundidas pela mídia, os enquadramentos midiáticos fornecem os mapas cognitivos que utilizamos para refletir sobre problemáticas públicas”. Isso significa que a mídia não determina o que os indivíduos devem pensar, mas opera em uma estrutura que garante uma ordem do dia dos temas e os enquadramentos predominantes baseados nesses tópicos.

Uma contribuição importante para essa discussão foi o estudo realizado por Todd Gitlin, em 1981, sobre o movimento estudantil estadunidense anti-guerra dos anos 1960. O sociólogo argumenta que a mídia massiva estabelece quadros em que os atores, movimentos sociais e eventos são definidos de forma a fornecer uma visão para os próprios envolvidos e para o resto da sociedade. Esses enquadramentos são criados através de “padrões sistemáticos de conhecimento, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais *manipuladores de símbolos* rotineiramente organizam discurso, seja verbal ou visual” (GITLIN, 2003, p. 7, grifo no original). Ou seja, os enquadramentos propostos não são forçados ao público, mas são vistos de forma natural (CAMPOS, 2014, p. 382).

A percepção de que o público reagia às notícias de forma passiva, por sua vez, foi combatida através de estudos sobre enquadramento que não se centralizavam apenas nas notícias para se entender o cerne da opinião pública. Gamson e Modigliani (1989 apud VIMIEIRO e MAIA, 2011, p. 240) introduzem o conceito de pacote interpretativo, cujo elemento central é o *frame*. O objetivo dos pacotes é construir significado ao longo do tempo, incorporando novos elementos que ajudem à interpretação dos enquadramentos:

Resumidamente, os pacotes interpretativos são agrupamentos formados por determinados dispositivos simbólicos e que têm como essência o enquadramento, que seria um princípio abstrato e geral. Dessa forma, é possível permitir um certo nível de controvérsia mesmo entre aqueles que compartilham um mesmo frame, já que a ideia central está sempre presente (VIMIEIRO; MAIA, 2011, p. 242).

Os pacotes interpretativos auxiliam os indivíduos a interpretar os enquadramentos noticiosos. Gamson (1995 apud CAMPOS, 2014) aponta que a dependência cognitiva do público em relação às notícias é assimétrica, tendo em vista que, apesar de terem acesso ao mesmo conteúdo, as pessoas se relacionam de maneira

diferente, devido a fatores como interesse pela temática e a experiência em relação ao problema discutido.

Com isso, a discussão dos enquadramentos nos estudos de mídia ganhou proeminência e gerou diversos estudos no campo dos efeitos em longo prazo. O conceito, no entanto, ainda carecia de uma uniformização, tendo em vista que autores como Tuchman, Gitlin e Gamson abordam o *framing* em perspectivas diferentes.

Diante disso, Robert Entman publica um estudo intitulado “Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm”, em 1993. Nele, o autor expõe que, apesar da onipresença de estudos sobre enquadramento em diferentes campos de conhecimento, não existia ainda um consenso em torno da teoria do enquadramento que revelasse como os quadros são incorporados e se manifestam no texto, ou como o enquadramento influencia o pensamento (ENTMAN, 1993, p. 51). Diante disso, o sociólogo propõe uma unificação do conceito, definindo-o como:

Enquadrar é **selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado** para o item descrito” (ENTMAN, 1993, p. 52, grifos do autor).

Dois aspectos são centrais para a compreensão do conceito de enquadramento: seleção e saliência. Aplicando-os às notícias, a seleção diz respeito à escolha editorial de quais acontecimentos serão escolhidos, enquanto outros acontecimentos serão omitidos. Já a saliência está relacionada ao fragmento da informação que tem destaque e que é mais memorável para a audiência. Os textos podem salientar um termo por meio de sua repetição ou até mesmo com a associação a símbolos familiares ao público.

Também se faz necessário destacar que a saliência é fruto da relação entre texto e audiência; com isso, o próprio público pode aceitar os quadros propostos, assim como rejeitá-los. Logo, o enquadramento pode determinar de que maneira a maior parte das pessoas percebem, interpretam e lembram de um certo problema, assim como elas agem diante disso; entretanto isso não implica em um efeito universal e atomizado (ENTMAN, 1993, p. 54).

Outro aspecto importante do trabalho de Entman é a ênfase nos processos culturais que envolvem a conceituação e aplicação de enquadramento, considerando uma integração entre política, comunicação e a relação com o público. Devido a esse esforço

em torno da uniformização do conceito, foi necessário propor tentativas de operacionalização do enquadramento.

Em primeiro lugar, destaca-se que essa tentativa de uniformização e operacionalização do enquadramento acontece em uma longa tradição de pesquisa empírica. Dessa forma, existem diversos conceitos e tentativas de instrumentalização, através de diferentes metodologias. Sendo assim, consideraremos algumas pesquisas a fim de dar um panorama sobre o estado atual da pesquisa sobre enquadramento.

Maia (2009, p. 306) indica que existe uma visão predominante nas pesquisas de Comunicação em uma divisão do enquadramento em dois modos: enquadramentos dos *media* e enquadramentos da audiência. O primeiro refere-se “aos recursos simbólicos verbais e visuais [...] que jornalistas e outros agentes dos *media* usam para organizar a informação em seus textos” (MAIA, 2009, p. 307). O segundo diz respeito a como os receptores captam as informações transmitidas pela mídia, interpretando-as e ressignificando-as.

A autora aponta, porém, que existem poucos trabalhos que se voltem a analisar os enquadramentos do ponto de vista de concorrência. Em termos gerais, as pesquisas vislumbram os *frames* em uma perspectiva de dominância, nos quais existe um enquadramento predominante e os demais são subjacentes a este. Tsta lacuna existe nas pesquisas em torno “da própria construção dos enquadramentos (*frame building*), na esfera de visibilidade dos *media* ou, ainda, nos processos de recepção da audiência” (MAIA, 2009, p. 309, grifos da autora).

Então, a partir de estudos realizados por Chong e Druckman (2007), a autora propõe uma análise de enquadramentos concorrentes, pois entende que o ecossistema informativo é constituído por enquadramentos favoráveis e contrários a determinados problemas. Ela enfatiza que não se deve apenas mapear esses *frames*, mas também verificar como se dá a disputa de argumentos, compreendendo que podem existir conflitos no próprio argumento favorável e que a justificação das razões apresentadas é, por natureza, complexa (MAIA, 2009, p. 309).

Para aplicação deste conceito, se faz necessário considerar alguns fatores durante a pesquisa: a variação dos temas ao longo do debate, quais argumentos são disputados e como se dá a reflexividade entre eles e que essa disputa gera uma complexificação do debate (MAIA, 2009, p. 310).

Outro debate sobre a operacionalização do conceito de enquadramento midiático é proposta por Campos (2014) em uma pesquisa que analisa como a imprensa noticiou as

ações afirmativas raciais nas universidades públicas. Em primeiro lugar, o autor aponta que a informalidade metodológica em torno das pesquisas sobre *framing* contribui para a construção de tipologias arbitrárias, que mais revelam o posicionamento do analista diante dos enquadramentos do que o que está sendo expressado pelos atores envolvidos no processo (CAMPOS, 2014, p. 389).

Como forma de superar essa informalidade, a proposta deste autor consiste no reconhecimento dos enquadramentos a partir de etapas objetivas, que permitem a identificação de um maior nível de elementos recorrentes na cobertura de um determinado tema, assim como a quantificação da coocorrência desses elementos nas notícias e subsequente a fusão dos elementos que mais coocorrem em grupos (CAMPOS, 2014, p. 385).

Para verificar esses elementos supracitados, o autor categoriza três diferentes níveis do *framing* midiático: enquadramentos editoriais, noticiosos e interpretativos. O primeiro diz respeito aos critérios de seleção, destaque e distribuição de notícias no interior das edições publicadas, revelando com isso as rotinas e lógicas de produção. Os enquadramentos noticiosos referem-se ao “ângulo da notícia”, o ponto de vista do jornalista que destaca alguns elementos do acontecimento em detrimento de outros. E, por fim, os enquadramentos interpretativos se voltam às induções avaliativas de uma certa temática a partir de *frames* específicos da realidade percebida (CAMPOS, 2014, p. 386).

Por fim, o trabalho de Mendonça e Simões (2012) se debruça ante às possibilidades de operacionalização do conceito, discutindo-o a partir de várias pesquisas empíricas. Eles salientam que, embora mantenham diferenças nos aspectos operacionais, os discursos midiáticos se constituem, em sua grande maioria, como o objeto de estudo comum nas pesquisas. Além disso, houve uma mudança paradigmática da análise da interação face-a-face, centro da análise de Goffman, para um estudo das interfaces entre mídia, sociedade e política (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 191).

Em relação ao aspecto operacional, percebe-se três grandes modelos de apropriação do conceito de enquadramento: a análise da situação interativa, a análise do conteúdo discursivo e a análise de efeito estratégico. A primeira vertente parte dos estudos de Goffman sobre *enquadre* e centraliza como as situações interacionais moldam as relações estabelecidas entre os atores. Nesta perspectiva, os fenômenos midiáticos são compreendidos através de enquadramentos que orientam, organizam e dão sentido às interações vividas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, pp.191-192).

A segunda vertente, intitulada análise do conteúdo discursivo, preconiza a análise de conteúdo como operador e tem como intuito “analisar enunciados e discursos de natureza variada, captando o modo como a realidade é enquadrada” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193). Essa clivagem parte dos estudos de Entman, cujo foco está em como os discursos midiáticos enquadram o mundo, permitindo interpretações específicas da realidade apreendida.

A última vertente apresentada pelos autores explora o conceito de enquadramento na visão de um discurso mobilizado de forma estratégica pelo ator social a fim de criar efeitos no receptor. Fortemente associada aos estudos de *agenda-setting*, os trabalhos derivados desta vertente enxergam o enquadramento como ferramentas empregadas a fim de influenciar a opinião pública. Aqui, os *frames* não são vistos como molduras partilhadas pelos atores, antes sendo construídos através de vieses do próprio enunciador (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 195).

Essas diferentes formas de operacionalização do conceito de enquadramento midiático também se relacionam ao aspecto temático das pesquisas. Em termos gerais, as análises sobre o *framing* se debruçam sobre os temas políticos. Como exemplo, existem pesquisas sobre acontecimentos políticos, como o *impeachment* de Dilma Rousseff (CIOCCARI; ROSSI, 2016; RIZZOTTO et al 2017; SAMPAIO et al, 2020) e escândalos como o Mensalão (VASCONCELLOS, 2007; SILVA, 2008); questões raciais, como ações afirmativas (MOYA, 2009; CAMPOS, 2014); a visão sobre o movimento feminista (BRAGA, 2018) e protestos políticos, como a Marcha das Vadias (PRUDENCIO et al 2016); entre outros.

A nossa discussão dos enquadramentos do caso Marielle Franco nos portais de imprensa busca somar a essas discussões supracitadas, com o objetivo de lançar luz sobre a questão da violência contra a mulher, uma temática de natureza política. Entenderemos isso a partir do conceito de interseccionalidade, advindo das discussões políticas de mulheres negras, que abordaremos no tópico seguinte.

2.2 Interseccionalidade

Neste tópico, estudaremos a teoria interseccional a fim de entendermos os aspectos da violência de gênero vistos no caso Marielle. Iniciamos a seção com uma breve contextualização histórica e como o conceito surgiu nas discussões de intelectuais negras.

2.2.1 Conceito de interseccionalidade

A interseccionalidade é um conceito nomeado pela jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, em 1989, que desenvolveu em trabalhos posteriores importantes contribuições analíticas para o desenvolvimento deste conceito analítico. Compreender interseccionalidade significa levar em consideração o histórico de vivências das mulheres de cor⁴⁶ e dos feminismos negros em uma perspectiva decolonial⁴⁷ do saber acadêmico.

Esse resgate histórico é necessário para entender que o conceito não surge do ambiente acadêmico para a sociedade; na verdade, o caminho é inverso. Com isso, não pretendemos invalidar as contribuições de Crenshaw para a compreensão analítica da interseccionalidade, mas reforçar a importância das intelectuais negras anteriores a ela, promovendo uma visibilidade dessas figuras.

Refletir sobre movimentos de pessoas negras requer o entendimento que afrodescendentes sofreram um processo de diáspora, isto é, “experiências que perpassam a escravidão, o colonialismo, o imperialismo e a migração forçada” (COLLINS, 2012 apud KYRILLOS, 2020, p. 2). Ao mesmo tempo que o processo diaspórico é familiar às populações negras, os contextos sócio-históricos dos países implicam em experiências diferentes.

O primeiro discurso importante que evidencia a presença da interseccionalidade foi proferido pela ativista e intelectual negra Sojourner Truth, na primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres nos Estados Unidos, em 1851. Quando os homens presentes questionaram o direito ao voto reivindicado pelas mulheres brancas, apelando para o argumento da força física, a abolicionista declarou:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o

⁴⁶ Os teóricos estadunidenses cunharam o termo *people of color* a fim de descrever as experiências de pessoas negras, latinas, indígenas, entre outros. No Brasil, os debates teóricos utilizam predominantemente o termo “não-brancos”. nascimento (2017) critica o termo por entender que parte de uma visão colonizadora que demarca a branquitude como referência. Concordamos com a autora e utilizaremos o termo “mulheres de cor” ou “pessoas de cor”, excetuando os casos que se referirem a vivências específicas ou em citações diretas de outros autores.

⁴⁷ Cf. Akotirene (2019) e Figueiredo (2020).

açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014).

Esse trecho rejeita a condição de feminilidade imposta às mulheres pelo patriarcado, demonstrando aos defensores da supremacia masculina que força física não era um fator exclusivo de homens. O discurso também expõe a incoerência do movimento de feministas brancas, que eram contrárias à fala da abolicionista em um primeiro momento. Apesar das diferenças de raça e classe, Sojourner Truth reitera sua condição como mulher e afirma que sua reivindicação por direitos era igualmente legítima (DAVIS, 2016).

Nestes fragmentos, a intelectual pioneiramente articula raça, classe e gênero, questionando a categoria mulher universal, mostrando que se a maternagem obrigatória revela um destino biológico para todas as mulheres, seria apropriado ressaltar que os filhos e as filhas das africanas eram vendidos escravizados (AKOTIRENE, 2019, p. 17).

Como visto, as lutas das mulheres negras já revelavam os fundamentos da interseccionalidade desde o seu fundamento, evidenciando como os marcadores sociais da diferença atuam. As discussões sobre raça se aprofundariam especialmente no século seguinte, diante da segregação racial vivida nos Estados Unidos no período de 1876 a 1965. A imposição de espaços reservados para negros e brancos foi institucionalizada por meio de diversas leis segregacionistas que vigoravam no sul dos Estados Unidos, conhecidas como *Jim Crow laws*⁴⁸ (KYRILLOS, 2020, p. 4).

Diante de um contexto no qual os linchamentos de homens negros e os estupros coletivos de mulheres negras eram comuns, começaram a surgir as primeiras associações de mulheres negras (DAVIS, 2016). Percebe-se aqui que era necessário discutir as vivências negras em ambientes específicos, visto que os abusos sistemáticos que essas mulheres passavam se diferenciavam dos vividos pelas mulheres brancas.

Após a promulgação da Lei dos Direitos Civis de 1964, uma conquista histórica para a população negra estadunidense, os grupos de mulheres negras passam a se aproximar ainda mais do conceito de interseccionalidade ao discutirem o machismo dentro da comunidade negra. As lutas desses movimentos nas décadas de 1960 até 1980

⁴⁸ O nome é derivado de um personagem de uma canção popular entre os escravizados, posteriormente personificado pelo ator Thomas Rice. Em blackface, Rice criou o estereótipo racista do “negro malandro”, vestido em roupas rasgadas, com fala rápida e irreverente. Disponível em: <https://bit.ly/3yO2w0P>.

são cruciais por evidenciarem “às mulheres afro-americanas que não podiam combater as opressões que enfrentavam com mecanismos que consideravam apenas a raça, o gênero, a classe ou a sexualidade de forma exclusiva”. (COLLINS; BILGE, 2016, p. 65 apud KYRILLOS, 2020, p. 8).

Como exemplo, citamos o manifesto do Coletivo Combahee River, organização negra lésbica ativa em Boston, entre 1974 e 1980:

Acreditamos que a política sexual sob o patriarcado é tão pervasiva nas vidas das mulheres negras quanto são as políticas de raça e classe. *Inclusive, achamos difícil a separação de raça, classe e opressão sexual, porque em nossas vidas elas são em geral sentidas simultaneamente.* Sabemos que existe uma opressão racial-sexual que não é nem exclusivamente racial nem exclusivamente sexual: por exemplo, as histórias de estupros de mulheres negras por homens brancos como uma arma de repressão política (COLETIVO COMBAHEE RIVER, 2019, p. 200, grifos nossos).

O trecho destacado vai de encontro à visão ocidental e cristã de uma mulher única, moldada pelas mesmas vivências. Ao destacar o aspecto plural de vidas entrecruzadas por raça, gênero, sexualidade e classe, as mulheres do Coletivo apontam as falhas dos movimentos que apostam em único enfoque.

Um aspecto presente no documento que também será evidenciado por Crenshaw (1991) é a percepção diante do racismo prevalente em movimentos feministas brancos e o sexismo dentro de organizações negras. Nesse cenário, o Coletivo exclui a possibilidade de cisão com homens negros progressistas, proposto por mulheres brancas separatistas, devido à solidariedade no aspecto racial; entretanto, essa solidariedade não se traduz em leniência, visto que esses homens eram confrontados no que diz respeito ao sexismo (COLETIVO COMBAHEE RIVER, 2019, p. 200).

Outro exemplo de pensamento que pavimentou a conceituação teórica de Crenshaw foram os escritos de Audre Lorde, intelectual negra lésbica norte-americana:

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são Negros. Não há hierarquias de opressão (LORDE, 1983, p. 6).

A interseccionalidade, portanto, não se presta a somar identidades e colocá-las em um terreno de disputa, a fim de centralizar discussões a favor de um determinado marcador em detrimento de outro. O objetivo dela é articular todas essas clivagens a fim

de defender projetos com identidades políticas bem definidas, cujo intuito é rebater a opressão colonialista existente graças ao racismo, ao patriarcado e ao capitalismo (AKOTIRENE, 2019, p. 13).

É a partir desses fundamentos que Kimberlé Crenshaw examina a tendência das leis estadunidenses em tratar casos envolvendo mulheres negras a partir de um eixo único, entendendo raça e gênero como categorias mutuamente excludentes. Ela ainda aponta que essa perspectiva foi adotada pelos movimentos de mulheres brancas e movimentos negros norte-americanos, criando uma visão em que as experiências das mulheres negras são contempladas quando coadunam com as desses grupos (CRENSHAW, 1989).

A adoção de categorias excludentes serve para marginalizar mulheres negras, tornando os objetivos de combater o racismo e o patriarcado ainda mais difíceis de combater. Para incluir essas mulheres, a interseccionalidade surge como uma proposta teórica e prática: nos movimentos antirracistas, o foco também deve ser voltado a combater o sexismo; e nas teorias feministas, incluindo o marcador de raça a fim de expressar as aspirações das mulheres de cor (CRENSHAW, 1989).

Kimberlé Crenshaw estabelece um termo para um conceito já amplamente visto nos discursos e práticas de intelectuais e ativistas negras. A interseccionalidade, então, emerge da sinergia entre dois aspectos - pesquisa crítica e práxis crítica, dos quais:

[...] o primeiro diz respeito ao desenvolvimento da interseccionalidade na academia como ferramenta analítica para a construção de pesquisas e análises críticas; o segundo se refere à forma como as pessoas, seja individualmente, seja enquanto coletivos, produzem e usam a estrutura da interseccionalidade no seu dia a dia (COLLINS; BILGE, 2016, p. 32 apud KYRILLOS, 2020, p. 8).

Apesar da interseccionalidade surgir das discussões das ativistas e teóricas negras, é importante destacar que não se trata da composição de uma narrativa dos excluídos. A interseccionalidade tem como objetivo “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”⁴⁹ (AKOTIRENE, 2019, p. 14). Para além das vias identitárias, este conceito serve como uma teoria que direciona a ação política diante do reconhecimento de um sistema de opressões que afeta a todas as pessoas, algumas de maneiras mais contundentes.

A interseccionalidade, porém, não é um conceito exclusivo das ativistas e teóricas estadunidenses. O processo diaspórico sofrido pelas populações negras as forçaram a

⁴⁹ O patriarcado se constitui como um sistema política de dominação masculina, principalmente contra mulheres. Através dele, papéis de gênero e sexualidade são definidos a partir dos sexos biológicos.

encarar suas realidades em uma perspectiva interseccional, visto que os marcadores sociais de raça, classe, gênero, sexualidade e afins, moldaram suas experiências. Acreditar nessa concepção errônea da teoria interseccional como exclusiva de uma realidade norte-americana é dar força às matrizes coloniais ainda presentes na academia, que privilegia as teorias eurocêntricas e, posteriormente, norte-americanas.

Diferente da realidade segregacionista estadunidense, as pessoas de cor no Brasil tiveram que lidar com o mito da democracia racial, fenômeno discutido por estudiosas do campo da interseccionalidade e dos movimentos negros.

A falácia de que existe uma democracia racial no Brasil advém da compreensão de que se trata de um país formado pela ‘mistura’ de raças diferentes (ameríndios, africanos e europeus), que fazem com que sua população seja, em sua esmagadora maioria, fruto da mestiçagem, o que, portanto, eliminaria os preconceitos raciais (KYRILLOS, 2020, p. 4).

Portanto, a discussão sobre racismo no Brasil é complicada porque a democracia racial que ignora “o propósito político de branqueamento e homogeneização existente por trás do processo de miscigenação do Brasil” (KYRILLOS, 2020, p. 5)⁵⁰. Ribeiro aponta uma romantização no processo forçado de miscigenação brasileira, criando-se assim empecilhos para a consolidação de uma luta antirracista (RIBEIRO, 2019). Aliado a isso, a comparação com a realidade segregacionista estadunidense tende a um discurso de negação de violências, por não se ver os projetos de branqueamento como políticas do Estado, responsável por eliminação de culturas indígenas e negras inteiras, revelando assim um racismo igualmente violento (KYRILLOS, 2020).

Esses discursos baseados na pretensa democracia racial brasileira (RIBEIRO, 2019; KYRILLOS, 2020) eram encontrados também nos movimentos feministas do século XX. Preocupadas em denunciar o sexismo - uma pauta legítima -, as mulheres brancas não percebiam como os marcadores de raça e classe moldavam as experiências de suas companheiras negras. Isso levou “as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros” (CARNEIRO, 2003, p. 120 apud KYRILLOS, 2020). Os aspectos interseccionais, portanto, estavam presentes nas discussões do

⁵⁰ Entendemos que a discussão sobre a democracia racial como um mito é uma proposição feita por intelectuais negras e negros contemporâneos a fim de entender as nuances do racismo no Brasil e aqui aplicamos para mostrar como ele se diferencia do racismo segregacionista estadunidense.

movimento de mulheres negras no Brasil. Nas palavras da ativista negra, filósofa e fundadora do Geledés⁵¹, Sueli Carneiro:

Eu nunca usei esse conceito porque eu sou muito anterior à emergência dele, embora os sentidos que ele carrega estejam presentes nos meus textos e de outras mulheres negras da minha geração. Quando Crenshaw chegou com esse debate da interseccionalidade, eu já estava com essa concepção consolidada de feminismo negro (2017, p. 18).

Um aspecto importante da interseccionalidade, tanto na realidade brasileira quanto estadunidense, é o de entender que se trata de uma corrente teórica nascida nas margens, que pouco se relaciona com a história das ondas dos feminismos *mainstream*. Além disso, os feminismos negros são múltiplos, e a interseccionalidade é uma das correntes teóricas adotadas. Sobre isso, Figueiredo (2020) comenta:

Testemunhamos o aumento significativo do feminismo negro e suas diferentes perspectivas: são as feministas negras decoloniais, feministas negras abolicionistas, feministas negras interseccionais, feministas negras lésbicas, dentre outros. Esse movimento tem sido autodefinido pelas mulheres negras em Salvador como maré feminista negra, uma clara alusão à divisão das três fases que caracterizam o feminismo em ondas; ao mesmo tempo em que se constitui enquanto uma ruptura, uma vez que as diferentes ondas feministas não incluíram, em nenhuma de suas fases, a contribuição feminista negra (FIGUEIREDO, 2020, p. 4).

Com isso, vê-se que as análises interseccionais nascem dos movimentos organizados de mulheres negras, que trabalham no combate às violências sofridas por grupos socialmente marginalizados. Não é à toa que o trabalho seguinte de Kimberlé Crenshaw utiliza a interseccionalidade como categoria analítica a partir dos marcadores de raça, classe e gênero para entender as estruturas que permitem a violência contra mulheres de cor. Esse trabalho será o ponto de partida da próxima seção.

2.2.2 Violência de gênero na perspectiva interseccional

Em artigo publicado em 1991, Crenshaw aprofunda a ideia de que as análises interseccionais devem ser voltadas a ajudar na criação de políticas públicas a fim de solucionar desigualdades estruturais. Esse trabalho se volta à violência contra mulheres

⁵¹ Criado em 1988, o Geledés – Instituto da Mulher Negra é uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral. Disponível em: <https://bit.ly/3hoy5Zl>.

de cor⁵², analisando, em particular, casos de agressão física e estupro, comprovando que essas violências são estruturadas e mantidas por meio de aparatos legais e socioculturais (CRENSHAW, 1991).

A autora aponta que, devido à organização dos movimentos de mulheres nas denúncias dos casos de violência nas décadas de 1970 e 1980, houve um avanço no entendimento dessa violência como uma forma de dominação das mulheres no sistema patriarcal. A pressão exercida pelos movimentos impulsionou a criação de políticas públicas tentando resguardar as mulheres dessas formas de opressão. O problema, porém, é que essas políticas, embora bem intencionadas, contribuíram para a marginalização das mulheres de cor. Isso ocorreu porque os marcadores de raça e gênero foram tratados como mutuamente excludentes; e o marcador de classe, amplamente ignorado (CRENSHAW, 1991, pp. 1241-1244).

Kimberlé Crenshaw propõe um estudo interseccional a partir de três categorias: estrutural, política e representativa. Na primeira, a estudiosa analisou as implicações da legislação vigente em torno dos abrigos destinados à proteção de mulheres que sofriam abusos físicos e/ou sexuais. Os resultados de sua pesquisa mostraram que as leis eram feitas em torno das vivências de mulheres brancas de classe média, visto que aspectos culturais e socioeconômicos eram ignorados. Mulheres latinas e asiáticas preferiam viver com seus agressores do que serem deportadas, visto que a legislação previa deportação do agressor e de seus dependentes economicamente – aspecto crucial na vida dessas mulheres. Outro exemplo citado é que os conselheiros de abrigos que lidavam com casos de estupro precisavam lidar com outros problemas além do crime em si: mulheres de cor não tinham o mesmo acesso à informação que mulheres brancas; muitas mulheres eram estupradas por seus companheiros e dependentes financeiramente, o que dificultava as denúncias; e, por fim, seus casos tinham menos chance de ir a julgamento (CRENSHAW, 1991, p.1245 – 1251).

O aspecto político da interseccionalidade revelou que as mulheres de cor eram tratadas de maneira subordinada nas agendas políticas dos grupos antirracistas e feministas. Por muito tempo, homens negros foram taxados de serem violentos e sexualmente agressivos por pessoas brancas. Diante disso, os grupos antirracistas preferiam silenciar os casos de agressão e estupro de mulheres de cor dentro das próprias

⁵² A autora utiliza o termo *women of color* para discutir as experiências vividas por três grupos analisados: mulheres negras, latinas e asiáticas. Destacaremos as instâncias em que a autora especificar algum desses grupos.

comunidades a fim de não reforçar esses estereótipos. No que diz respeito à atuação dos grupos feministas, o que se percebia era que quando a agressão física e sexual motivada por gênero era um problema das minorias, nada foi feito. A partir do momento em que as mulheres brancas expõem isso como um problema que atinge a elas, esta pauta passou a ser tratada no âmbito legislativo e das políticas públicas (CRENSHAW, 1991, p. 1251-1261).

A categoria da representatividade analisou dois aspectos que mulheres negras, especificamente, lidavam: a ausência de estudos nas Ciências Sociais que contemplassem a dimensão racial aliada ao gênero e à classe; e a tentativa de apagar as experiências de mulheres negras na discussão de casos na esfera pública. Ao fazer uma análise crítica do estudo de LaFree (1989)⁵³, Crenshaw aponta que a falha metodológica reside em separar os aspectos de raça e gênero, pois as mulheres negras são tratadas como meios para provar o racismo contra homens negros, enquanto há uma omissão das opressões sentidas por estas quando comparadas com as mulheres brancas (CRENSHAW, 1991, p. 1275-1280).

Na questão da discussão dos casos que ganham a esfera pública, a autora indica que a solidariedade racial prestada aos homens negros não é estendida às mulheres negras, vide o caso de estupro cometido pelo lutador Mike Tyson⁵⁴. No caso judicial contra o grupo 2 Live Crew⁵⁵, percebe-se que as letras sexistas do grupo foram tratadas de formas diferentes: os defensores do grupo afirmavam que as letras eram satíricas e que manifestavam uma expressão da cultura negra norte-americana, enquanto os críticos apontavam a relação direta entre discurso sexista e violência sexual. Em ambas as esferas, porém, as mulheres negras não eram consideradas figuras centrais no debate ou então suas imagens eram consideradas apenas para apontar o machismo e/ou sexismo do grupo (CRENSHAW, 1991, p. 1283-1294).

Percebe-se, então, que o artigo de Crenshaw reúne dois aspectos importantes do ativismo das feministas negras: a perspectiva interseccional como uma forma analítica de

⁵³ Gary LaFree, jurista e estudioso estadunidense, analisou os casos de violência contra mulheres, comparando as diferenças processuais entre réus brancos e negros. O autor concluiu que os homens negros eram condenados com mais frequência que homens brancos e recebem penas mais duras. Além disso, ele também comprovou que as leis sobre estupro penalizavam mulheres com comportamentos “não-tradicionais”. Para mais informações, Cf. LaFree (1989).

⁵⁴ O boxeador foi condenado pela Justiça estadunidense a seis anos de prisão pelo estupro de Desiree Washington, então com 18 anos. Ele acabou cumprindo metade do tempo e saiu por bom comportamento. Disponível em: <https://bit.ly/38IOBhU>.

⁵⁵ Em 1990, devido à ação de grupos conservadores, um tribunal da Flórida considerou o álbum *As Nasty As They Wanna Be* obsceno e considerado ilegal em certas partes do estado. Posteriormente, o grupo de rap norte-americano foi preso ao performar algumas músicas do álbum em uma boate na Flórida. No fim, a banda foi absolvida das acusações de obscenidade. Disponível em: <https://wapo.st/3yO2A0z>.

compreender as complexas relações sociais e como a interseccionalidade contribui para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e igualitárias. Trata-se, então, de um eixo teórico de vivências das mulheres de cor que tenta conduzir a mudança nas práticas institucionais da sociedade.

O artigo de Crenshaw permanece atual quando comparamos com a realidade enfrentada ainda hoje por mulheres de cor no Brasil, especialmente mulheres negras. Apesar dos avanços legislativos, como a Lei Maria da Penha⁵⁶ e a Lei do Feminicídio⁵⁷, o que se vê ainda é um cenário em que as violências contra mulheres de cor são normalizadas. Segundo dados do Atlas da Violência⁵⁸(2020), na década de 2008 a 2018, a taxa de homicídios entre mulheres negras aumentou 12,4%, enquanto houve uma queda de 11,6% nos assassinatos de mulheres não-negras.

Pensar sobre este contexto exige o entendimento acerca de questões relativas à classe social destas mulheres. Conforme dados da Síntese de Indicadores Sociais (2020)⁵⁹, as mulheres de cor compunham as populações abaixo da linha da pobreza, sendo 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres. Apesar das mulheres brasileiras serem mais escolarizadas do que os homens no geral, uma jovem entre 15 e 29 anos tem 2,4 mais chances de não estudar e não ter uma ocupação do que um jovem branco ou de cor com a mesma idade (IBGE, 2020).

Um aspecto que confere maior dimensão é quando adicionamos o marcador da sexualidade para entendermos as violências de gênero⁶⁰. Conforme dossiê da ANTRA (2020), em 2020, 175 mulheres trans e travestis foram assassinadas: 78% das vítimas eram mulheres negras ou pardas e 72% dos crimes estavam relacionados com mulheres trabalhadoras do sexo, o que significa que viviam em grau de alta vulnerabilidade social. O documento ainda destaca que o Brasil ocupa a liderança do *ranking* mundial de assassinatos de pessoas trans no mundo.

Os dados supracitados evidenciam que as leis atuais não têm sido suficientes para coibir os crimes relativos às violências de gênero, especialmente as que atingem mulheres

⁵⁶ Promulgada em 2006, a Lei nº 11.340 “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006). O nome da lei refere-se à farmacêutica bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes, sobrevivente de violência doméstica. Para informações sobre a história de Maria da Penha, ver: <https://bit.ly/3tjfYZy>.

⁵⁷ Sancionada em 2015, a Lei nº 13.104 colocou o feminicídio como um qualificador do crime de homicídio, incluindo-o na lista de crimes hediondos. Disponível em: <https://bit.ly/3jJ08E6>.

⁵⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3DOxfyA>.

⁵⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3zOhm8D>.

⁶⁰ Entendemos as violências de gênero em suas múltiplas dimensões: físicas, sexuais, psicológicas, morais, patrimoniais, entre outras. Utilizamos os dados relativos aos assassinatos devido à natureza do crime ocorrido contra Marielle Franco.

de cor. Essa percepção também é compartilhada por parte da população. Uma pesquisa de opinião realizada pelo Datafolha (2019)⁶¹ apontou que 60% das mulheres entrevistadas não acreditam que o país tenha leis adequadas de violência contra a mulher. Esta pesquisa também demonstrou que nove em cada dez brasileiros concordam totalmente que a violência contra a mulher aumentou em 2019.

A interseccionalidade, portanto, objetiva salientar que as violências de gênero sofridas pelas mulheres são intensificadas “a partir de discriminações baseadas nos papéis de gênero, mas não só: também na sua classe social, idade, raça, cor e etnia ou deficiências” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 59). Estes papéis de gênero, aliados a uma estrutura social que permite a marginalização de mulheres de cor, pobres e LGBTQs, constroem este ambiente onde as violências de gênero continuam sendo naturalizadas e perpetradas.

Apesar do avanço no entendimento de violências de gênero como problemas sociais e não relegadas ao foro íntimo, estudos têm revelado que as legislações não levam em consideração as especificidades das regiões, tratando essas violências de forma atomizada (PRADO; SANEMATSU, 2017). Para se discutir o caso Marielle Franco na dimensão da violência de gênero, portanto, é necessário compreender que o assassinato ocorre em um estado conhecido por ter espaços controlados pelo crime organizado e pelo tráfico de drogas. Entendendo a mídia como um espaço de representação política (LIMA, 2004), esta pesquisa intenta verificar se esses aspectos interseccionais da violência de gênero estão presentes na cobertura do caso Marielle Franco. Por isso, antes de passar para a análise empírica propriamente dita, nos empenhamos em uma revisão de literatura dos estudos do caso Marielle Franco.

2.3 Os estudos do caso Marielle Franco em perspectiva interseccional

Passados dois anos do assassinato da vereadora do PSOL Marielle Franco, alguns trabalhos acadêmicos têm empregado diferentes perspectivas para entender fenômenos que se desdobram deste acontecimento político. Abaixo, compilamos aqueles que se utilizam da teoria interseccional e que discutem o caso considerando sua dimensão midiática.

⁶¹ Disponível em: <https://bit.ly/2WPsYu7>.

A partir de um estudo de caso, Loureiro (2020) sistematiza elementos de interseccionalidade encarnados na trajetória de vida e no assassinato da vereadora. A autora afirma que Marielle “estava localizada em uma linhagem de mulheres negras que se atreviam a ocupar a política, usando sua posição social e política de favelada” (LOUREIRO, 2020, p. 51). Ao ocupar seu lugar de fala⁶² enquanto vereadora, estudiosa e ativista negra e LGBT, Marielle incorporava a reivindicação de um espaço outrora ocupado majoritariamente pelos representantes de um patriarcado cisheteronormativo.

Dessa forma, o assassinato da vereadora é explicado pela autora a partir do entendimento de uma governança necropolítica das favelas vista no Rio de Janeiro. Esta necropolítica conduz a um genocídio da população negra, cujos aspectos de gênero não podem ser desconsiderados. Marielle Franco representava múltiplas subjetividades, pois também era uma mãe negra que lutava pela descriminalização do aborto e pela expansão de creches públicas a fim de permitir que mulheres continuassem estudando ou trabalhando. Logo, seu assassinato simboliza uma tentativa de silenciar estas identidades, mostrando a magnitude da necropolítica no Rio de Janeiro (LOUREIRO, 2020, p. 53).

A interpretação de seu assassinato perpassa pelas subjetividades dos atores envolvidos. Sendo assim, o debate sobre as causas do crime se tornou objeto de disputa, com os atores se dividindo entre os que:

a) consideraram Marielle mais uma **vítima da criminalidade** e de nossos problemas de segurança pública e desigualdades sociais; b) deduziram do caso **perseguição política** a uma ativista dos direitos humanos; negra e antirracista; feminista; LGBT+, vereadora negra, vereadora favelada, vereadora mulher; c) concluíram que ela era uma pessoa que teve o **castigo merecido**; d) consideraram a **comoção** e o **acompanhamento midiático excessivos** (PIRES, 2020, p. 127, grifos da autora).

Os atores que estão inscritos na segunda categoria compreendem o assassinato na perspectiva interseccional, refletindo em como a morte revela sobre o histórico brasileiro de opressão, aspectos de impunidade e das dificuldades de alterarmos nossa própria história. Já os que estão presentes nas demais categorias aproximam o assassinato de outros crimes cotidianos, tentando anular sua importância histórica e manifestam uma conformidade diante da violência (PIRES, 2020, p. 130). Esta autora ainda aponta que o

⁶² Conceito traduzido e popularizado por Djamila Ribeiro a partir de diálogos com produções de outras intelectuais negras, como Patricia Hill Collins, Sojourner Truth, Lelia Gonzalez e bell hooks. Lugar de fala diz respeito à compreensão de que as opressões estruturais obstruem o direito de fala e a humanidade de certos grupos identitários. Para mais, Cf. Ribeiro (2017).

conflito racial é o mais visível no assassinato da vereadora. Conjuntamente com a visibilidade propiciada pelo noticiário, que mantém o acontecimento relevante, o assassinato de Marielle “irrompe como uma negação ao processo de normalização de mortes de pessoas negras e periféricas no Brasil” (PIRES, 2020, p. 131).

Isso não acontece sem conflitos. Outros trabalhos se dedicaram a analisar os aspectos racistas que envolveram o assassinato. A onda de *fake news* foi alvo da pesquisa realizada por Silva e Pilar (2021), que entendem a morte da vereadora como um acontecimento comunicacional, necropolítico e interseccional. A disseminação das informações falsas e incorretas na internet, com veículos jornalísticos⁶³ agindo conjuntamente com familiares de Marielle desmentir as informações, como o programa Fantástico (Rede Globo), revela a centralidade do aspecto comunicacional na repercussão assassinato (SILVA; PILAR, 2021, p. 189).

O aspecto necropolítico surge quando *fake news* e outras postagens enganosas tentam atribuir a Marielle o estereótipo de delinquência normalmente atribuído às pessoas negras. Marielle já havia se livrado desses estereótipos em vida; logo, é necessário atacar sua reputação após a morte. As autoras argumentam que o aspecto racial se apresenta nestes ataques assim como nas já citadas políticas de branqueamento e no mito de democracia racial. Por isso, postumamente, a reputação idônea da vereadora precisa ser desqualificada pela branquitude e as suas vivências, deslegitimadas (SILVA; PILAR, 2021, p. 190).

Por fim, o aspecto interseccional aparece nas *fake news* que centralizam aspectos de classe e raça, reduzindo Marielle a “usuária de drogas eleitas por bandidos”. As categorias de gênero e sexualidade são acionadas na caracterização da vereadora como uma “adolescente que engravidou e casou com um bandido”. Foi amplamente veiculado que Marielle era uma mulher bissexual, mãe solo e que vivia em um relacionamento lésbico. O objetivo aqui é “desestabilizar sua identidade de gênero e sua orientação sexual” (SILVA; PILAR, 2021, p. 192).

Esses trabalhos oferecem pistas que dialogam com a nossa análise, que objetiva contribuir para a compreensão do assassinato de Marielle Franco na esfera pública midiática. O estudo dos enquadramentos do caso em uma perspectiva interseccional acrescenta uma nova dimensão às pesquisas até então feitas. Sendo assim, descrevemos no capítulo seguinte a metodologia adotada para esta pesquisa.

⁶³ As autoras analisaram a edição veiculada do programa Fantástico de 18 de março de 2018. O programa dedicou mais de 10 minutos para mostrar as postagens falsas, desmentindo-as uma por uma.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo descrever a metodologia adotada para esta pesquisa, que pretende analisar os enquadramentos do caso Marielle Franco aliados a uma abordagem interseccional. Como visto no primeiro capítulo, apesar de alguns trabalhos analisarem a trajetória e o próprio assassinato da vereadora em uma clivagem interseccional, percebe-se uma lacuna nos estudos que enfatizem os enquadramentos provenientes da cobertura jornalística do caso. O nosso trabalho pretende preencher esse espaço, entendendo que o crime ocorre em um ecossistema midiático complexo e num contexto político de alta polarização afetiva.

Sendo assim, descrevemos primeiramente a questão e os objetivos específicos de nossa análise. Em seguida, há a descrição dos portais escolhidos, a saber, Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político. Após isso, nos debruçamos sobre o levantamento do *corpus* e os procedimentos realizados para a composição da amostra. Concluimos o capítulo descrevendo a unidade e os operadores de análise escolhidos.

3.1 Questão e objetivos da pesquisa

No presente momento, ainda há uma lacuna nos estudos que se voltem à cobertura do caso Marielle Franco. Tendo em vista que o crime ocorre em um ano eleitoral complexo, com alta presença de polarização afetiva, vimos a necessidade de entender como as narrativas e os enquadramentos jornalísticos apresentam o caso. Além disso, adotamos a perspectiva interseccional como um eixo teórico que norteia a pesquisa, visto que os marcadores sociais de gênero, raça, classe e sexualidade, por exemplo, surgem em notícias referentes à vereadora.

Tendo em vista o supracitado, retomamos à questão central de pesquisa, apresentada na introdução deste trabalho:

QP: Pensando em uma perspectiva interseccional, quais são os enquadramentos presentes na cobertura do assassinato político de Marielle Franco em portais de notícias brasileiros de diferentes perfis editoriais no primeiro ano após o crime?

O objetivo geral se trata em descrever e analisar os enquadramentos da cobertura do assassinato de Marielle Franco nos portais Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político, verificando a presença ou ausência dos marcadores sociais e interseccionais. Os objetivos específicos são: (1) analisar o texto jornalístico e identificar

as possíveis narrativas provenientes das notícias; (2) identificar e analisar os enquadramentos predominantes do caso Marielle Franco nos portais; (3) detectar as fontes primárias das notícias e como elas contribuem para os enquadramentos; (4) analisar a presença ou ausência dos marcadores sociais, como raça, gênero, classe e sexualidade, nos enquadramentos dos portais; (5) verificar de que forma essas categorias interseccionais foram discutidas nesses enquadramentos.

3.2 Desenho da pesquisa

O percurso metodológico da pesquisa se ancora em uma perspectiva que une duas correntes teóricas: o enquadramento, a partir dos postulados de Entman (1993) e de Wozniak et al (2015); e a teoria interseccional, conceituada primeiramente por Crenshaw (1989; 1991). Para isso, nos fundamentamos em uma abordagem qualitativa de descrição e análise dos enquadramentos predominantes do caso Marielle Franco nos portais.

Wozniak et al (2015) propõe uma análise sistemática dos textos construídos pelo noticiário em três níveis: imagético, narrativo e dos *media framing*. Apesar desses três aspectos serem advindos de tradições epistemológicas diferentes, essa metodologia tem como objetivo uni-los a fim de analisar os padrões emergentes em grandes volumes de notícias nos diferentes veículos midiáticos.

A interseccionalidade se apresenta como metodologia neste trabalho ao analisar os marcadores sociais raça, gênero, sexualidade e classe nos enquadramentos provenientes das notícias. Essas categorias não se sobrepõem, antes se complementam, pois “a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica” (AKOTIRENE, 2019, p. 23).

Este trabalho também se apresenta como um Estudo de Caso, visto que se dedica a uma análise empírica exaustiva e profunda dos diversos *frames* dos veículos de notícia, por meio de levantamento de fontes de evidência que expliquem um fenômeno social complexo em sua realidade (YIN, 2005, p. 19).

O aporte teórico interseccional permite ver que o assassinato de Marielle Franco ocorre em um contexto violento contra mulheres, no qual a mídia ocupa destaque central. A literatura também nos mostra que os enquadramentos midiáticos podem contribuir para a normalização ou para o combate dessas violências. O estudo de caso nos permite traçar um paralelo entre o crime e esses contextos, contribuindo para uma investigação em que

se preserva “as características [...] significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2005, p. 21).

As fontes bibliográficas foram compostas de textos acadêmicos do campo comunicacional e sociológico. As documentais, por sua vez, foram compostas majoritariamente pelas reportagens publicadas pelos veículos. Também utilizamos documentos advindos de órgãos institucionais, de ONGs e movimentos feministas com dados sobre as violências contra mulheres a fim de ilustrar o contexto supracitado.

Pensar em um conjunto de técnicas para coletar e analisar notícias publicadas na internet significa entender este ambiente como um espaço polifônico, no qual as informações circulam de maneira veloz com o envolvimento de múltiplos atores. Para além de mudanças dos suportes físicos ou plataformas, o *online* reconfigurou as interações sociais dos indivíduos, como eles se comunicam e como consomem as notícias. Assim, é importante que os métodos de análise reflitam novas formas de pensar sobre esse ecossistema informativo.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa emprega técnicas quanti-qualitativas a fim de ampliar o entendimento do contexto midiático em que está inserido o assassinato de Marielle Franco. Tradicionalmente, há uma predileção por métodos qualitativos nas Ciências Sociais devido à percepção de que fenômenos sociais não são passíveis de generalizações. Consideramos, entretanto, que as duas abordagens não são excludentes, podendo ser vistas de forma complementar, desde que sirvam aos objetivos da pesquisa (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 14).

No âmbito desta pesquisa, entendemos que certos aspectos se destacam por meio dos dados quantitativos de caráter descritivo (número de fontes, incidência de notícias, recorrência de termos e temas, entre outros). No que diz respeito à parte qualitativa, nos referimos ao “aspecto interpretativo, cujo objetivo é a apreensão dos significados manifestos e dos latentes nas matérias” (MORAES, 1999, p. 7). Ao integralizar esses dados de natureza distinta, é possível “maximizar a quantidade de informações incorporadas ao desenho de pesquisa, favorecendo o seu aprimoramento e elevando a qualidade das conclusões do trabalho” (PARANHOS et al, 2016, p. 390).

Sendo assim, é necessário abandonar o pensamento cartesiano da pesquisa como um processo de etapas não-dialógicas. A seleção e coleta dos dados se constituíram como etapas importantes para o desenho metodológico e para a elaboração das categorias analíticas. Esse diálogo também nos orientou no sentido de pensar a internet não apenas

como um objeto, mas como fonte e instrumento de análise para entendermos a sociedade e a cultura (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011; ROGERS, 2016).

Tendo isso em mente, nos amparamos em ferramentas digitais para o processo de seleção, coleta e análise, devido à natureza dos dados. Para a etapa de coleta e análise dos dados, utilizamos o Google Trends a fim de delimitar o período de notícias analisados, verificando o interesse do público sobre o assassinato, o que leva a um maior número de notícias nos portais.

Após esta descrição do desenho metodológico de pesquisa, apresentamos a seguir os três veículos de mídia escolhidos: Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político.

3.2 Os portais Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político

O principal critério para a seleção dos portais sob análise foi a linha editorial, visto que a proposta desta pesquisa é realizar uma análise dos enquadramentos noticiosos em perspectiva comparativa. Por isso, selecionamos a Folha de S. Paulo, como representante dos *media* tradicionais; e dois canais informativos que se autodenominam independentes, sendo eles O Antagonista, como um exemplar alinhado ao campo das direitas; e Pragmatismo Político, inclinado ao campo das esquerdas.

Um aspecto importante para a seleção desses portais foi a viabilidade do acesso ao conteúdo por meio das ferramentas de busca dos sites. Outro critério para a escolha foi se técnicas digitais simples – como a função “copiar e colar” - podiam ser utilizadas nos sites, o que facilitaria a nossa análise.

Outro fator relevante foi a importância desses portais como fontes de informação para a audiência no Brasil. Isso se evidencia ao verificarmos o número de seguidores das páginas dos sites no Facebook: em maio de 2021, a Folha possuía 5,6 milhões de seguidores; o Pragmatismo Político, pouco mais de 1 milhão; e O Antagonista tinha cerca de 955 mil seguidores.

Por fim, sintetizamos as principais características dos três portais escolhidos para a análise no quadro a seguir (**Quadro 1**). Na seção seguinte, nos aprofundaremos nas características desses portais.

Quadro 1: Descrição dos portais Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político

+	CLASSIFICAÇÃO	ESPECTRO POLÍTICO	CONTEÚDO DAS MATÉRIAS
Folha de S. Paulo	Imprensa tradicional	Centro-direita	Cobertura geral, com ampla história no jornalismo e na cobertura de grandes acontecimentos políticos
O Antagonista	Mídia partidária	Direita	Cobertura variada, com ênfase em temas políticos
Pragmatismo Político	Mídia alternativa	Esquerda	Cobertura variada, com ênfase em temas políticos

Fonte: Autoria própria.

3.2.1 Folha de S. Paulo

Fundado em 1921, o jornal Folha de S. Paulo é dirigido pelo Grupo Folha, um conglomerado de mídia responsável pela sua versão impressa e digital, assim como pela manutenção de outros veículos e serviços⁶⁴. A Folha foi pioneira ao oferecer conteúdo *online* para seus leitores e, segundo dados do site Poder360⁶⁵, em 2020, era a líder do segmento somando a venda de assinaturas impressas e digitais.

A versão digital da Folha é hospedada através de uma parceria com o Grupo UOL, empresa brasileira de conteúdo e serviços voltados para a internet. A relação entre Folha e UOL está explícita no site do jornal, no qual declara que o Grupo possui “participação minoritária, indireta e em ações sem direito a voto” na empresa⁶⁶. No projeto editorial mais recente, o veículo tradicional explicita um dos aspectos mais importantes de sua linha editorial⁶⁷:

Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário (FOLHA DE S. PAULO, 2017).

64 Além do jornal, o Grupo Folha é responsável por diversas empresas, como o instituto de pesquisas Datafolha e a agência de notícias FolhaPress. Disponível em: <https://bit.ly/3h57MXA>.

65 Disponível em: <https://bit.ly/38Xif3f>.

66 Informação disponível no rodapé do site da Folha.

67 A partir de 1981, a Folha passou a divulgar projetos editoriais que norteiam o trabalho de seus profissionais e manifestam aos seus leitores os princípios do veículo. O mais recente foi publicado em 2017 e enfatiza principalmente a importância do jornalismo profissional no combate às notícias falsas. Disponível em: <https://bit.ly/3BOKXzD>.

O periódico assume seu conteúdo como apartidário e o princípio de pluralidade de vozes. Entre colunas fixas e de convidados, a Folha dispõe de uma rede com quase 300 colaboradores⁶⁸. Além disso, o jornal foi o primeiro do país a ter um *ombudsman*⁶⁹, cujos textos são publicados semanalmente.

Como um dos principais representantes dos *media* tradicionais no Brasil, pressupõe-se que a Folha de S. Paulo siga em um conjunto de práticas derivadas do *ethos* jornalístico, como imparcialidade e objetividade no tratamento dos fatos; independência editorial, o que pressupõe credibilidade do veículo; definição de normais profissionais para os jornalistas do veículo, baseado no código deontológico da profissão (TRAQUINA, 2005, p. 60). Isso não quer dizer que os princípios normativos tenham se mantido ilesos ao longo da história do jornal. Um exemplo disso é apoio que os militares receberam do jornal no Golpe de 1964, que se manteve durante a primeira década do regime militar. Somente após reformas no corpo de colaboradores é que o jornal, em 1976, passou a fazer oposição à ditadura, aproximando-se de leitores e de ideias progressistas (AZEVEDO, 2018, p. 277).

O histórico da Folha de S. Paulo evidencia uma das características marcantes do mercado de mídia brasileiro, que é a orientação para as elites. Azevedo (2006) aponta que a imprensa tradicional no Brasil pratica, por exemplo, um jornalismo de opinião que prioriza abordagens relacionadas à economia e à política que se voltam para leitores de classes mais altas. A empresa de comunicação assume o posicionamento liberal na economia - a sua política editorial afirma ter o objetivo de “manter uma perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes” (FOLHA DE S. PAULO, 2017).

Nos últimos anos, a Folha tem recebido ataques sistemáticos de grupos conservadores das direitas. Isso é personificado na figura do atual presidente, Jair Bolsonaro, que se refere ao jornal como uma fonte de *fake news*⁷⁰. Esses ataques ficaram mais evidentes em 2017, mas se intensificaram ainda mais com o início da campanha de Jair Bolsonaro para a presidência. Com o recrudescimento do ultranacionalismo no país, percebe-se uma constante crítica à credibilidade dos órgãos da imprensa tradicional, o que pode ser visto em outros países com contextos similares ao do Brasil. Essa tática tem

68 Informação disponível em: <https://bit.ly/3h7hl8J>.

69 O termo *ombudsman* tem origem sueca e, no jornalismo, designa o profissional que serve como representante dos leitores. A prática na Folha de S. Paulo passou a ser incorporada em 1989, seguindo o modelo de jornalismo estadunidense. Na época da cobertura do assassinato de Marielle Franco, a *ombudsman* era a jornalista Paula Cesarino Costa. Disponível em: <https://bit.ly/2VgvdFN>.

70 Cf.: <https://bit.ly/3A14Hj7>.

como objetivo minar a confiança do público na imprensa tradicional, transferindo-a para veículos midiáticos da *alt-right*⁷¹, especializados “na disseminação de desinformações, na propagação do ódio e na provocação de adversários” (KAKUTANI, 2018, p. 171).

Diante disso, a Folha percebeu que era necessário um posicionamento. Isso foi feito na publicação do último projeto editorial, intitulado “Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância”, datado de 2017. Além de reforçar condutas como objetividade e parcialidade na apuração das notícias, o objetivo do documento é garantir ao leitor a fidedignidade do conteúdo jornalístico diante de um contexto no qual a informação está em crise. No documento, o periódico destaca que a intolerância vista nas mídias sociais tem crescido com o populismo ultranacionalista e se coloca como um veículo cujo principal intenção é de publicar informações de interesse público (FOLHA DE S. PAULO, 2017).

Seguimos o entendimento de Azevedo (2018) que situa o jornal no espectro político da centro-direita, visto que se trata “de uma publicação alinhada com os ideários liberais na política e na economia, mas comprometida com uma audiência menos conservadora, que não era contemplada pelos seus concorrentes diretos”. Reiteramos aqui que, apesar do seu viés liberal, a Folha é um representante tradicional da indústria do jornalismo profissional brasileiro. Partindo disso, descrevemos no próximo tópico como se caracterizam os veículos independentes que procuram audiências mais segmentadas em tornos de campos e pautas políticos.

3.2.2 O Antagonista

Criado em agosto de 2015 pelos jornalistas Diogo Mainardi e Mario Sabino, O Antagonista se apresenta como um dos veículos de notícias sobre política mais lidos do país. Isso é confirmado por pesquisa realizada pelo Media Ownership Monitor Brasil (2017)⁷², que destacou o portal como um dos veículos de maior audiência *online* no Brasil.

71 Nas palavras de Dourado (2020, p. 73): “o movimento da ‘direita alternativa’, na tradução literal, defende ideias de movimentos identitários extremistas como o neonazismo, nacionalismo branco e supremacia branca.”

72 O estudo mapeou 50 veículos, divididos em quatro categorias: TV, rádio, impresso e *online*. Os veículos foram selecionados com base na audiência e na sua capacidade de agendamento, isto é, de influenciar a opinião pública. Disponível em <https://bit.ly/3yGCVH2>.

A sua página institucional é feita em forma de sátira, representando uma conversa ficcional entre os dois jornalistas. Nessa seção, eles declaram alguns princípios do veículo: autoria não-creditada nas matérias, com o intuito de dividir a responsabilidade entre todos os autores; incomodar os políticos, independentemente da posição partidária destes; ênfase em matérias investigativas, pouco se preocupando em escarnecer ou cultivar inimigos; e destaque dos comentários dos leitores, colocando-os em pé de igualdade com jornalistas famosos⁷³.

Em tese, o site não explicita estar alinhado à direita do espectro político. Na prática, porém, seus jornalistas têm posicionamentos ideológicos bem definidos. Um exemplo disso é a exaltação à Operação Lava-Jato⁷⁴, responsável por investigações em torno de desvio de dinheiro envolvendo diversos agentes públicos e privados. O próprio expediente do portal ⁷⁵ – composto apenas por homens – fala do “sucesso da Lava-Jato” e de “tentativas de fazer a operação recuar”. Além disso, O Antagonista se envolveu numa polêmica em que informações de um depoimento sigiloso da Lava-Jato estavam sendo vazadas em tempo real para o portal pelo então juiz Sérgio Moro⁷⁶.

Além disso, as coberturas políticas do site se concentram em acentuar as bolhas ideológicas, se consolidando como uma mídia antipetista. Como exemplo, vemos que as narrativas noticiosas do portal na eleição de 2018 se comprometeram com uma descrição da esquerda como um grupo de pessoas corruptas, delirantes, contrários ao empresariado e aos cidadãos de bem, selecionando a direita bolsonarista como única opção válida nas urnas como combate ao petismo (CALDEIRA, 2020, p. 76). Nesse sentido, situamos O Antagonista como um canal informativo alinhado à direita e de viés antiesquerda, visto que a escolha de pautas e a sua cobertura noticiosa enfatiza visão negativa que demoniza os partidos e grupos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT).

O Antagonista é portal citado como referência por sites que disseminam *fake news* como JornaLivre - ligado ao Movimento Brasil Livre -, O Implicante e Reaçonaria (MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, 2017). À época da eleição de Jair Bolsonaro, o site foi constantemente acusado de servir como uma assessoria de imprensa

73 Essas informações foram compiladas a partir do texto escrito pelos criadores do site. Disponível em: <https://bit.ly/3zNAW54>.

74 Para saber mais sobre a Operação, Cf.: <https://bit.ly/3yM72wL>.

75 Seção que descreve a equipe da redação. Disponível em: <https://bit.ly/3yK6kQr>.

76 Informação publicada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim em seu blog. Disponível em: <https://bit.ly/3BO9kgT>.

informal do então candidato e que o conteúdo noticioso revela uma guinada ao ultradireita nacionalista. Sobre esse conteúdo, Pasti e Gallas (2018) comentam:

O portal divulga todo tipo de conteúdo arbitrário de ataques a Lula, Dilma, Haddad, ao PT, aos movimentos como MTST e MST, ao amplo campo que atua em defesa de direitos humanos e sociais. Esses ataques são realizados sem que seja oferecido espaço ao contraditório e à pluralidade de vozes e de pensamentos.

Por estar aliado ao projeto político que favoreceu a eleição de Jair Bolsonaro, disseminando *fake news* e utilizando estratégias de ataques que estimularam a polarização afetiva dos eleitores, consideramos O Antagonista como uma mídia partidária de direita, conforme o quadro visto no início desse tópico. A seguir, iremos descrever brevemente o último portal selecionado.

3.2.3 Pragmatismo Político

Criado pelo paraibano Luiz Soares em setembro de 2009, o Pragmatismo Político se intitula como um “dos maiores sites de notícias e opinião do Brasil”⁷⁷. Na parte institucional, o portal declara que se compromete com critérios jornalísticos em suas matérias e que mantém suas páginas como espaços de reflexões e debates críticos. Ainda nessa seção, o site afirma que sua audiência é composta por jornalistas, intelectuais e professores, considerados “cidadãos de pensamento mais elaborado”, e “pessoas de compreensão mais comum”, não especificando quem faria parte dessa última categoria.

O portal não traz na seção institucional qualquer menção a seu alinhamento ideológico. O veículo de comunicação, entretanto, tem uma página no site JusBrasil⁷⁸, com alguns artigos de opinião sobre política. Em um desses textos, discute o significado do termo pragmatismo na política, critica o PT por suas coalizações com governos de direita e do centro, declarando que “o pragmatismo mais pesado e, conseqüentemente, mais difícil e sofrido é o da esquerda, que se vê obrigada a negociar com seus algozes”⁷⁹. Essa publicação, aliada às matérias do site, mostram identificação ao campo da esquerda.

⁷⁷ Informação disponível em: <https://bit.ly/3n2gGsU>.

⁷⁸ O portal publicou 124 textos no JusBrasil, com o último artigo sendo publicado em 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3tfRYGD>.

⁷⁹ Cf.: <https://bit.ly/3BErotu>.

Em reforço a isso, o Monitor do Debate Político no Meio Digital⁸⁰ classifica o Pragmatismo Político na esfera de “imprensa e comentário alternativo de esquerda”.

Segundo o portal⁸¹, 20 jornalistas compõem a equipe se dividindo entre repórteres e colunistas. As matérias do site são assinadas pelos repórteres e existe uma nítida divisão entre textos opinativos e informativos, com a indicação das seções. Diante dessas características, situamos o portal como um veículo de imprensa alternativa situado à esquerda.

A seguir, descreveremos o processo de seleção das notícias nos três portais e quais foram os critérios para a definição do *corpus* e, posteriormente, a delimitação da amostra para análise.

3.3 Composição do *corpus* e delimitação da amostra

A coleta de dados nos portais Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político abrangeu o primeiro ano dos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes, o que correspondeu ao período de 14 de março de 2018 (dia do crime) até 31 de março de 2019.

Para a escolha desse período, levamos em consideração a necessidade de entender o desenrolar da cobertura midiática no mês do assassinato nos meses subsequentes ao crime, por ter sido um acontecimento público de relevância incontestável nas agendas midiática e política desde então. Salienta-se que a escolha de passar um pouco do período de um ano se deu porque queríamos verificar como se deu o agendamento das manifestações em torno da morte de Marielle ocorridas pelo Brasil em março de 2019.

As buscas por notícias referentes à vereadora do PSOL foram mais intensas no mês de março de 2018, sendo o pico inicial a semana do crime e o retorno mais expressivo do interesse a semana em que se completou um ano deste acontecimento, como pode ser visualizado pelo Google Trends (**Fig. 4**). Por isso, optamos por selecionar um período que abrangesse o mês de março do ano seguinte, quando o caso voltou mais diretamente à agenda midiática. Conforme visto anteriormente, diversos acontecimentos referentes ao

80 O monitor é um projeto de pesquisa do Grupo de Pesquisas Públicas para o Acesso à Informação da USP/Leste (GPPAI). O objetivo desse projeto é avaliar a polarização na arena política através de pesquisas de opinião e análise do conteúdo político nacional. Disponível em: <https://bit.ly/2WWrP3O>.

81 Disponível em: <https://bit.ly/3n2gGsU>.

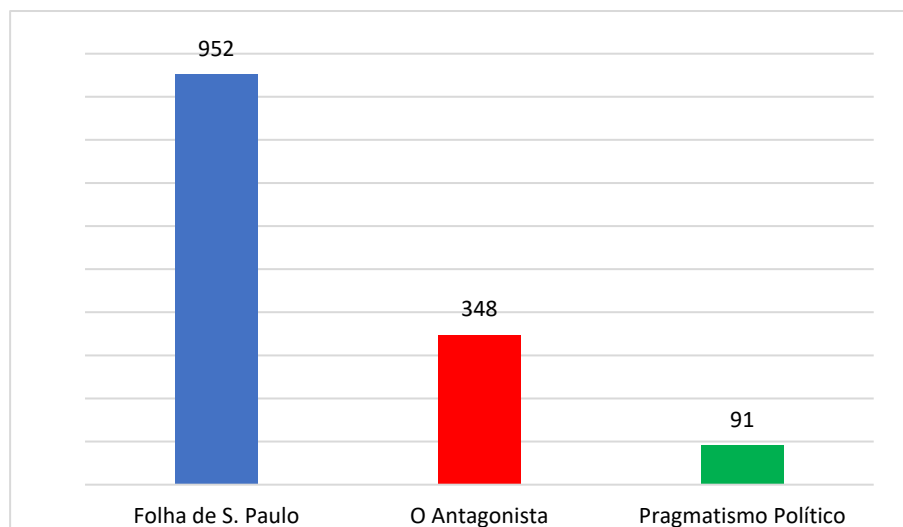
assassinato de Marielle e Anderson contribuíram para que ele não desaparecesse completamente dos *media*.

Figura 4: Busca por notícias sobre Marielle Franco no Google entre março de 2018 e março de 2019



Fonte: Google Trends

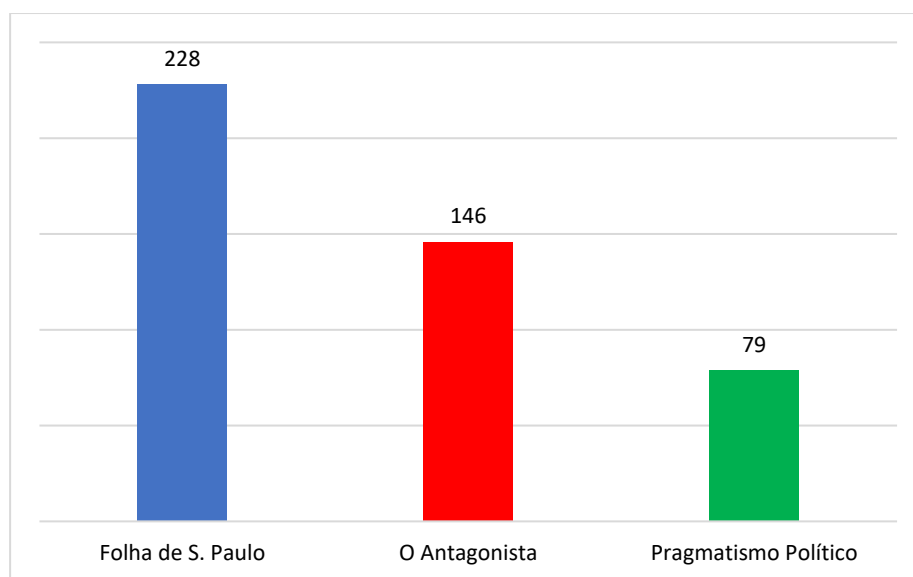
Assim sendo, reunimos todas as notícias referentes ao caso Marielle Franco nos três portais sob análise. Para isso, utilizamos as ferramentas de busca oferecidas pelos próprios veículos, adotando dois filtros como parâmetros. O primeiro filtro refere-se à procura pelo termo “Marielle Franco”, por meio do qual selecionamos todas as notícias que mencionaram a vereadora em alguma parte da matéria, como título, corpo do texto e legenda. Os resultados totalizaram 1.391 textos: 952 da Folha de S. Paulo; 348 d’ O Antagonista; e 91 do Pragmatismo Político (**Fig. 5**).

Figura 5: Panorama de textos sobre Marielle Franco nos três veículos um ano após o crime

Fonte: Autoria própria

Muitas notícias, no entanto, não abordavam diretamente o caso Marielle, mas mencionavam o nome da vereadora como exemplo de outros casos e discussões em pauta na sociedade. Sendo assim, aplicamos um segundo filtro a fim de restringir a busca pelo termo “Marielle” aos títulos dos textos. Usamos apenas o primeiro nome porque o primeiro filtro já se referia à vereadora pelo nome completo, o que elimina a chance de abranger matérias concernentes a outra pessoa com o mesmo nome; e porque algumas notícias costumam tratar do assunto apenas pelo primeiro nome, como “Caso Marielle”. Ao fim dessas duas etapas, chegamos a um total de 453 conteúdos, sendo 228 notícias da Folha; 146 d’O Antagonista; e 79 do Pragmatismo Político, compondo assim o *corpus* da pesquisa (**Fig. 6**).

Figura 6: *Corpus* da pesquisa, composto pela soma de textos com “Marielle” no título por veículos de comunicação



Fonte: Autoria própria

Por fim, também levamos em consideração a natureza do texto selecionado, que segue parâmetros próprios para cada jornal: enquanto a Folha mantém uma clara distinção entre informação e opinião, por exemplo, nos demais portais esse critério não é seguido em todos os textos. Sendo assim, para viabilizar a análise do enquadramento noticioso, filtramos apenas as matérias de cunho informativo, excluindo os textos opinativos (isto é, colunas de opinião e análise). Para isso, analisamos as matérias a fim de excluir as que expressassem opiniões dos autores, seja nos títulos ou no conteúdo textual, tendo em vista a diferença estilística dos portais. Com isso, a amostra final da pesquisa foi composta por 360 matérias, sendo 175 da Folha de S. Paulo, 132 de O Antagonista e 53 do Pragmatismo Político, que corresponde a 77,75% do *corpus*.

3.4 Unidade de análise

Consideramos como unidade de análise o texto jornalístico dos portais em questão. Apesar das diferenças na construção e no estilo das notícias, percebe-se que existem elementos estruturantes comuns nos três veículos. São eles:

- a) **Título:** seção curta que anuncia a notícia de forma direta ao leitor, sintetizando a informação exposta no conteúdo da matéria.

- b) **Conteúdo:** o teor da história, normalmente composta respondendo às perguntas do *lead* (O quê? Quem? Quando? Onde? Por quê? Como?), seguindo o método jornalístico da pirâmide invertida.

Retomamos aqui a metodologia empregada por Wozniak et al (2015) para elucidar como nossas categorias foram criadas. O autor utiliza três clivagens: imagem, narrativa e enquadramento (*framing* no original). Adaptamos essa metodologia à realidade de nossa pesquisa, logo, não utilizaremos a categoria imagem, visto que as matérias do caso no portal O Antagonista são desprovidas de imagens. As demais categorias serão tratadas nas nomenclaturas enquadramento narrativo e enquadramento midiático, cujas características explicaremos na seção seguinte.

3.5 As etapas de análise

Neste tópico, apresentamos as etapas de análise que serão aplicadas para identificar e sistematizar os enquadramentos provenientes do caso Marielle Franco nos veículos de comunicação. Para a criação destas categorias, utilizamos as teorias de enquadramento (ENTMAN, 1993; WOZNIAK et al, 2015; RIZZOTTO et al, 2017) e interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; 1991).

Para esta etapa, seguimos o método de codificação das matérias proposto realizado por Rizzotto et al (2017), adaptando as categorias de acordo com os objetivos desta pesquisa. A análise será feita em duas etapas. Na primeira, analisaremos os recursos narrativos presente nas notícias sobre o assassinato de Marielle. Aqui, a ênfase está no texto jornalístico, destacando os aspectos narrativos empregados pelos jornalistas e de que forma isso contribui na criação de enquadramentos em torno de múltiplas narrativas.

A segunda etapa se refere ao enquadramento midiático nos moldes de Entman (1993). A ênfase se volta aos aspectos em torno do acontecimento no ambiente midiático, envolvendo atores de diversos campos. Destacamos também que a interseccionalidade surge como um aspecto transversal da pesquisa, simbolizada nas presenças e ausências dos marcadores sociais.

Portanto, as categorias analíticas desses dois tipos de enquadramento serão descritas nas seções a seguir.

3.5.1 Recursos narrativos

De modo geral, o texto jornalístico segue o modelo da pirâmide invertida, no qual as informações são elencadas pelo grau de importância e dispostas nos parágrafos de forma hierarquizada. Vê-se, no entanto, que os jornalistas empregam recursos narrativos nas matérias também com intuito de imprimir sua própria personalidade no texto, relatar expressões das fontes, atrair a atenção do leitor para a matéria, entre outros.

Com isso, considera-se que é de suma importância analisar o aspecto narrativo presente nas notícias a fim de entender os enquadramentos na cobertura de casos como o de Marielle. Nesse sentido, Rizzotto et al (2017) propõe o estudo da narrativa a partir de duas categorias: grau de narratividade e atribuição de papéis narrativos.

O grau de narratividade se divide em quatro índices:

- **Dramatização:** A estrutura da pirâmide invertida dá lugar a uma narrativa tradicional, com uma história composta por início, meio e fim. Isto abarca os textos noticiosos que privilegiam os aspectos cronológicos ou preconizam uma ordem sequencial dos acontecimentos em vez de elencar por ordem de importância.
- **Emoção:** O texto traz expressões que revelam o estado emocional dos personagens presentes na matéria ao menos mais de uma vez. Termos como “celebrou”, “se indignou”, “estava preocupado” são exemplos disso.
- **Personalização:** O foco da matéria está centralizado nos personagens e suas ações. Nessa subcategoria, foram reunidas as matérias que se propunham a narrar como as ações dos sujeitos impactaram o curso de ação de outros personagens envolvidos no acontecimento.
- **Ornamentação estilística:** O jornalista utiliza o estilo literário, não se atendo a uma descrição literal dos acontecimentos. Aqui, também são consideradas as expressões poéticas na escrita do texto.

(WOZNIAK et al, 2015; RIZZOTTO et al, 2017)

A segunda categoria, de atribuição dos papéis narrativos, explica quais discursos foram predominantes para a construção narrativa. Rizzotto et al (2017) expressa que o personagem da narrativa não se restringe apenas a pessoas, abrangendo também grupos e

instituições. Outro aspecto importante delimitado pelos autores é que este sujeito precisa ter papel preponderante no texto, não sendo apenas usado para contextualizar o acontecimento.

Os autores então propõem três subcategorias: vítima, herói e vilão. Salientamos que esta nomenclatura não estão postas para acentuar uma visão superficial e polarizada da narrativa. Wozniak et al (2015, p. 480) explica que esses termos estão associados ao gênero melodramático presente em textos literários, mas que também podem ser encontrados em outros gêneros de outra natureza. Tendo isso em mente, os três índices são:

- **Vítima:** O agente da narrativa é prejudicado ou sofre, sendo morto, ferido ou alvo de ataques. Também está incluso o sujeito que age de forma defensiva ou precisa ser defendido de ataques por outros personagens;
- **Herói:** Quando os qualificadores presentes no texto jornalístico refletem uma visão positiva do sujeito retratado. Objetivos alcançados, sucesso nas ações e qualidades nobres do personagem são exemplos disso. Além disso, se o sujeito ocupa uma posição de defesa de outro personagem considera-se incluído neste índice;
- **Vilão:** Quando os qualificadores presentes no texto jornalístico refletem uma visão negativa do personagem retratado. Problemas e danos decorrentes das ações, fracassos e inércia são exemplos. Também se considera incluído aqui o sujeito que é retratado atacando outro personagem.

(WOZNIAK, 2015; RIZZOTTO et al, 2017)

Abaixo, uma síntese das principais características do enquadramento narrativo e de suas categorias de análise (**Quadro 2**).

Quadro 2: Síntese da primeira categoria analítica e suas variáveis.

CATEGORIAS	NARRATIVA	
	GRAU DE NARRATIVIDADE	PAPÉIS NARRATIVOS
	Dramatização: história sequencial (início, meio e fim)	Vítima: o sujeito é retratado como alvo de ataques, ferido ou morto.
	Emoção: aspectos emocionais do personagem expressos no texto	Herói: o sujeito e suas ações são retratados positivamente.
	Personalização: personagens e suas ações são centralizados na narrativa.	Vilão: o sujeito e suas ações são retratados negativamente.
	Ornamentação Estilística: utilização do gênero literário no texto.	

Fonte: Autoria própria, com dados de Wozniak et al (2015).

3.5.2 Enquadramento midiático

A análise do enquadramento midiático se fundamenta na definição clássica de Entman (1993, p.52, grifo nosso), que entende enquadramento como a seleção de “alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma *definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado*”. Partindo desse conceito, estabelecemos os quatro termos destacados como categorias analíticas e pensamos em variáveis a partir de uma análise prévia do conteúdo das notícias.

Definição do problema

A definição particular do problema refere-se aos aspectos que são destacados no acontecimento e como os atores envolvidos contribuem para que esses aspectos ganhem relevância. Nesse sentido, o acontecimento (o assassinato) pode ser visto em uma perspectiva de um problema situado em um momento específico (a apuração do crime ou as *fake news*, por exemplo).

Para isso, são analisadas duas clivagens: ênfase do acontecimento e fontes envolvidas. A primeira subcategoria diz respeito aos temas presentes que são enfatizados no texto noticioso. Para isso, foram pensadas os seguintes operadores:

- *Inverstigação policial/impunidade*: Reúne as matérias que contemplam os elementos que compõem o inquérito policial, desdobramentos e avanços na investigação. Também abarca as matérias que se dedicam a apontar os aspectos da leniência na apreensão dos culpados pela execução, assim como matérias que expressam indignação com a impunidade do assassinato.
- *Disputa política*: Diz respeito às matérias em que o assassinato virou um tema subjacente a uma disputa política entre políticos com pautas opostas e/ou quando o crime foi pautado durante as campanhas eleitorais.
- *Legado político*: Diz respeito às matérias que se propõem a construir e reconstruir a imagem da vereadora em várias perspectivas: vida pessoal, relação com os familiares e amigos, avanços políticos, etc. Também se inclui aqui as matérias que se põem a contar a trajetória política de Marielle e sua identificação com pautas identitárias.
- *Depreciação pública*: Refere-se às matérias que abordavam ou incidiam em tentativas de desqualificar a vereadora em sua vida privada e pública. Também incluímos as matérias que repercutiam *fake news* – ou distribuíam *fake news* (se for o caso) – sobre Marielle Franco. Também se incluem as matérias que manifestam cunho sexista, racista, classista ou lgbtfóbico.

O objetivo da segunda subcategoria é verificar quais fontes possuem maior destaque nas matérias, cujas falas são representadas nas citações diretas e indiretas dos jornalistas, excluindo os personagens que são apenas citados de forma pontual. A partir do contato com o material que compõe a amostra da pesquisa, foram pensadas os seguintes operadores de análise:

- *Fontes do campo político*: A notícia dá espaço para políticos, sejam eles alinhados com as pautas defendidas por Marielle Franco, sejam opositores e antagonistas.
- *Fontes do campo jurídico*: A notícia dá espaço para advogados, juízes, ministros de Cortes Superiores, membros do Ministério Público, etc.

- *Fontes policiais:* A notícia dá espaço para policiais civis ou militares, delegados de polícia e responsáveis pelo inquérito policial.
- *Fontes da sociedade civil:* A notícia dá espaço para membros da sociedade, tais como: membros de organizações civis (antirracistas, feministas, etc), membros da igreja, artistas, intelectuais, entre outros.
- *Fontes da esfera privado:* A notícia dá espaço para familiares e amigos da vereadora.
- *Ausente:* A notícia é predominantemente descritiva e não há o uso de fontes.

Ante o exposto, compilamos no quadro a seguir o instrumento metodológico e as características desta categoria analítica, com suas subcategorias e operadores (**Quadro 3**).

Quadro 3: Síntese da terceira categoria analítica e seus operadores

ENQUADRAMENTO NOTICIOSO		
CATEGORIA	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	
SUBCATEGORIAS	Ênfase do acontecimento	Fontes envolvidas
	• Inquérito policial • Disputa política • Impunidade • Legado político • Depreciação pública	• Campo político • Campo jurídico • Membros da polícia • Sociedade civil • Esfera privada • Ausente

Fonte: Autoria própria.

Causas do problema

O segundo aspecto apontado por Entman (1993) são as causas do problema, que consistem nas informações fornecidas que enfatizam os motivos para o acontecimento enquadrado. Nesse sentido, consideram-se a seleção de fontes, as vozes retratadas e as próprias inserções do jornalista no texto noticioso. Pensando nisso, levantamos os seguintes operadores:

- *Violência urbana:* Refere-se às matérias que analisam o assassinato como um crime comum, ocorrido em um contexto de uma cidade conhecida pela

violência cotidiana. Isto é, matérias que excluem os aspectos políticos do caso.

- *Crime político*: Diz respeito às matérias que associam a execução da vereadora apenas ao cargo político ocupado ou que enfatizam sua relação com outros políticos. Também se incluem os textos jornalísticos que associam a atuação política de Marielle e seu combate às milícias como possíveis motivos.
- *Violência focada nos marcadores sociais*: Refere-se às matérias que relacionando o crime às violências contra mulheres, pessoas negras, pertencentes à comunidade LGBT, entre outros.
- *Ausente*: As matérias não apresentam causas para o problema.

A seguir, pode ser visto o resumo desta categoria analítica (**Quadro 4**).

Quadro 4: Síntese da terceira categoria analítica, suas subcategorias e operadores

ENQUADRAMENTO NOTICIOSO	
CATEGORIA	CAUSAS DO PROBLEMA
	• Violência urbana • Crime político • Violência focada em marcadores sociais • Ausente

Fonte: Autoria própria.

Julgamento moral

Quanto a esta categoria, as interpretações variam de acordo com os objetivos de análise. Wozniak et al. (2015, p.477) utilizam o julgamento moral como “atribuição de responsabilidade”, enquanto Rizzotto et al (2017, p.125) aplicam com o intuito de verificar o julgamento do próprio jornalista/veículo no texto, seja através de outras fontes ou indiretamente citado no texto. Desenvolvemos operadores baseados neste último entendimento por considerar que essa clivagem se aplica melhor aos nossos objetivos de pesquisa. Portanto, as notícias analisadas aqui são as que manifestam julgamento moral sobre a imagem pública da vereadora assassinada. Os operadores são os seguintes:

- *Imagem positiva*: Refere-se às matérias que manifestam juízo moral positivo em torno da imagem de Marielle. Incluem-se aqui as opiniões do jornalista, do veículo ou de fontes presentes nas matérias.
- *Imagem negativa*: Diz respeito às notícias que manifestam juízo moral negativo acerca da imagem da vereadora. De igual modo, incluem-se as opiniões do jornalista, do veículo ou das fontes presentes nas matérias.
- *Ausente*: As matérias não manifestam nenhum julgamento moral sobre a imagem da vereadora em seu conteúdo.

Compilamos no quadro a seguir o instrumento metodológico desta categoria analítica (**Quadro 5**).

Quadro 5: Síntese da quarta categoria analítica, suas subcategorias e variáveis

ENQUADRAMENTO NOTICIOSO	
CATEGORIA	JULGAMENTO MORAL
	• Imagem positiva • Imagem negativa • Ausente

Fonte: Autoria da dissertação

Recomendação de tratamento

A última categoria de análise do enquadramento noticioso corresponde à recomendação de tratamento expressa no texto jornalístico do caso Marielle Franco. Esta categoria refere-se às soluções propostas pelos jornalistas e/ou fontes presentes nas matérias a fim de resolver o problema. A partir disso, definimos os seguintes operadores:

- *Discussão na esfera penal*: Aqui estão contidas as matérias que oferecem como solução o aspecto punitivo - a prisão dos culpados pelo assassinato resolveria o caso.
- *Discussão político-institucional*: Notícias que enfatizam aspectos políticos e legislativos como uma solução – a implementação de leis em torno de crimes políticos.
- *Discussão sobre violência de gênero*: Diz respeito às matérias que entendem que a solução do caso Marielle Franco parte da discussão

centrada em aspectos interseccionais, como a violência de gênero e o feminicídio.

- *Ausente*: Não existe nenhuma recomendação de tratamento sobre o problema.

Por fim, concluímos este capítulo com o quadro abaixo, que resume esta categoria (Quadro 6).

Quadro 6: Síntese da quinta categoria analítica, suas subcategorias e operadores

ENQUADRAMENTO NOTICIOSO	
CATEGORIA	RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO
	• Discussão penal • Discussão político-institucional • Discussão de violência de gênero • Ausente

Fonte: Autoria própria

4 O ENQUADRAMENTO DO CASO MARIELLE FRANCO EM TRÊS PORTAIS DE NOTÍCIA: FOLHA DE S. PAULO, O ANTAGONISTA E PRAGMATISMO POLÍTICO

Este capítulo da pesquisa é dedicado à análise empírica, cujo objetivo é apresentar e discutir os enquadramentos presentes na cobertura do caso Marielle Franco de três veículos midiáticos: Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político. Para isso, consideramos todas as notícias do período de 14 de março de 2018 a 31 de março de 2019.

O capítulo se divide em duas seções. Na primeira, discutimos os recursos narrativos presentes nos textos jornalísticos dos portais. A segunda se volta à análise dos enquadramentos midiáticos, que envolvem diversos atores.

4.1 Recursos Narrativos

Conforme visto no **Capítulo 3** desta dissertação, analisamos os recursos narrativos utilizados pelos jornalistas a partir de duas categorias: grau de narratividade e papéis narrativos. O objetivo dessa seção é entender como as narrativas se apresentam nos textos jornalísticos dos veículos a partir dos diferentes perfis editoriais.

4.1.1 Grau de Narratividade

Neste trabalho, o grau de narratividade é analisado a partir de quatro operadores: dramatização, emoção, personalização e ornamentação estilística (WOZNIAK et al, 2015; RIZZOTTO et al, 2017). É importante destacar que os elementos supracitados não precisam estar presentes ao mesmo tempo na matéria para se verificar algum grau de narratividade. Tendo isso em mente, passamos para a análise dessas subcategorias.

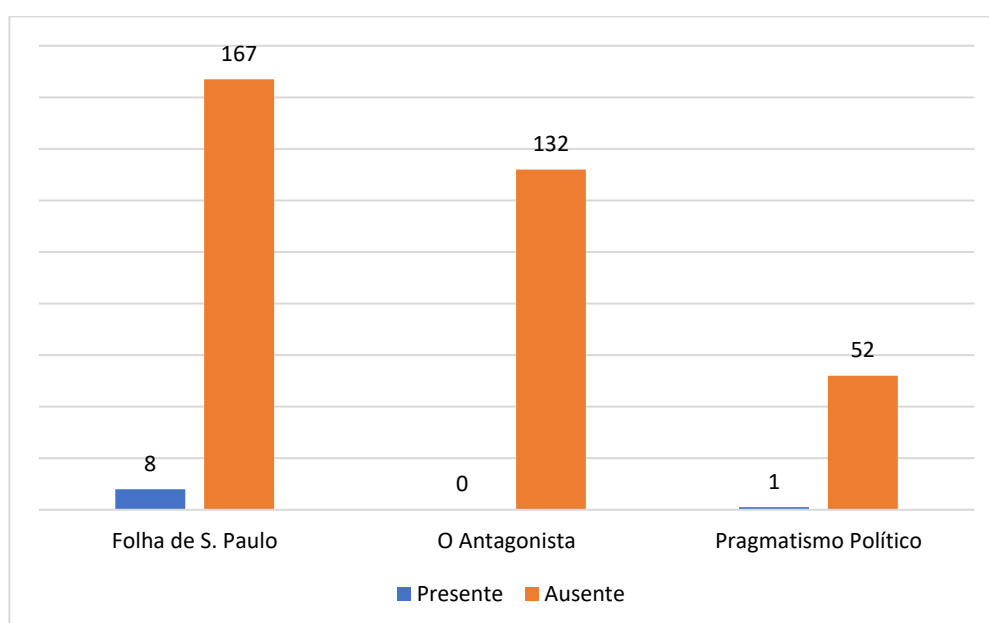
Dramatização

Neste tópico, analisamos como a dramatização – o texto segue uma estrutura tradicional com início, meio e fim no lugar do recurso da pirâmide invertida - está presente nos textos jornalísticos. A **Figura 7** apresenta os dados referentes a esta subcategoria nos veículos noticiosos. Como pode ser visto abaixo, do total das 175 matérias analisadas da Folha de S. Paulo, apenas 4,5% apresentam o tópico da

dramatização. Nas 132 notícias de O Antagonista, há a total ausência dos eventos contados em ordem sequencial. Por fim, nas 53 notícias do Pragmatismo Político, apenas 1,8% utiliza este recurso.

Em suma, a dramatização não é empregada nos portais de forma significativa. Apesar disso, é relevante apontar que a Folha de S. Paulo e o Pragmatismo Político empregam o recurso narrativo de formas distintas: enquanto o primeiro utiliza em aspectos centrais do acontecimento – apresentar o episódio ou personagens –, o segundo apresenta um fato paralelo ao acontecimento principal (**Fig. 7**).

Figura 7: Comparativo do recurso dramatização nos três portais de notícias



Fonte: Autoria própria

Percebe-se então que o veículo preconiza o método da pirâmide invertida em suas notícias, poucas vezes se desviando deste modelo. Neste portal, a dramatização é empregada para apresentar à audiência o que se sabia até então sobre o crime. No trecho a seguir, vê-se a sequência de acontecimentos que culminaram na execução da vereadora e de Anderson Gomes na perspectiva da única sobrevivente, a assessora de Marielle, Fernanda Chaves⁸²:

A assessora ouviu um estrondo e não viu nada do que ocorria fora do carro no momento em que os tiros foram disparados. Ela conseguiu apenas retirar a perna do motorista do acelerador, desligar o carro e se

⁸² À época do assassinato, o nome da assessora não foi divulgado a fim de garantir a sua segurança. Após o assassinato, Fernanda deixou o Brasil e concedeu algumas entrevistas em que relata o crime, sua relação com Marielle e como é viver escondida. Para mais detalhes, ver: <https://glo.bo/3wY76sK>.

jogar para fora. Agachada, a assessora se locomoveu numa escuridão quase completa. Conseguiu avisar o marido, que acionou o socorro mais próximo. Neste momento, ela ainda acreditava que Marielle e o motorista Anderson Gomes, já mortos, estavam apenas desacordados (FOLHA DE S. PAULO, 16 mar. 2018)⁸³.

A dramatização também é utilizada nas histórias que centralizam a própria Marielle e outras fontes relacionadas ao caso:

Marielle Franco não queria acordar cedo. Deu uma bronca quando sua chefe de gabinete e amiga do Complexo da Maré, Renata Souza, informou que a reunião na manhã seguinte seria às 9h. Na verdade era às 10h [...] Marielle não chegou a dormir. Naquela noite, 14 de março, uma semana após o Dia Internacional da Mulher, ela —uma das 32 vereadoras negras entre 811 vereadores de capitais brasileiras— foi assassinada junto com seu motorista (FOLHA DE S. PAULO, 2 mai. 2018)⁸⁴.

Acima, este recurso narrativo é empregado para recontar as últimas horas de vida da vereadora, relembrando o leitor do acontecimento e associando-o a uma pauta atual (no caso da matéria, a votação, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, dos projetos propostos por Marielle). Assim, vê-se que a Folha utiliza a dramatização de forma episódica, apenas como forma de apresentar personagens ou eventos relacionados ao crime. A maioria das matérias se atém à apresentação dos fatos seguindo o modelo da pirâmide invertida, privilegiando uma narrativa jornalística padronizada.

Nas notícias d'O Antagonista, há a total ausência dos eventos contados em ordem sequencial. É importante destacar, porém, que as matérias referentes ao caso neste portal também não seguem necessariamente o modelo da pirâmide invertida:

O general Walter Braga Netto disse a Michel Temer, ontem à tarde, que houve avanços na investigação do assassinato de Marielle Franco, como O Antagonista antecipou. Na conversa com o presidente, o interventor federal no Rio se mostrou otimista com o desfecho do caso nos próximos dias (O ANTAGONISTA, 6 abr. 2018)⁸⁵.

Acima, vê-se um exemplo de matéria na íntegra do portal. A maior parte das notícias referentes ao caso consiste em pequenas notas, com algumas matérias empregando o modelo da pirâmide invertida. Então, a ausência de dramatização pode ser

⁸³ Disponível em: <https://bit.ly/2T3GfwQ>.

⁸⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3vWpFNU>.

⁸⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3co0BYu>.

explicada pela adoção de um modelo informativo que privilegia notas curtas na cobertura do crime.

No Pragmatismo Político, os dados revelam que os jornalistas do portal utilizam o modelo da pirâmide invertida para relatar os acontecimentos. A única instância em que a dramatização aparece é em uma matéria que relata um desentendimento entre um dono de um bar e um policial militar.

Tudo começou quando os músicos, em uma roda de samba, gritaram ‘Marielle, presente’. Alfredinho, 74, dono do bar Bip Bip, emendou um discurso lamentando a morte da vereadora e pediu um minuto de silêncio. No entanto, um policial federal que estava de folga consumindo no local não gostou, retrucou e a confusão foi formada. [...] O policial, que alega ter sido agredido, saiu do bar depois da confusão e voltou 30 minutos depois acompanhado de outros policiais federais e também de policiais militares (PRAGMATISMO POLÍTICO, 19 mar. 2018)⁸⁶.

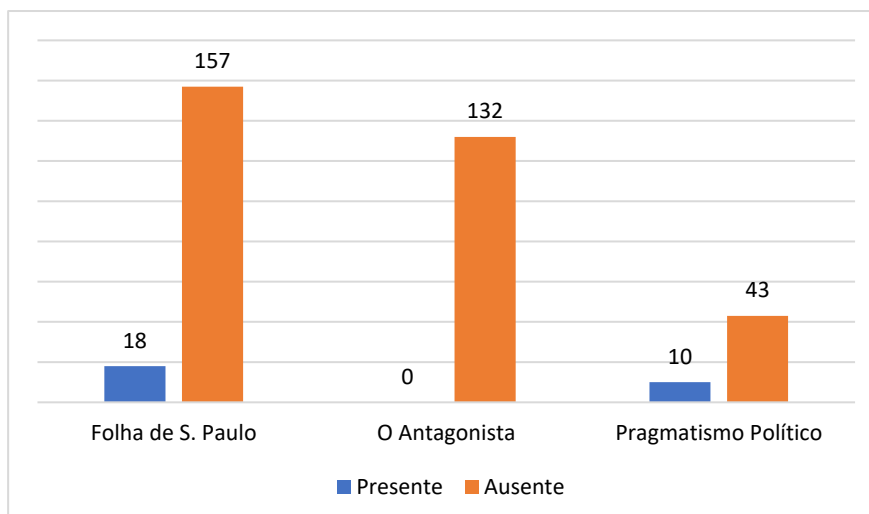
O recurso narrativo é empregado em um acontecimento secundário, que nada tem a ver com o crime em si, mas que serve para demonstrar as implicações na realidade de um contexto marcado pela polarização social e afetiva que envolveu o caso Marielle.

Emoção

Este tópico se dedica a analisar como o recurso narrativo da emoção – expressões presentes no texto jornalístico que revelam o estado emocional dos personagens –, se apresenta nos textos jornalísticos dos veículos. Conforme a **Figura 8**, a análise das 175 matérias da Folha de S. Paulo revelou que este recurso narrativo está presente em 10,2% da amostra. A pesquisa observou que O Antagonista não utiliza este recurso narrativo em nenhuma das 132 notícias analisadas. Os dados relativos ao Pragmatismo Político, por sua vez, apresenta o recurso em 18,8% das matérias da amostra.

Ao compararmos os três portais (**Fig. 8**), percebe-se que os portais não utilizam de forma predominante o recurso narrativo em suas notícias. Entretanto, é importante destacar que a emoção está presente em quase 20% das notícias do portal Pragmatismo Político e em pouco mais de 10% das matérias da Folha de S. Paulo.

⁸⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3ii5E07>.

Figura 8: Comparativo do recurso emoção nos três portais de notícias

Fonte: Autoria própria

A maior parte das matérias que manifestam a presença deste recurso se relaciona com a reação de pessoas próximas a Marielle, especialmente familiares, amigos ou aliados políticos:

Com os olhos inchados, o deputado Jean Wyllys (RJ), correligionário de Marielle, fez fala breve e pediu que Maia instalasse comissão externa para a apuração do crime. [...] **Um clima de indignação** com o assassinato da vereadora do Rio Marielle Franco (PSOL) tomou conta de comentários de políticos [...] (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifos nossos)⁸⁷.

Além dos milhares de manifestantes, participaram da cerimônia os pais, irmã, filha e viúva da vereadora —a última, **muito comovida, chorou bastante desde o início do ato**. Também compareceu Agatha Arnaus, viúva do motorista (FOLHA DE S. PAULO, 20 mar. 2018, grifo nosso)⁸⁸.

‘Marielle sempre se fazia presente. Quando não era ela pessoalmente, vinha alguém do seu mandato coletivo’, conta Andressa Jorge, coordenadora da Casa das Mulheres da Maré, que era amiga da vereadora. **Ela pranteia a perda pessoal e coletiva** (FOLHA DE S. PAULO, 14 ago. 2018, grifo nosso)⁸⁹.

O portal emprega este recurso também para demonstrar o estado emocional de Rodrigo Maia e Michel Temer, atores políticos que sofreram críticas diante de posicionamentos adotados ante à morte da vereadora:

⁸⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3pwChsD>.

⁸⁸ Disponível em: <https://bit.ly/2S45gI9>.

⁸⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3uV5Y7K>.

Maia, que não costuma presidir sessões solenes, ficou todo o tempo de duração dos discursos à frente da Mesa Diretora. **De cara fechada** e muitas vezes ao telefone, porém, não se pronunciou a respeito do assassinato de Marielle, limitando-se a chamar os parlamentares para a tribuna (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifo nosso)⁹⁰.

Na manhã desta quinta-feira (15), **após algumas horas de indecisão** sobre como reverter o quadro negativo, o presidente convocou uma reunião no Palácio Planalto e deu início à estratégia para tentar salvar o cunho político da intervenção (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar 2018, grifo nosso)⁹¹.

Portanto, vê-se que a emoção é utilizada pelo portal em duas dimensões: uma mais pessoal e afetiva, marcando uma reação de estresse e angústia diante de uma perda; e uma mais impessoal e institucional, simbolizando as reações diante do assassinato político. Apesar disso, atentamos para o fato de que a maior parte das notícias não utiliza este recurso narrativo.

Apontamos que o estilo utilizado pelos jornalistas d'O Antagonista contribui para a ausência desse recurso narrativo. Por se tratar majoritariamente por notas sobre o crime ocorrido, o portal não dá espaço para pluralidade de fontes e, conseqüentemente, a descrição do estado emocional dessas personagens.

No Pragmatismo Político, o recurso é empregado com relação às pessoas que se manifestaram negativamente em torno da morte de Marielle Franco. O portal cita pessoas anônimas, famosos e agentes ligados a órgãos institucionais:

[...] manifestações desrespeitosas e de completo ódio contra Marielle Franco foram registradas na internet após o seu assassinato. No site 'O Antagonista', de Diogo Mainardi, alguns leitores chegaram a culpar a vereadora pela própria morte e **se divertiram com a tragédia** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 16 mar. 2018, grifo nosso)⁹².

Zeze Di Camargo está incomodado com a comoção popular em torno do assassinato de Marielle Franco. O cantor citou o caso de uma médica morta em 2016 para criticar quem se solidarizou com a execução da vereadora do PSOL (PRAGMATISMO POLÍTICO, 19 mar. 2018, grifo nosso)⁹³.

Washington Lee Abe, coronel da Polícia Militar, **manifestou irritação** com a comoção popular em torno da morte da vereadora Marielle Franco, executada na última quarta-feira (14). Em carta divulgada por ele próprio, o coronel sugere que Marielle não representaria o que

⁹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3z6cxHV>.

⁹¹ Disponível em: <https://bit.ly/2ScnwPu>.

⁹² Disponível em: <https://bit.ly/3uQc9Kt>.

⁹³ Disponível em: <https://bit.ly/2S6Ofgu>.

chamou de “cidadãos de bem” da sociedade brasileira (PRAGMATISMO POLÍTICO, 16 mar. 2018, grifo nosso)⁹⁴.

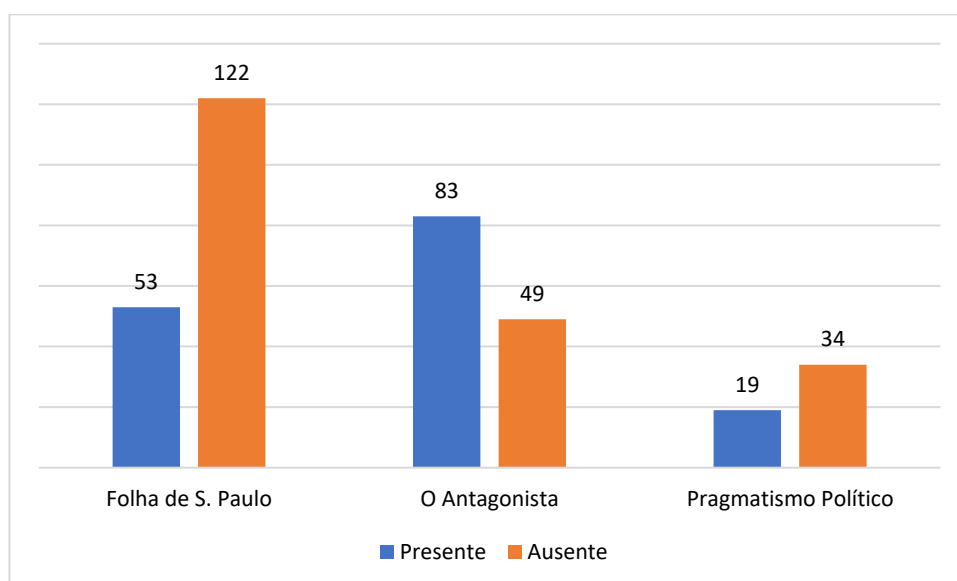
Nota-se então que este portal utiliza a emoção a fim de apresentar negativamente as fontes que geraram polêmica diante do assassinato de Marielle. Percebemos aí uma estratégia de manipulação da audiência, que pode acentuar a polarização afetiva entre os públicos. É importante destacar, porém, que a maior parte das matérias do portal não emprega o recurso narrativo.

Apesar dos portais manterem um modelo narrativo predominantemente tradicional, alguns aspectos emocionais das fontes são relatados em parte das matérias. A diferença é que, enquanto a Folha de S. Paulo utiliza para estabelecer os vínculos afetivos e institucionais dos personagens com a vítima ou circunstâncias em torno do assassinato, o Pragmatismo Político emprega a emoção como uma forma de enfatizar aspectos negativos de alguns atores.

Personalização

Neste tópico, identificamos as matérias que manifestam a presença do recurso narrativo da personalização, que diz respeito à centralização dos personagens e de suas ações no texto jornalístico. **A Figura 9** indica que os três portais utilizam o recurso de maneira significativa nos textos, com o Antagonista empregando na maior parte das notícias analisadas (67,4%). Nas matérias da Folha de S. Paulo, 30,2% registravam a personalização nos textos. Das matérias analisadas do Pragmatismo Político, 35,8% continham esse recurso.

⁹⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3wXvs5S>.

Figura 9: Comparativo do recurso personalização nos três portais de notícias

Fonte: Autoria própria

Os personagens centralizados nas matérias da Folha de S. Paulo são variados, indo de atores do campo político, jurídico, familiares, movimentos sociais, entre outros. Entretanto, tendo em vista o assassinato como um acontecimento político, a maior parte dessas notícias envolve atores do campo político-institucional:

Temer fez um discurso em que comunicou a viagem dos ministros e disse que é preciso ‘acabar com esse banditismo desenfreado que se instalou por forças das organizações criminosas’. ‘Estamos no Rio para restabelecer a paz’, completou (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018)⁹⁵.

Nesta manhã, Dodge instaurou procedimento instrutório para avaliar o deslocamento da competência e solicitou à Polícia Federal que adote diligências necessárias. Para que a investigação seja feita por autoridades federais, a PGR (Procuradoria-Geral da República) precisa ingressar com um pedido no STJ (Superior Tribunal de Justiça) (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018)⁹⁶.

Apesar de mais de 30% das matérias da Folha envolverem um grau de personalização, percebe-se que existe uma concentração maior em torno dos fatos do que nas personagens. Outro aspecto que explica isso é que o portal de mídia tradicional costuma se valer da diversidade de fontes em suas matérias.

A centralização em determinadas fontes é um dos aspectos narrativos mais proeminentes na cobertura do caso d’O Antagonista, especialmente na atuação das

⁹⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3clCd9N>.

⁹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3clvXyF>.

polícias em torno do caso. Além disso, o veículo também privilegia as fontes político-institucionais em seus textos:

Rivaldo Barbosa, chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, se reuniu nesta tarde com os familiares de Marielle Franco. Ao fim do encontro, ele disse que a Divisão de Homicídios só vai se pronunciar sobre a autoria da execução da vereadora e de seu motorista, Anderson Gomes, quando a investigação terminar (O ANTAGONISTA, 16 abr. 2018)⁹⁷.

Em entrevista coletiva neste sábado, o governador Wilson Witzel afirmou que os envolvidos na morte de Marielle Franco e Anderson Gomes podem ser presos ainda em janeiro. ‘O caso Marielle está próximo sim de uma solução, não tenho atribuição legal para olhar os autos do processo que estão sob sigilo.’ (O ANTAGONISTA, 12 jan. 2019)⁹⁸.

Com isso, verifica-se um alto nível de personalização presente nas matérias da ‘O Antagonista’. Essa personalização se ancora em uma baixa diversidade de fontes, que gera narrativas mais centradas em descobertas policiais e nas atuações dos políticos ligados à direita.

A personalização no Pragmatismo Político se concentra em dois tipos de notícias: textos referentes à execução e matérias que discutem *fake news* e calúnias contra a vereadora. No primeiro caso, as principais personagens advêm das polícias e dos campos institucionais; no segundo, são os protagonistas das *fake news*, conforme visto nos exemplos a seguir:

O chefe da Polícia Civil do Estado do Rio, Rivaldo Barbosa, disse nesta quinta-feira, 15, que o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) ‘atenta contra a democracia’. [...] Barbosa recebeu em seu gabinete o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) e os delegados Fábio Cardoso, que está assumindo a direção das Delegacias de Homicídio, e Gineton Lages, que agora é titular da Delegacia de Homicídios da Capital (O ANTAGONISTA, 16 abr. 2018)⁹⁹.

Criticada, Marília Castro chegou a dizer que não voltaria atrás porque estava apenas dando a sua opinião com base em um texto que leu de ‘uma amiga’. Agora, depois de saber que seria acionada judicialmente, a desembargadora resolveu fazer uma espécie de ‘mea culpa’ (O ANTAGONISTA, 12 jan. 2019)¹⁰⁰.

⁹⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3gbqGLd>.

⁹⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3fURjW3>.

⁹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3gbltmT>.

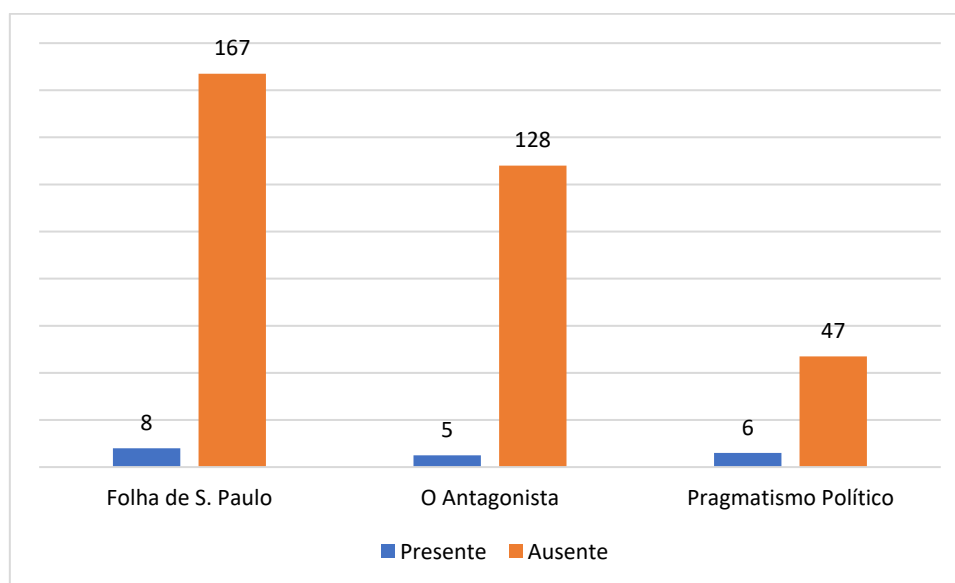
¹⁰⁰ Disponível em: <https://bit.ly/2TMDAb9>.

Comparando os três portais, percebe-se que O Antagonista revela acentuada diferença no que diz respeito à personalização em suas matérias. Os três veículos também preferem a personalização de policiais e de agentes político-institucionais em suas matérias. A única exceção nesse sentido é o Pragmatismo Político, que também trazem também as ações dos difusores de *fake news*.

Ornamentação Estilística

Neste tópico, verificamos a incidência da ornamentação estilística nas notícias dos veículos midiáticos. Este recurso narrativo, que, neste trabalho, significa a utilização do estilo literário para narrar os acontecimentos, não costumeiramente empregado em veículos de imprensa tradicionais. Isso foi confirmado na análise dos três portais, com baixo índice do recurso nos textos. A análise da Folha de S. Paulo, por exemplo, revelou que das 175 notícias, apenas 4,5% continham esse recurso. No portal O Antagonista também percebemos uma baixa incidência de matérias que utilizam esse recurso: apenas 3,7% da amostra analisada. O veículo Pragmatismo Político, por sua vez, apresenta a ornamentação estilística em 11,3% das matérias analisadas (**Fig. 10**).

Figura 10: Comparativo do recurso ornamentação estilística nos três portais de notícias



Fonte: Autoria própria

Em uma notícia sobre um projeto derivado da atuação política de Marielle, verificamos a utilização da linguagem poética por parte dos jornalistas da Folha. A

segunda notícia descrita abaixo refere-se à utilização de linguagem coloquial na notícia referente à prisão dos assassinos:

Se calaram Marielle Franco (PSOL), falam cada vez mais alto as Blendas, Milenas, Thaises e Rayannes. É uma geração de mulheres jovens, negras e criadas em favelas, a exemplo da vereadora, que foram impulsionadas por sua eleição e por sua morte, ocorrida há exatamente um ano [...] (FOLHA DE S. PAULO, 14 mar. 2019, grifo nosso)¹⁰¹.

Se todo Carnaval tem seu fim, Ronnie Lessa, 48, e Élcio Queiroz, 46, aproveitaram bem o último que tiveram antes de serem presos, nesta terça-feira (12), sob suspeita de terem participado do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e de seu motorista, Anderson Gomes (FOLHA DE S. PAULO, 12 mar. 2019, grifo nosso)¹⁰².

Enquanto no primeiro texto a linguagem poética revela o impacto do assassinato de Marielle e como as mulheres negras reagiram diante disso, criando novos projetos, o segundo faz uso de um trocadilho, a partir de uma canção da banda Los Hermanos. Em ambos os casos, o recurso narrativo aparece como forma de conferir personalidade à notícia, aproximando a audiência.

N'O Antagonista, a ornamentação estilística aparece em curtas inserções coloquiais ao longo das notícias. Outra forma de uso desse recurso visto na cobertura do caso Marielle é a utilização de *clickbaits*. Através de títulos chamativos e sensacionalistas, O Antagonista busca atrair atenção do público. Abaixo, transcrevemos a notícia intitulada “Marielle, piranha de Freixo”:

Um delator acusou o vereador Marcello Siciliano e o miliciano Orlando de Curicica de envolvimento no assassinato de Marielle Franco. Segundo o delator, em depoimento obtido por O Globo, Marcello Siciliano chamou Marielle de ‘piranha do Freixo’ e acrescentou: ‘A mulher está me atrapalhando... Precisamos resolver isso logo’ (O ANTAGONISTA, 9 mai. 2018)¹⁰³.

Apesar do título estar entre aspas – o que denota a fala de alguém –, não há referência de quem é o autor, informação identificada apenas mediante leitura da matéria completa. O texto, que se baseia em matéria d'O Globo¹⁰⁴, trazia diversas informações referentes aos possíveis mandantes do assassinato da vereadora, entretanto, o texto destaca um pequeno trecho referente a um xingamento à Marielle. Evidencia-se, então, um elemento de misoginia na cobertura narrativa do portal, que não vê problemas em

¹⁰¹ Disponível em: <https://bit.ly/3ppjz6c>.

¹⁰² Disponível em: <https://bit.ly/3vV304s>.

¹⁰³ Disponível em: <https://bit.ly/3gst6pd>.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://glo.bo/3x2E3V8>.

atacar a memória de uma vereadora morta trazendo uma ênfase descontextualizada e sexista.

O portal Pragmatismo Político utiliza a ornamentação estilística principalmente em frases respeitadas à memória da vereadora. Percebe-se nessas instâncias a escolha pelo estilo poético e/ou coloquial, como se vê nos exemplos a seguir:

Principalmente na capital fluminense, terra natal da parlamentar, **lágrimas e punhos cerrados contra o crime foram a resposta possível, ao menos por enquanto, à barbárie que ceifou a vida de Marielle**, mulher negra e criada na periferia, e de seu motorista, Anderson Pedro Gomes (PRAGMATISMO POLÍTICO, 16 mar. 2018, grifo nosso)¹⁰⁵.

Zezé não entende que quem chora a morte de Marielle não está ignorando nenhuma outra morte violenta. No entanto, é evidente que a morte de uma figura pública tende a gerar uma comoção maior, sobretudo em se tratando da 5ª parlamentar mais bem votada na última eleição municipal do Rio de Janeiro (PRAGMATISMO POLÍTICO, 19 mar. 2018, grifo nosso)¹⁰⁶.

De modo geral, o recurso de ornamentação estilística não é utilizado de forma significativa nos três veículos noticiosos. A análise desses elementos – dramatização, emoção, personalização e ornamentação estilística – nos permite entender as semelhanças e diferenças entre os três veículos de mídia, cuja discussão retomamos no fim desta etapa. Diante disso, passamos para a análise dos papéis narrativos.

4.1.2 Papéis Narrativos

A segunda categoria de análise dos recursos narrativos em textos jornalísticos refere-se aos papéis clássicos vistos no gênero melodramático (WOZNIAK et al, 2015). Os papéis de vítima, herói e vilão podem ser atribuídos a um indivíduo, grupo de pessoas ou instituições. Salienta-se que esses elementos se referem aos personagens em destaque nos textos analisados.

Devido à natureza do acontecimento, previmos que Marielle Franco apareceria como vítima na maior parte das notícias. Entretanto, percebemos que algumas notícias da amostra discutem outros assuntos relacionados ao assassinato, não trazendo a vereadora

¹⁰⁵ Disponível em: <https://bit.ly/2SZh8uY>.

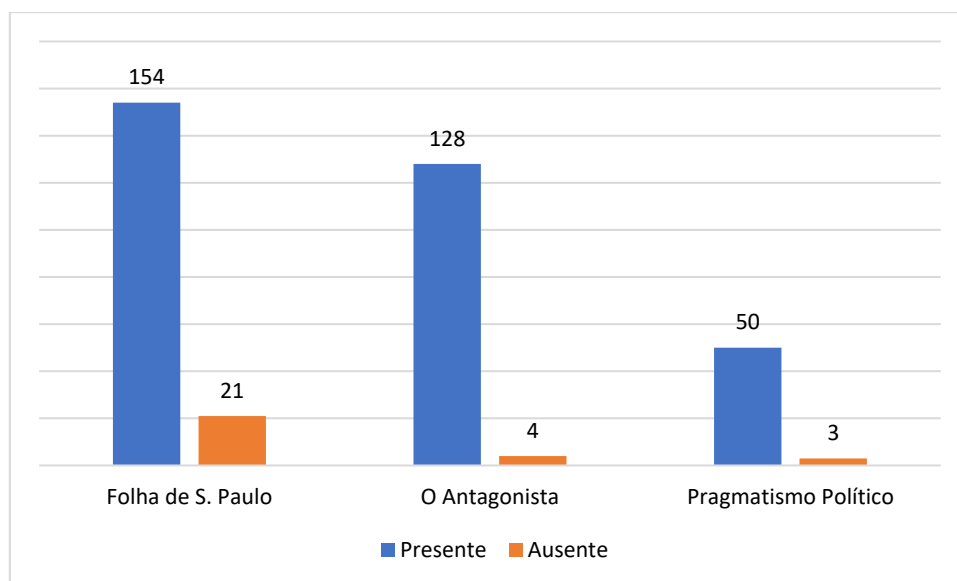
¹⁰⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3vVwRdf>.

como protagonista. Diante disso, atribuímos os papéis narrativos em uma premissa mais ampla, entendendo-os no contexto apresentado pelas notícias.

Vítima

Conforme vemos no gráfico abaixo, os dados da Folha de S. Paulo mostraram que 88% das notícias traziam algum personagem como vítima, enquanto 22% não utilizavam esse papel narrativo. A análise da Folha indica que o papel de vítima no caso Marielle Franco não é ocupado exclusivamente por ela. Outros agentes também são considerados dessa forma, embora com menor incidência. Isso também acontece no portal O Antagonista, no qual 96,9% das notícias traziam algum sujeito como vítima. Este papel narrativo também está presente de forma majoritária nas matérias do Pragmatismo Político, visto que das 53 notícias que compuseram a nossa amostra, o papel de vítima estava presente em 94,3%. (**Figura 11**).

Figura 11: Comparativo do papel narrativo "vítima" nos três portais de notícias



Fonte: Autoria própria

Das matérias da Folha em que o recurso foi empregado, as personagens retratadas como vítimas foram: Marielle Franco (94,8%), a assessora Fernanda Chaves (1,9%), o motorista Anderson Gomes (1,2%), o miliciano Orlando Araújo (0,6%) e a esposa de Marielle, Mônica Benício (0,6%). No primeiro momento, a maior parte das narrativas que conferem o papel de vítima à vereadora relata os aspectos brutais do assassinato e a mobilização de instituições em torno do crime:

O carro em que estava a vereadora foi atingido por nove tiros na noite desta quarta (14). **Ela, que recebeu tiros na cabeça**, e o motorista morreram. Uma assessora que estava no banco de trás sobreviveu e contou detalhes do crime para a polícia (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifos nossos)¹⁰⁷.

Os policiais já avançaram na dinâmica do crime. De acordo com os investigadores, o carro de Marielle foi seguido pelos dois veículos desde a saída da socióloga da Casa das Pretas, na rua dos Inválidos, na Lapa, centro do Rio. O local foi o último em que a vereadora passou **antes de ser morta com quatro tiros na cabeça** na noite de quarta-feira (14). Ela participava de um debate (FOLHA DE S. PAULO, 16 mar. 2018, grifos nossos)¹⁰⁸.

Apesar dessa narrativa ser predominante, percebe-se que outras narrativas paralelas a esta emergem nas notícias. Algumas matérias, por exemplo, retratam Marielle como vítima de ataques na internet e em atos de vandalismo. Outras discutem o assassinato na perspectiva de uma perda pessoal.

Logo após a morte de Marielle, o juiz Jorge Jansen Counago Novelle, da 15ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, determinou, em liminar, que o Facebook retirasse de seu portal, no prazo de 24 horas, publicações com **informações falsas de conteúdo criminoso sobre a vereadora** (FOLHA DE S. PAULO, 20 abr. 2018, grifo nosso)¹⁰⁹.

Um painel com o rosto de Marielle Franco, produzido por voluntários e militantes de direitos humanos, em Pinheiros (zona oeste), para homenagear a vereadora carioca após seu assassinato, em 14 de março, **foi tingido por tinta preta e vermelha** (FOLHA DE S. PAULO, 27 mai. 2018, grifo nosso)¹¹⁰.

‘É muito difícil fazer campanha sem ela, foram mais de dez anos nas ruas juntas, desde as eleições de 2006’, **diz segurando as lágrimas Renata Souza, 36, ex-assessora e amiga pessoal de ‘Mari’**, como a política era chamada pelos mais próximos (FOLHA DE S. PAULO, 7 out. 2018, grifos nossos)¹¹¹.

A figura de Marielle como vítima parte de diversas clivagens, apesar do portal privilegiar os aspectos em torno do assassinato em si. Além disso, percebemos que as outras vítimas presentes no crime – o motorista Anderson Gomes e a assessora Fernanda Chaves –, acabam sendo eclipsados no acontecimento, sendo relegados a poucas matérias sobre o crime. Por fim, há ainda a presença de notícias que retratam o ex-PM Orlando

¹⁰⁷ Disponível em: <https://bit.ly/34PpW9B>.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3cm4UU6>.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3gfnazp>.

¹¹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3ileM48>.

¹¹¹ Disponível em: <https://bit.ly/3z5wIG1>.

Araújo como vítima. Na época, o miliciano foi acusado de estar envolvido na execução de Marielle. Preso por outro crime, Orlando declarou estar sendo acusado injustamente e que estava sofrendo ameaças.

Na noite de quarta (14), quando fazia um bico substituindo um amigo motorista de licença médica, **Anderson Pedro Gomes, 39, foi alvejado e morto por balas que não o tinham como alvo.** Era ele quem conduzia a vereadora Marielle Franco, 38, quando ela foi assassinada (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifo nosso)¹¹².

A assessora da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) que estava com ela na hora do assassinato não conseguiu ir ao velório da amiga. Ela está em choque, em casa. Além disso, recebeu conselhos para evitar o assédio da imprensa (FOLHA DE S. PAULO, 17 mar. 2018, grifo nosso)¹¹³.

Segundo seu advogado, Orlando disse ter sofrido tentativa de envenenamento no presídio de Bangu. “Um carcereiro revelou a ele que ofereceram R\$ 1 milhão para envenenar a comida”, disse Darlan, afirmando ainda que o suspeito já está sem comer há cinco dias (FOLHA DE S. PAULO, 16 mai. 2018, grifo nosso)¹¹⁴.

Das 128 matérias d'O Antagonista em que este recurso aparece, as personagens apresentadas como vítimas foram: Marielle Franco (94,5%), a assessora Fernanda Chaves (3,2%), e os políticos Marcelo Siciliano (1,5%) e Fernando Holiday (1,5%). De forma predominante, a narrativa no portal retrata Marielle como vítima de uma execução. Apesar da inclusão de outros atores no acontecimento, percebemos que esta narrativa permanece inalterada ao longo do tempo.

A Polícia Civil do Rio acredita que os assassinos de Marielle Franco seguiram a vereadora desde o momento em que ela saiu do evento na Lapa, informa o G1. Segundo a polícia, os disparos foram feitos a cerca de dois metros do carro das vítimas — o motorista de Marielle também morreu —, de um Cobalt prata emparelhado (O ANTAGONISTA, 15 mar. 2018, grifo nosso)¹¹⁵.

Raul Jungmann disse à CBN na manhã de hoje que o tempo para **solucionar as mortes de Marielle Franco e Anderson Gomes é semelhante ao de casos como o do pedreiro Amarildo e da juíza Patrícia Acioli** (O ANTAGONISTA, 13 jun. 2018, grifo nosso)¹¹⁶.

Investigadores afirmaram à Globo que acessar o inquérito da Polícia Civil é uma etapa estratégica. **A vereadora do PSOL e seu motorista**

¹¹² Disponível em: <https://bit.ly/2T5pDob>.

¹¹³ Disponível em: <https://bit.ly/2S4R9SX>.

¹¹⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3x5kg7r>.

¹¹⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3fTfwvD>.

¹¹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2TGaUQZ>.

foram mortos a tiros no centro do Rio, em março deste ano. Até agora, os assassinos não foram identificados (O ANTAGONISTA, 7 dez. 2018, grifo nosso)¹¹⁷.

Algumas matérias retratam a sobrevivente do atentado, Fernanda Chagas, como vítima. Outras matérias caracterizam o então vereador Marcelo Siciliano, acusado de estar envolvido na morte de Marielle, como vítima. Em uma das notícias referentes à prisão dos acusados de Marielle, o então vereador Fernando Holiday¹¹⁸ aparece como possível alvo dos assassinos.

Giniton Lages, delegado responsável pela investigação da morte de Marielle Franco, contou que **por pouco uma das assessoras da vereadora não entrou no carro dos assassinos no dia do crime.** O delegado acrescentou: ‘Ela chega a tocar na maçaneta da porta, percebe que o carro está ligado. Mas rapidamente ela vê o carro que é o carro dela. Ela vê a placa e tal e desiste de puxar a maçaneta’[...] (O ANTAGONISTA, 12 mar. 2018, grifo nosso)¹¹⁹.

O vereador Marcello Siciliano voltou a negar envolvimento na morte de Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Ele foi ligado por uma testemunha ao assassinato de Marielle. **‘Mataram uma vereadora e estão me matando junto’**, disse em entrevista coletiva na manhã deste sábado (O ANTAGONISTA, 15 dez. 2018, grifo nosso)¹²⁰.

A Época relata que Ronnie Lessa, acusado de matar Marielle Franco, pesquisou em 2017 informações sobre o vereador Fernando Holiday. **Os termos pesquisados pelo ex-PM foram “filmes de negros” e “preto, pobre e viado”. Os resultados foram sites sobre Holiday** (O ANTAGONISTA, 16 mar. 2019)¹²¹.

É interessante observar que, em nota opinativa¹²², O Antagonista questionou a ausência de Anderson Gomes na fala do então ministro Raul Jungmann. A partir disso, um padrão emerge na cobertura noticiosa desse portal: a menção ao motorista quando se fala dos desdobramentos do caso Marielle. Consideramos que apenas citá-lo não simboliza atribuir o papel de vítima, visto que as matérias d’O Antagonista retratam, em sua maioria, aspectos de uma investigação policial centrada na figura pública da vereadora. Essa tentativa de relembrar o assassinato de Anderson Gomes – uma reivindicação legítima – soa artificial quando se observa que o portal não dedicou

¹¹⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3z5wUvL>.

¹¹⁸ Holiday havia feito críticas à atuação de Marielle um dia antes dessa revelação. Cf.: <https://bit.ly/3z7CFSU>.

¹¹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2T2iJQG>.

¹²⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3ckgjUv>.

¹²¹ Disponível em: <https://bit.ly/2WzaHAo>.

¹²² Disponível em: <https://bit.ly/3w2mJQ0c>.

nenhuma matéria para falar exclusivamente sobre o motorista. Entendemos que essa utilização da morte de Anderson revela uma tentativa de minimizar o assassinato político de Marielle.

Os sujeitos apresentados como vítimas nos textos do Pragmatismo Político foram: Marielle Franco (94%), Anderson Gomes (2%), Giniton Lages (2%) e Talíria Perone (2%). De forma parecida com os demais portais, verifica-se a narrativa de Marielle como vítima de uma execução. Isso se vê ao longo de todo o agendamento do caso:

A Polícia Civil está investigando o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL). O crime aconteceu na noite desta quarta-feira (14) no centro do Rio de Janeiro. A investigação conta com o apoio de testemunhas para tentar elucidar o que aconteceu. **Uma das hipóteses do crime, segundo a polícia, é execução, já que a parlamentar levou quatro tiros na cabeça** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mar. 2018, grifo nosso)¹²³.

O assassinato de Marielle Franco (PSOL) continua sem solução e **a cada dia que passa fica claro que há gente muito poderosa por trás da execução da vereadora**. Nesta quinta-feira (3), o jornal carioca ‘Extra’ revelou que cinco câmeras da Secretaria de Segurança que estavam no trajeto da vereadora foram desligadas no período entre 24 e 48 horas antes do assassinato (PRAGMATISMO POLÍTICO, 3 mai. 2018, grifo nosso)¹²⁴.

Um relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) **apontou um depósito de R\$ 100 mil, em dinheiro, na conta de Ronnie Lessa** — o policial reformado acusado de ter efetuado os disparos que mataram a vereadora Marielle Franco (PSOL) e o motorista Anderson Gomes. O depósito foi feito na conta do homem em outubro do ano passado, sete meses depois do crime (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mai. 2019, grifo nosso)¹²⁵.

Identificamos que, ao lado dessa narrativa predominante, o portal também divulga uma imagem de Marielle Franco como vítima de ataques e calúnias. Diante disso, o veículo destaca eventos que repercutiram de forma significativa, assim como fatos menos conhecidos do público, protagonizado por pessoas anônimas:

Ator Carlos Vereza elogia o presidente Michel Temer e diz que Marielle Franco é um ‘cadáver fabricado’. Global ainda criticou o que chamou de ‘ideologia radical sectária de esquerda’ e chamou repórter que o entrevistava de ‘petista’ (PRAGMATISMO POLÍTICO, 18 abr. 2018)¹²⁶.

¹²³ Disponível em: <https://bit.ly/2TFiSd3>.

¹²⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3x1Amia>.

¹²⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3z4zlm2>.

¹²⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3jNKWFG>.

‘Estou aqui para fazer um vídeo feliz sobre uma data feliz. Hoje é 14 de março. Há um ano atrás, Marielle morreu. E por que é uma data feliz? Bem, porque ela morreu. Simples. Não tem porque ficar explicando.’ [...] A declaração acima foi feita por uma pré-adolescente em um vídeo gravado por ela mesma e que está sendo disseminado nas redes sociais (PRAGMATISMO POLÍTICO, 19 mar. 2018)¹²⁷.

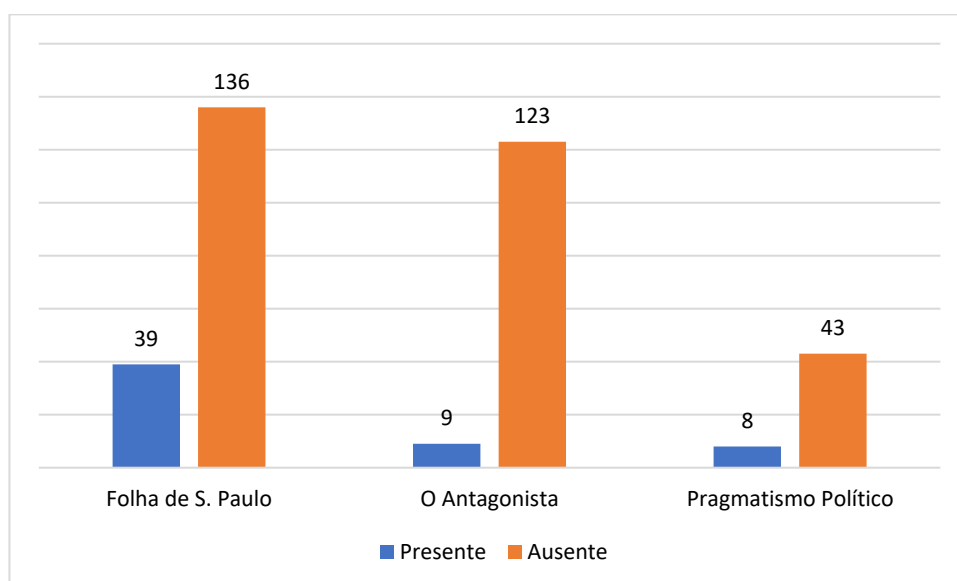
Como previsto, o papel narrativo de vítima é bastante presente nos portais analisados. Os três veículos centralizam a vereadora como vítima de uma execução e isso permanece ao longo do agendamento do caso. Enquanto isso permanece de forma inalterada nas narrativas d'O Antagonista, o mesmo não acontece nos outros portais. A Folha de S. Paulo, por exemplo, apresenta esse papel narrativo a partir de outras perspectivas – perda pessoal e como pessoa pública; como vítima de ataques na internet - enquanto o Pragmatismo Político enfatiza os ataques à memória de Marielle.

Herói

De forma geral, os três portais não utilizam o papel narrativo nas notícias do caso Marielle. A Folha tem ligeiramente mais notícias com este tipo de papel narrativo, vinculando especialmente a vereadora ao papel de heroína, trazendo-a para o centro da narrativa, destacando suas pautas e atuação em vida. A diferença entre os demais portais reside basicamente na forma em que as narrativas emergem: enquanto o Pragmatismo Político contextualiza o assassinato com as pautas defendidas por Marielle, O Antagonista tira a execução de seu contexto e descaracteriza personagens da narrativa a fim de gerar polarização.

Na Folha de S. Paulo, a pesquisa identificou que das matérias analisadas, apenas 22,2% continham algum personagem retratado como herói. A maior parte das notícias da Folha se abstém de retratar algum personagem em particular como herói. Isso é amplificado quando analisamos as matérias d'O Antagonista: apenas 6,8% atribuem esse papel narrativo a algum agente. De forma similar, o Pragmatismo Político também evita o uso desse papel narrativo, pois ele foi encontrado em apenas 15% das matérias analisadas (**Fig. 12**).

¹²⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2Ru3lwb>.

Figura 12: Comparativo do papel narrativo "herói" nos três portais de notícias

Fonte: Autoria própria

Na Folha de S. Paulo, os agentes identificados como heróis foram: Marielle Franco (56,4%), atores do campo político (12,8%), instituições do campo jurídico (2,5%), grupos da sociedade civil (2,5%) e familiares (2,5%). Na Folha, vemos as histórias que atribuem este papel a Marielle a partir de três clivagens: das denúncias que realizou enquanto vereadora no Rio de Janeiro, das homenagens que centralizam Marielle após o seu assassinato e da influência política que ela exerceu após o crime. Abaixo, destacamos alguns trechos:

A atividade recente da vereadora Marielle Franco (PSOL) nas redes sociais e a forma como se deu seu assassinato na noite desta quarta-feira (14) gerou curiosidade sobre o perfil e as bandeiras levantadas pela política. **Nesta semana, ela denunciou dois casos de violência contra moradores da zona norte** que supostamente tiveram o envolvimento de policiais militares (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifo nosso)¹²⁸.

‘Se uma menina negra, de origem da favela, olha para a história da Marielle e vê que pode disputar um espaço de poder, isso ressignifica tudo e mostra que nem a vida nem a morte dela foram em vão’, diz. ‘É pelo que eu e ela sempre lutamos. É como diz a Mangureira: contar a história que a história não conta.’ **Mônica diz esperar que a imagem de Marielle tenha, nesta noite, repercussão mundial** (FOLHA DE S. PAULO, 5 mar. 2019, grifos nossos)¹²⁹.

¹²⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3g5HAuE>.

¹²⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3imrGPh>.

É uma geração de mulheres jovens, negras e criadas em favelas, **a exemplo da vereadora**, que foram **impulsionadas por sua eleição e por sua morte**, ocorrida há exatamente um ano —dois suspeitos de serem responsáveis pelo crime foram presos na terça (12). São ativistas que **viram na parlamentar um estímulo para seus projetos políticos ou sociais** (FOLHA DE S. PAULO, 14 mar. 2019, grifos nossos)¹³⁰.

Das matérias que trazem outros sujeitos como heróis, algumas relatam uma visão positiva da reação de alguns políticos e movimentos sociais, assim como da atuação do governo na época do assassinato. É importante destacar que a menção positiva desaparece ao longo do agendamento, visto que a prisão dos assassinos só ocorreu quase um ano depois.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva telefonou na tarde desta quinta-feira para a família da vereadora Marielle Franco. [...] Antes do telefonema, **Lula disse que seu problema na Justiça era menor em comparação à atrocidade cometida contra a menina de 38 anos** (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifo nosso)¹³¹.

Para [Maria Laura Canineu, diretora da Human Rights Watch no Brasil], a morte de Marielle “coloca em xeque” a intervenção no Rio, e **cobra um posicionamento das autoridades responsáveis para que reforcem seu compromisso no combate à criminalidade** (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifos nossos)¹³².

‘Estamos no Rio para restabelecer a paz’, completou. Desde a noite desta quarta-feira (14), **o presidente queria mostrar ação prática** e havia informado, via redes sociais, **que colocaria a PF à disposição para auxiliar nas investigações do crime** (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifos nossos)¹³³.

Por fim, a Folha também traz na figura de heróis alguns agentes do campo político que defenderam a memória da vereadora diante de alguns ataques. No exemplo a seguir, vemos o PSOL e o então deputado Marcelo Freixo (heróis) realizarem uma defesa de Marielle (vítima) e um ataque à desembargadora Marília Castro Neves (vilã):

O PSOL fez uma representação ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) contra a desembargadora, que afirmou em rede social que Marielle havia sido eleita pela facção criminosa Comando Vermelho e teria sido morta por suas relações com o crime. [...] Sem citar o nome da desembargadora, Freixo chamou de despreparados juízes que fazem pré-julgamentos antes da conclusão das investigações (FOLHA DE S. PAULO, 18 mar. 2018)¹³⁴.

¹³⁰ Disponível em: <https://bit.ly/2S4SyJd>.

¹³¹ Disponível em: <https://bit.ly/3z6Yf9R>.

¹³² Disponível em: <https://bit.ly/3fSXslq>.

¹³³ Disponível em: <https://bit.ly/3cm6jdk>.

¹³⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3x1PjRy>.

Em O Antagonista, os personagens apresentados como heróis foram: agentes do campo político (44,4%), movimentos sociais (22,2%), indivíduos ligados à polícia (22,2%) e instituições do campo jurídico (11,1%). No que diz respeito às matérias de agentes do campo político, O Antagonista evidencia principalmente as ações positivas de membros dos Governos Temer (o próprio presidente e o interventor federal no Rio de Janeiro, Walter Braga Netto) e Bolsonaro (o então ministro da Justiça, Sérgio Moro):

Raul Jungmann, ministro da Segurança Pública, disse hoje que **Michel Temer considera ‘questão de honra’ concluir as investigações da morte de Marielle Franco** e Anderson Gomes, mortos há mais de 150 dias. Jungmann destacou que há uma equipe da PF pronta para ajudar a polícia do Rio, ‘caso seja solicitada’ (O ANTAGONISTA, 13 ago. 2018, grifo nosso)¹³⁵.

Sergio Moro, pelo Twitter do Ministério da Justiça, disse esperar que as prisões e buscas relativas ao assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, realizadas hoje, ‘sejam mais um passo para a elucidação completa deste grave crime e para que todos os responsáveis sejam levados à Justiça’. **Moro lembrou que a Polícia Federal tem contribuído e continuará contribuindo com ‘todos os recursos necessários para a continuidade das investigações do crime e das tentativas de obstruí-las’** (O ANTAGONISTA, 12 mar. 2019, grifo nosso)¹³⁶.

O general Walter Braga Netto prometeu prender os assassinos de Marielle Franco. Em sua entrevista para o Estadão, ele disse também que **a morte da vereadora justifica a missão do Exército**: ‘Acontecimentos lamentáveis como este reforçam os objetivos da intervenção federal: reduzir os índices de criminalidade e fortalecer os órgãos de segurança pública no Estado.’ (O ANTAGONISTA, 19 mar. 2018, grifo nosso)¹³⁷.

A matéria acima, que coloca como herói o interventor federal do estado do Rio de Janeiro, general Walter Braga Netto, revela uma estratégia narrativa utilizada pelo portal de diminuir o caráter político da execução de Marielle, assim como associá-la *post mortem* a uma pauta que ela era radicalmente contra. Outra forma de descaracterização vista é a de movimentos sociais:

Movimentos ligados ao PSOL vão às ruas hoje para pedir apuração rigorosa da morte de Marielle Franco. A principal manifestação está prevista para as 17h, com concentração em frente à Assembleia

¹³⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3g0fPoR>.

¹³⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3ikYvfV>.

¹³⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3fWILyW>.

Legislativa do Rio de Janeiro. O grupo seguirá para a Cinelândia (O ANTAGONISTA, 15 mar. 2018, grifo nosso)¹³⁸.

Os movimentos sociais presentes no ato¹³⁹ são apresentados no papel narrativo de herói, mas são reduzidos a um partido político, no caso, o PSOL. Nesse sentido, o portal relaciona os movimentos sociais – mais amplos – a um único partido da esquerda. Vê-se, com isso, um viés no texto jornalístico que descaracteriza os grupos plurais que lutaram em torno da morte da vereadora.

Nas matérias do Pragmatismo Político, os personagens designados como heróis foram: a própria Marielle Franco (37,5%), agentes do campo político (37,5%), um indivíduo ligado à polícia (12,5%) e um indivíduo ligado à sociedade civil (12,5%). No que diz respeito à Marielle, o portal evidencia seu papel como heroína, ressaltando os valores positivos em matérias que evidenciam as pautas que a vereadora defendia e pela sua atuação enquanto militante dos direitos humanos:

Em seu último ato antes de ser assassinada, [...] **Marielle pregou a necessidade de resistência, articulação dos movimentos sociais e luta permanente pela conquista e reconhecimento de direitos das mulheres negras, faveladas e periféricas.** Disse que não é à toa que os índices de feminicídio são tão altos no Brasil (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mar. 2019, grifo nosso)¹⁴⁰.

Ativista dos direitos humanos, da causa LGBT, dos negros e das mulheres, **Marielle também prestava assistência à famílias de policiais assassinados.** Íbis Pereira, ex-comandante da Polícia Militar, afirma que só quem diz que Marielle não ajudava policiais ou não gostava da Polícia é quem não a conhecia (PRAGMATISMO POLÍTICO, 19 mar. 2019, grifo nosso)¹⁴¹.

As matérias que trazem outros personagens como heróis são as que protagonizam situações de defesa à memória de Marielle ou que condenam os impropérios disseminados nas redes sociais:

A liderança do Psol na Câmara anunciou que vai entrar com representação no Conselho de Ética contra o deputado Alberto Fraga (DEM-DF) por ter difundido nas redes sociais mensagem caluniosa e difamatória contra a vereadora carioca Marielle Franco (Psol),

¹³⁸ Disponível em: <https://bit.ly/2T053pl>.

¹³⁹ Na verdade, a manifestação de 15 de março de 2018 se iniciou com o velório da vereadora e de Anderson Gomes e durou o dia inteiro, finalizando à noite na Cinelândia. Milhares de pessoas compareceram ao ato, não apenas “movimentos ligados ao PSOL”, como divulgou O Antagonista.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://bit.ly/2SbkHOw>.

¹⁴¹ Disponível em: <https://bit.ly/2T0Awb9>.

assassinada a tiros na semana passada (PRAGMATISMO POLÍTICO, 20 mar. 2019)¹⁴².

Achincalhada por extremistas mesmo depois de morta, Marielle Franco recebeu elogios de alguém que, para muita gente, pode soar inesperado: um coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ). [...] Por conhecer Marielle pessoalmente, **Robson Silva conta que se sentiu na obrigação de reforçar as informações verdadeiras sobre ela** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 19 mar. 2018, grifo nosso)¹⁴³.

A análise dos papéis narrativos neste último portal nos mostrou que a linha editorial do veículo fica muito evidente, especialmente em tópicos relacionados às pautas feministas, LGBT e dos direitos humanos. Nesse sentido, o Pragmatismo Político costuma contextualizar o assassinato de Marielle com os temas defendidos por ela. Apesar disso, destacamos que a maior parte das matérias desse portal (85%%) não traz personagens como heróis, limitando-se à descrição de acontecimentos a partir de outros papéis.

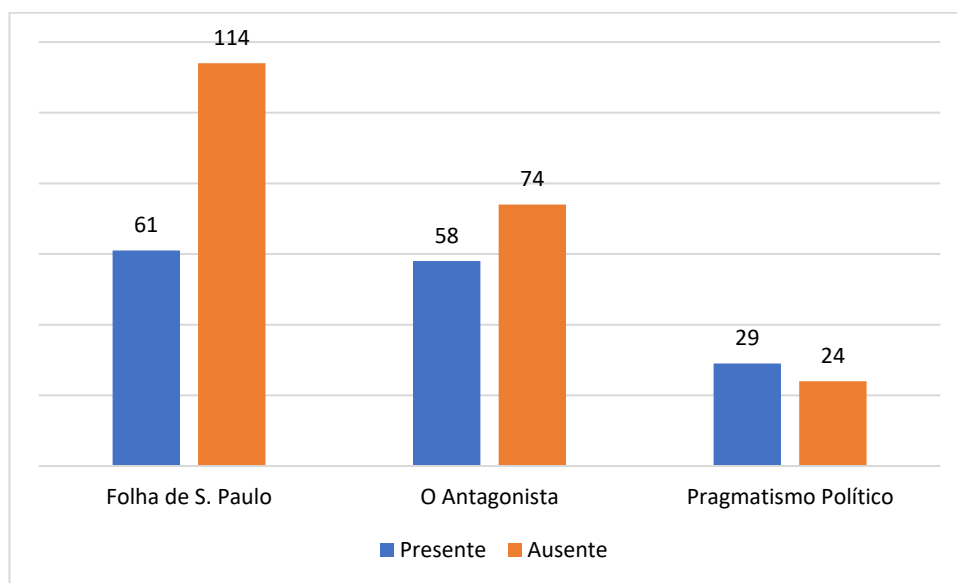
Ante o exposto, os três portais apresentaram um grande número de notícias com o papel narrativo de vítima. Isso não se repete na subcategoria atual, revelando que a coexistência dos dois papéis não é necessária para a construção de narrativas do caso Marielle. Tendo isso em mente, partimos para a análise do último papel narrativo.

Vilão

Nos textos da Folha de S. Paulo, a pesquisa identificou a presença desse papel narrativo em 34,8% das notícias analisadas. Percebemos, entretanto, que relacionado ao papel de herói, a Folha utiliza bem mais este recurso. Isso também se repete nas notícias de O Antagonista, cujos resultados indicam que 43,9% apresentam algum agente que assume este papel narrativo. Por fim, os dados do Pragmatismo Político apontam o uso dessa subcategoria na maior parte de seus textos, sendo verificada a presença deste papel em 54,7% das matérias (**Figura 13**).

¹⁴² Disponível em: <https://bit.ly/34TnH4Q>.

¹⁴³ Disponível em: <https://bit.ly/3vXOB7M>.

Figura 13: Comparativo do papel narrativo "vilão" nos três portais de notícias

Fonte: Autoria própria

Na Folha, os personagens identificados como vilões foram: agentes do campo policial (42,2%), agentes do campo político (40,9%), agentes do campo judicial (14,7%) e uma personalidade da mídia (1,6%). Constatamos que, de modo geral, os vilões retratados na Folha de S. Paulo se dividem em dois grupos: os que foram associados ao crime e os que se envolveram em calúnias e/ou polêmicas em torno do nome da vereadora. No primeiro grupo, percebemos a presença maciça de policiais militares, ex-PM, milicianos e políticos. A narrativa predominante implica numa íntima relação entre essas esferas, indicando que o assassinato de Marielle, portanto, teria caráter político e que sua morte beneficiaria a atuação de milícias do Rio de Janeiro.

Essa testemunha, segundo revelou o jornal O Globo, disse que o crime foi planejado pelo **vereador Marcello Siciliano (PHS) e pelo ex-PM Orlando Oliveira de Araújo (hoje preso acusado de chefiar uma milícia)**. Ambos negam qualquer envolvimento no assassinato. O vereador chamou o depoimento de ‘totalmente falso’. **Ele tem como reduto eleitoral o bairro de Vargem Grande, dominado por milícias**, que cobram de comerciantes e moradores por serviços (FOLHA DE S. PAULO, 10 mai. 2018, grifos nossos)¹⁴⁴.

Citado no caso Marielle, [o ex-PM Alan Nogueira] foi preso por outro caso, segundo informou reportagem do jornal "O Globo". Ele é acusado de participar dos homicídios de um PM e um ex-PM em Guapimirim, na Baixada Fluminense, em fevereiro de 2017, a mando

¹⁴⁴ Disponível em: <https://bit.ly/34T9uVQ>.

de Orlando Oliveira de Araújo, **chefe de uma quadrilha de milicianos** (FOLHA DE S. PAULO, 24 jul. 2018, grifos nossos)¹⁴⁵.

Essa narrativa continua mesmo após a prisão dos principais acusados pelo crime, Ronnie Lessa e Élcio Queiroz, devido ao possível envolvimento dos dois com milícias. A discussão acaba migrando novamente para o terreno político, devido a relação de Ronnie Lessa com o clã Bolsonaro.

A Polícia Civil do Rio prendeu na manhã desta terça-feira (12) dois suspeitos de participarem do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), dois dias antes de o crime completar um ano, em 14 de março. **Ambos são ligados à Polícia Militar.** [...] Segundo a denúncia, **Lessa disparou os tiros que mataram Marielle, e Queiroz dirigiu o carro que interceptou a vereadora**, de onde partiram os disparos (FOLHA DE S. PAULO, 12 mar. 2019, grifos nossos)¹⁴⁶.

A polícia avaliou em R\$ 3,5 milhões as peças de fuzis encontradas pela Operação Lume, que prendeu dois acusados de matar a vereadora Marielle Franco na terça (12). **Para os investigadores, a quantidade de peças indica que o policial reformado Ronnie Lessa é fornecedor de diversas facções criminosas do Rio. Lessa é acusado de ligação com milícias** [...] (FOLHA DE S. PAULO, 14 mar. 2019, grifo nosso)¹⁴⁷.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quarta-feira (13) não se lembrar do policial reformado Ronnie Lessa, preso na terça-feira (12) sob suspeita de matar a vereadora Marielle Franco. **Lessa tem uma casa na mesma rua da casa de Bolsonaro em um condomínio fechado** na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro (FOLHA DE S. PAULO, 13 mar. 2019, grifos nossos)¹⁴⁸.

O outro grupo apresentado como vilões pela Folha são os indivíduos que disseminaram *fake news* e/ou realizaram comentários polêmicos e depreciativos sobre a vereadora. Nota-se aqui a presença recorrente da já citada desembargadora Marília Castro Neves e de alguns políticos de direita no agendamento do caso.

A desembargadora Marília Castro Neves, do Rio de Janeiro, escreveu nesta sexta (16) no Facebook que a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada nesta semana, ‘estava engajada com bandidos’. Afirmou ainda que o ‘comportamento’ dela, ‘ditado por seu engajamento político’, foi determinante para a morte (FOLHA DE S. PAULO, 16 mar. 2018, grifo nosso)¹⁴⁹.

¹⁴⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3ggBuYH>.

¹⁴⁶ Disponível em: <https://bit.ly/34UDS1Q>.

¹⁴⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2S49fo5>.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://bit.ly/34W1t24>.

¹⁴⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3uT6t23>.

Um dos responsáveis por destruir uma placa feita em homenagem à vereadora, Marielle Franco (PSOL), assassinada no início do ano, foi eleito o deputado estadual com o maior número de votos. Rodrigo Amorim (PSL) teve 140 mil votos (FOLHA DE S. PAULO, 8 out. 2018)¹⁵⁰.

Dez minutos depois de deputados do PSOL e outros partidos de esquerda começarem um ato em homenagem a Marielle Franco, colegas de direita entraram no mesmo Salão Verde da Câmara para protestar contra a violência animal. Oito deputados federais, entre eles **Daniel Silveira (PSL-RJ), que rasgou a placa com o nome de Marielle**, posicionaram-se a poucos metros com caixas de som que emitiam latidos (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2019, grifo nosso)¹⁵¹.

Na análise da Folha, percebemos que o papel de vilão está geralmente associado a ataques a Marielle. A única exceção vista é uma notícia que atribui este papel a Ginton Lages, delegado responsável pela investigação do assassinato, devido a uma suposta ameaça ao ex-PM e miliciano Orlando Araújo:

A defesa do ex-PM também pediu, nesta terça, o afastamento do titular da Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Rio, Ginton Lages, que, segundo o defensor, teria ‘cometido várias ilegalidades’, como intimidação e coação de Orlando, para ele assumir a participação no crime (FOLHA DE S. PAULO, 16 mai. 2018)¹⁵².

De todo modo, percebemos que a maior parte das notícias do jornal (65,1%) não atribui a nenhum personagem esse papel narrativo. Percebemos, entretanto, que relacionado ao papel de herói, a Folha utiliza bem mais este recurso.

Nas notícias d'O Antagonista, os agentes identificados como vilões foram: atores do campo policial (51,7%), pessoas e organizações criminosas (22,4%), atores do campo político (18,9%), atores da sociedade civil (5,1%) e atores do campo judicial (1,7%). Constatamos que a cobertura informativa do portal apresenta principalmente como vilões os personagens que, ao longo do inquérito, são apontados como os envolvidos na morte da vereadora.

A Polícia Civil de Minas Gerais disse a O Globo que identificou o dono do Logan que teria sido usado no assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. ‘É Luciano Dias Gonçalves, de 45 anos, mas o carro está no nome da DR da Silva Leilão de Veículos. **Luciano tem algumas passagens por tráfico de drogas**’ [...] (O ANTAGONISTA, 18 mar. 2018, grifo nosso)¹⁵³.

¹⁵⁰ Disponível em: <https://bit.ly/2T6myVe>.

¹⁵¹ Disponível em: <https://bit.ly/3ckLH5b>.

¹⁵² Disponível em: <https://bit.ly/3clPSO6>.

¹⁵³ Disponível em: <https://bit.ly/3imKAG2>.

O Globo teve acesso aos depoimentos de um homem que acusou o vereador Marcello Siciliano (PHS) e o ex-PM Orlando Oliveira de Araújo de envolvimento na morte de Marielle Franco. [...] Ele disse ter testemunhado conversas entre Siciliano e **Araújo, que mesmo preso em Bangu 9 ainda chefiaria uma milícia na zona oeste do Rio** (O ANTAGONISTA, 8 mai. 2018, grifos nossos)¹⁵⁴.

O miliciano Renato Nascimento Santos, conhecido como Renatinho Problema, foi preso na Baixada Fluminense, informou a TV Globo. Ele é acusado de envolvimento no assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes (O ANTAGONISTA, 18 dez. 2018, grifo nosso)¹⁵⁵.

Os promotores do Rio de Janeiro devem negociar um acordo com **o matador de aluguel Ronald Paulo Alves Pereira** para esclarecer os assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes. Segundo O Globo, **ele é integrante da quadrilha de Rio das Pedras e também faz parte do chamado Escritório do Crime** (O ANTAGONISTA, 23 jan. 2019, grifos nossos)¹⁵⁶.

Como podemos ver acima, o veículo destaca a ficha criminal dos possíveis envolvidos no crime. O portal enfatiza bastante a hipótese de grupos criminosos serem os responsáveis pela execução da vereadora. A narrativa, então, concentra-se nisso, colocando o envolvimento de atores políticos em segundo plano:

Para explicar o grau de complexidade no assassinato de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, **a polícia levantou a hipótese de que um grupo de elite de matadores no Rio, conhecido como ‘Escritório do Crime’, pode estar envolvido no caso** (O ANTAGONISTA, 19 ago. 2018, grifo nosso)¹⁵⁷.

A GloboNews informa que, **além dos milicianos presos hoje**, outros envolvidos no assassinato de Marielle Franco já foram identificados, mas não serão presos por enquanto, para não atrapalhar as investigações. **Tratam-se de pessoas do núcleo político e bandidos comuns**. A investigação já constatou queima de arquivo no caso, com pessoas mortas envolvidas (O ANTAGONISTA, 13 dez. 2018, grifos nossos)¹⁵⁸.

O general Richard Nunes, secretário da Segurança Pública do Rio de Janeiro, disse ao Estadão que Marielle Franco foi assassinada porque os milicianos acreditavam que ela pudesse atrapalhar os negócios ligados à grilagem de terras [...] ‘A milícia atua muito em cima da posse de terra e assim faz a exploração de todos os recursos’ (O ANTAGONISTA, 14 dez. 2018, grifo nosso)¹⁵⁹.

¹⁵⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3uVB8fk>.

¹⁵⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3w1sKME>.

¹⁵⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3vX8b40>.

¹⁵⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3ciI9Aw>.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3puiNEX>.

¹⁵⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3g5Jqvy>.

Com a prisão de Ronnie Lessa e Élcio Queiroz em março de 2019, nota-se que, apesar de ambos terem laços com a Polícia Militar, existe nos textos do portal um receio em associá-los à instituição. Isso também se amplia para os possíveis contatos entre um dos acusados, Ronnie Lessa, e o presidente Jair Bolsonaro:

A Justiça do Rio recebeu nesta sexta-feira a denúncia apresentada pelo Ministério Público do estado contra **Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz**, apontados pela polícia como **os assassinos de Marielle Franco e Anderson Gomes**. Eles vão responder à ação penal por duplo homicídio triplamente qualificado, tentativa de homicídio e por receptação (O ANTAGONISTA, 16 mar. 2019, grifos nossos)¹⁶⁰.

Sete meses depois do assassinato de Marielle Franco, **o pistoleiro Ronnie Lessa** recebeu 100 mil reais, em dinheiro vivo. O depósito, feito na boca do caixa, foi identificado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), diz o G1 (O ANTAGONISTA, 16 mar. 2019, grifo nosso)¹⁶¹.

Uma das responsáveis pela investigação da morte de Marielle Franco, Simone Sibílio **disse ser irrelevante a informação de que um filho de Jair Bolsonaro namorou uma filha de Ronnie Lessa**, preso hoje acusado de ter matado a vereadora (O ANTAGONISTA, 12 mar. 2019, grifo nosso)¹⁶².

Algumas matérias retratam personagens de diversos campos como vilões nos eventos de ataques à Marielle. Com efeito, a parcela mais significativa se concentra nas pessoas consideradas envolvidas no assassinato. Ainda assim, em 56,1% das matérias analisadas d'O Antagonista não foram registrados o uso desse papel narrativo.

Os agentes exibidos como vilões nas notícias do Pragmatismo Político foram: atores do campo policial (37,9%), atores do campo político (31%), indivíduos da sociedade civil (20,6%) e atores do campo judicial (10,3%). Constata-se que, apesar da maior parte das notícias contemplarem personagens da esfera policial e política, as narrativas são predominantemente sobre os ataques à reputação da vereadora.

Depois de reproduzir texto que associava a vereadora à facção criminosa Comando Vermelho e ao narcotraficante Marcinho VP, [Alberto] Fraga apagou o tuíte e, em seguida, fechou sua conta no Twitter e no Facebook. **Fraga disse que não teve a intenção de propagar informação falsa** e que se equivocou ao difundir o texto sem checar sua autenticidade (PRAGMATISMO POLÍTICO, 20 mar. 2018, grifos nossos)¹⁶³.

¹⁶⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3cl2Dsk>.

¹⁶¹ Disponível em: <https://bit.ly/34RAIkV>.

¹⁶² Disponível em: <https://bit.ly/3ckM67H>.

¹⁶³ Disponível em: <https://bit.ly/3z9wIVE>.

A juíza Márcia Hollanda, a quem caberá julgar a ação da família de Marielle Franco contra as ofensas à vereadora assassinada, **soltou, num grupo de WhatsApp que reúne magistrados do Rio, uma série de impropérios contra o vazamento de comentários da desembargadora Marília de Castro Neves**. [...] Márcia não gostou de ver os comentários nos jornais e TVs. ‘Acabei de receber uma notícia, com reprodução de conversas confidenciais deste grupo [...] (PRAGMATISMO POLÍTICO, 29 mar. 2018, grifos nossos)¹⁶⁴.

Ao se deparar com a notícia do lanche ‘Maria da Penha’ de uma lanchonete de São Paulo, **o PM Jonas Guedes disse que gostaria de comer um lanche chamado ‘X-Marielle’** — em referência à vereadora Marielle Franco (Psol), executada com disparos de arma de fogo na cabeça no Rio de Janeiro em crime ainda não solucionado. **O vice-presidente da OAB de Salto (SP), Flávio Garcia, complementa que o lanche deveria vir “com muitas azeitonas”, usando a gíria para “tiros”** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 30 nov. 2018, grifos nossos)¹⁶⁵.

O site não restringe a cobertura dos ataques à Marielle apenas aos personagens ligados às instituições públicas; também apresenta casos envolvendo membros da sociedade civil, incluindo artistas famosos e pessoas anônimas. Além disso, ainda aponta outros portais que contribuíram para esse cenário de ataques:

A página de moradores do Leblon, bairro nobre da zona sul do Rio de Janeiro, ironizou a morte de Marielle Franco, vereadora do Psol executada a tiros na última quarta-feira (14). [...] **No site “O Antagonista”, de Diogo Mainardi, alguns leitores chegaram a culpar a vereadora pela própria morte e se divertiram com a tragédia** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 16 mar. 2018, grifos nossos)¹⁶⁶.

Uma pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), divulgada pelo jornal O Globo, revelou que a notícia mais compartilhada na internet sobre a morte de Marielle Franco era uma fake news comprovada. O monitor do debate político da USP também confirma o estudo. **A notícia falsa saiu do site Ceticismo Político, página ligada ao MBL**, e associava Marielle ao traficante Marcinho VP e à facção Comando Vermelho (PRAGMATISMO POLÍTICO, 26 mar. 2018, grifo nosso)¹⁶⁷.

Há ainda uma menor parcela das notícias que retratam como vilões os personagens implicados no envolvimento com o assassinato, especialmente os acusados Ronnie Lessa e Élcio Queiroz. Ao contrário d’O Antagonista, o Pragmatismo aponta em suas notícias o possível vínculo entre o policial reformado e Jair Bolsonaro.

¹⁶⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3prOgaJ>.

¹⁶⁵ Disponível em: <https://bit.ly/2RqdXfl>.

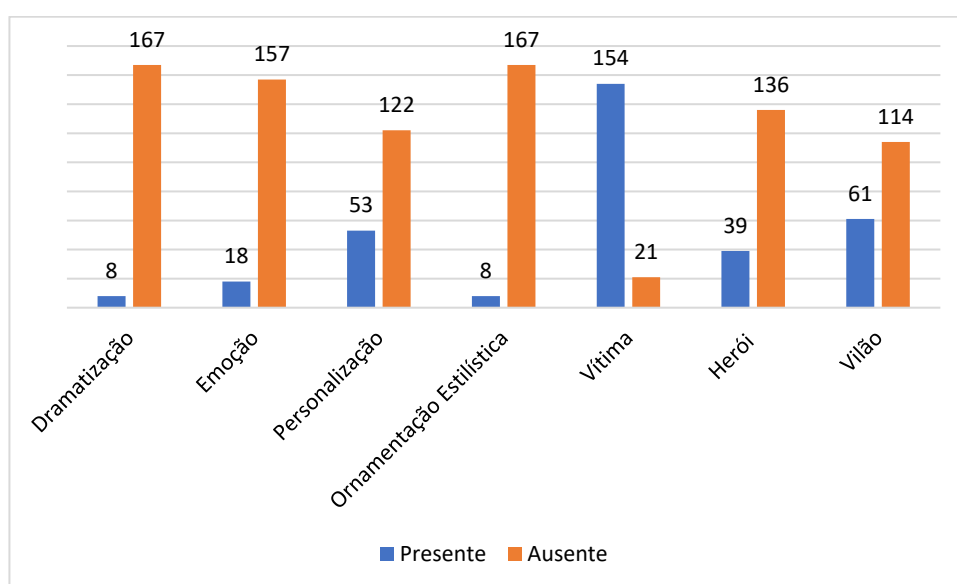
¹⁶⁶ Disponível em: <https://url.gratis/VvjMf>.

¹⁶⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3uYFFxs>.

Ronnie Lessa é vizinho do presidente Jair Bolsonaro em um condomínio de luxo na Barra da Tijuca e foi exatamente lá que a polícia o prendeu. [...] **Ainda na coletiva de imprensa, um jornalista insistiu no tema e confrontou o delegado** com uma informação que, certamente, não seria revelada ao público e deixou Giniton Lages atônito (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mar. 2019, grifos nossos)¹⁶⁸.

Ao termos uma visão geral do grau de narratividade e dos papéis narrativos, é possível compreender como os veículos tecem as narrativas do caso Marielle. A **Figura 14** resume como os recursos narrativos são utilizados na Folha de S. Paulo.

Figura 14: Visão geral dos recursos narrativos do caso Marielle Franco na Folha de S. Paulo



Fonte: Autoria própria

Em suma, o grau de narratividade da Folha demonstrou baixa presença dos elementos dramatização, emoção e ornamentação estilística. O mais significativo desses foi a personalização, que revela uma preferência por atores do campo político-institucional como protagonistas dos textos. Em termos gerais, no entanto, vê-se que as narrativas na Folha de S. Paulo não empregam esses recursos narrativos a fim de conferir uma certa neutralidade na apresentação dos fatos.

No que diz respeito aos papéis narrativos, no entanto, verifica-se uma forte presença do papel da vítima, centralizada na figura de Marielle Franco. Entretanto, ao contrário dos demais veículos, a Folha de S. Paulo retrata esse papel a partir de diferentes vertentes, embora o aspecto predominante seja que a vereadora foi vítima de uma

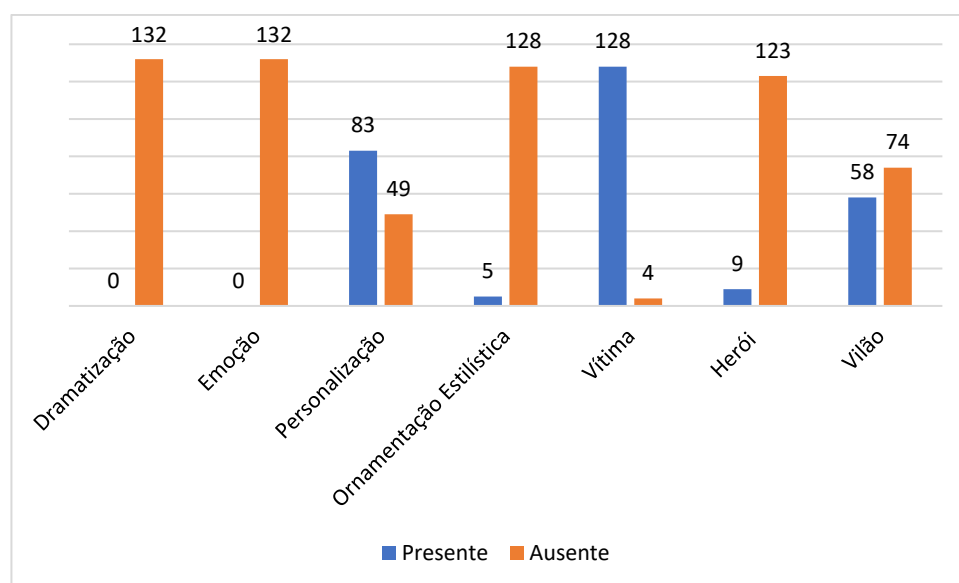
¹⁶⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3fRG0hk>.

execução. Os textos jornalísticos também utilizam os papéis de herói e vilão, no qual o primeiro aparece com menor frequência. Percebe-se, então, que o portal se preocupa em passar uma objetividade no texto jornalístico, alocando os recursos narrativos para textos específicos.

A análise interseccional nos aponta que a discussão do caso Marielle Franco mantém similaridades com outros casos de mulheres negras, cujo processo de vitimização é importante para discussão do crime. Neste caso, a figura trágica de Marielle como vítima de uma execução se sobrepõe a outros possíveis aspectos de sua vida. De modo geral, a apresentação “imparcial” do crime não apresenta heróis e vilões em grande parte das notícias; mais importante é a exploração do corpo de Marielle através da brutalidade, relegando-a primordialmente ao papel de vítima.

A **Figura 15** sintetiza como os recursos narrativos são apresentados nos textos do portal O Antagonista.

Figura 15: Visão geral dos recursos narrativos do caso Marielle Franco n'O Antagonista



Fonte: Autoria própria

O gráfico acima mostra a total ausência de dramatização e emoção, e baixo uso de ornamentação estilística nos textos. Na contramão dos outros portais estudados, porém, vê-se que as matérias d'O Antagonista contêm um alto grau de personalização narrativa, centralizando os textos especialmente nas figuras da esfera policial e político-institucional.

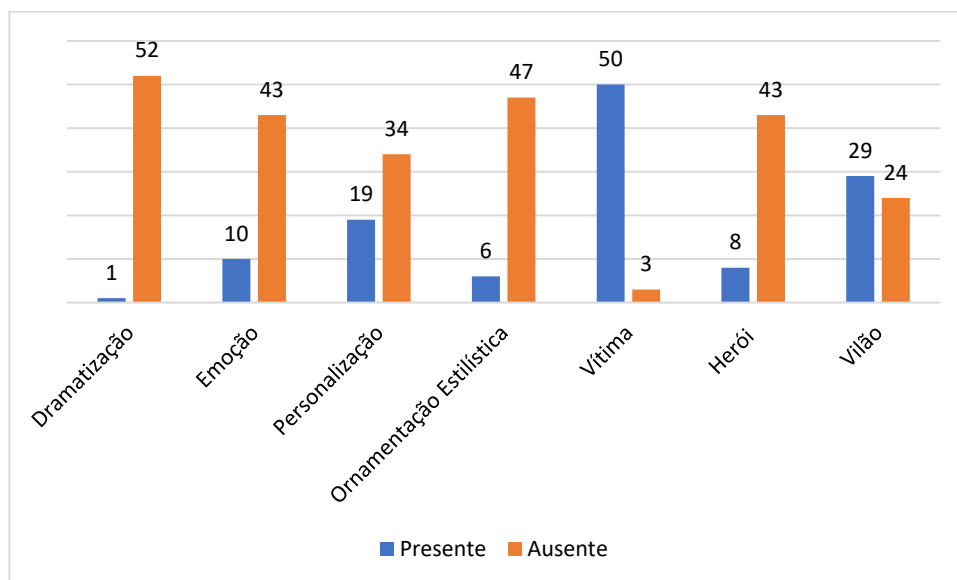
Em relação aos papéis narrativos, o portal também utiliza o elemento vítima de forma constante em seus textos. Ao contrário dos demais portais, no entanto, a imensa

maioria das matérias centraliza a vereadora assassinada como vítima de uma execução, com baixa presença de outras narrativas. A presença de vilões também é significativa nos textos desse veículo. De modo geral, percebe-se que as narrativas d'O Antagonista se concentram em personagens-chave e revelam uma polarização em relação às pautas defendidas por Marielle.

No aspecto da interseccionalidade, percebe-se que este portal utiliza de forma contundente a figura de vítima de Marielle Franco, cujo debate é feito de maneira muito personalizada. Nesse sentido, corpos negros e periféricos como os de Marielle são vistos como casos isolados em um espaço social de violência. Como discutido no capítulo 2 desta dissertação, entretanto, há uma necropolítica que evidencia uma maior violência em relação às mulheres negras e não-brancas. Sendo assim, portais como O Antagonista servem para sedimentar uma visão equivocada sobre a violência de gênero e a cobertura do caso Marielle Franco não é exceção, mesmo quando se trata de uma mulher que ocupava um cargo político importante.

Por fim, a **Figura 16** apresenta a visão geral dos recursos narrativos no portal Pragmatismo Político.

Figura 16: Visão geral dos recursos narrativos do caso Marielle Franco no Pragmatismo Político



Fonte: Autoria própria

De forma similar à Folha de S. Paulo, o portal Pragmatismo Político apresenta baixa presença dos recursos dramatização e ornamentação estilística em seus textos. Há o uso significativo da emoção e da personalização nas matérias, indicando algumas narrativas que centralizam personagens e os aspectos emocionais deles. De modo geral,

porém, a análise do grau de narratividade nos mostra que as características de neutralidade e objetividade ao narrar os acontecimentos também são proeminentes no veículo da imprensa alternativa.

No que diz respeito aos papéis narrativos, o portal exibe uma baixa presença de heróis nos textos. Por outro lado, o uso do recurso vítima é massivo no portal, que retrata Marielle principalmente sob o prisma de uma personalidade atacada após a morte. O papel dos vilões, então, se integra a essa narrativa, visto que boa parte dos personagens retratados sob essa ótica são os que estiveram envolvidos em ataques à vereadora. Desse modo, apesar do baixo grau de narratividade dos textos, nota-se que as narrativas do Pragmatismo Político enfatizam bastante os papéis narrativos dos personagens.

A análise da interseccionalidade nos recursos narrativos deste portal indica uma semelhança nos demais portais na centralização da imagem de Marielle Franco como vítima de uma execução, evidenciando a barbárie do assassinato. De forma contrária, porém, verificamos que o portal retrata especialmente os ataques realizados após à morte, gerando assim uma espetacularização em torno do crime. Isso é positivo, pois indica um empenho do portal em defender a memória de Marielle; por outro lado, vemos que a maior parte das notícias retratam apenas esses ataques, centralizando em personalidades da mídia e do campo político, também revelando uma tentativa de capitalizar em torno do crime, mantendo-o relevante apenas sob este aspecto do crime, o que consideramos uma cobertura negativa do evento.

Tendo em vista os perfis narrativos que emergem da análise, passamos então para o estudo e discussão dos enquadramentos do caso Marielle Franco nos portais.

4.2 Enquadramento Midiático

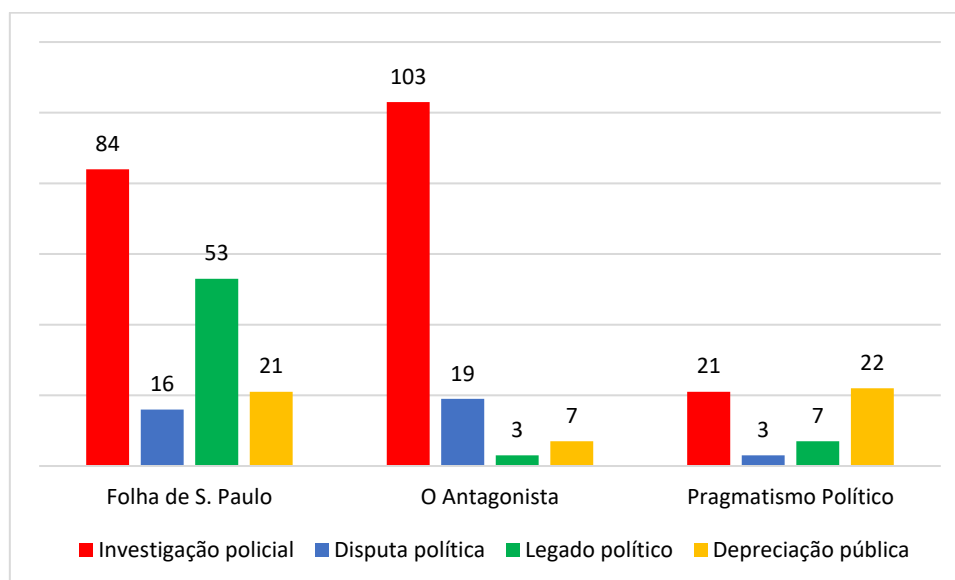
Neste tópico será descrito o conjunto de dados referente à análise de enquadramento midiático a partir da discussão de enquadramento (ENTMAN, 1993) e de interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; 1991). Como já mencionado na metodologia, a análise de enquadramento aqui descrita parte de quatro categorias: definição do problema, causas do problema, julgamento moral e recomendação de tratamento.

4.2.1 Definição do problema

A definição do problema é analisada a partir de duas subcategorias: da ênfase do acontecimento e das fontes envolvidas. As duas subcategorias são discutidas conjuntamente nos portais a fim de termos um panorama dos enquadramentos adotados pelos portais. A ênfase do acontecimento é vista neste trabalho a partir de quatro operadores: inquérito policial, disputa política, legado político e depreciação pública. As fontes envolvidas são divididas em: atores do campo político, atores do campo jurídico, fontes policiais, atores da sociedade civil, membros da esfera privada e ausência de fontes.

A **Figura 17** mostra que a ênfase do acontecimento na Folha de S. Paulo se concentrou principalmente na investigação policial (48%), seguido do legado político (30,8%), da depreciação pública (12%) e, por fim, do aspecto da disputa política (9,1%). A ênfase do acontecimento no portal O Antagonista, por sua vez, se divide da seguinte maneira: 78% retratam a investigação policial; 14,3%, aspectos da disputa política; 5,3%, elementos relacionados à depreciação pública da vereadora; e apenas 2,2% discutem o legado de Marielle. Finalmente, os dados referentes ao portal Pragmatismo Político revelaram os seguintes números: das 53 matérias, 41,5% enfatizaram a depreciação pública; 39,6%, a investigação policial; 13,2%, o legado político da vereadora; e apenas 5,6% apresentam a disputa política em torno do caso (**Fig. 17**).

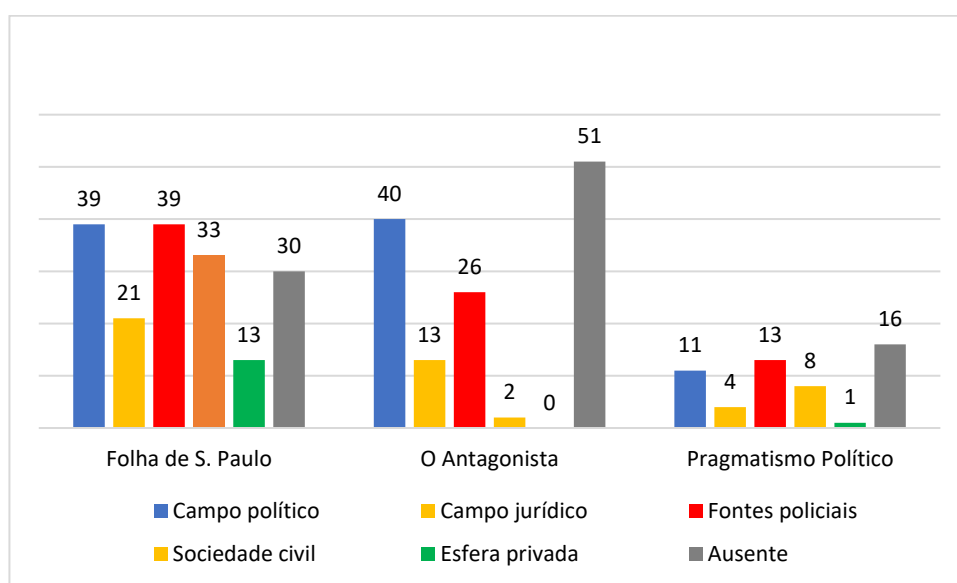
Figura 17: Ênfase do acontecimento nos enquadramentos do caso Marielle nos portais



Fonte: Autoria própria

Com relação às fontes envolvidas no agendamento do caso, a **Figura 18** indica que, das 175 notícias da Folha de S. Paulo, a maior parte das fontes eram do campo político (22,2%) e policiais (22,2%), seguidos de atores da sociedade civil (18,8%), fontes do campo jurídico (12%) e da esfera privada (7,4%). Em 17,1% das notícias, constatou-se a ausência de fontes. Em relação às fontes de O Antagonista, os dados indicam que 38,6% não apresentavam fontes, seguidas de atores do campo político (30,3%), fontes policiais (19,6%), atores da esfera jurídica (9,8%) e, por fim, agentes da sociedade civil (1,5%). Não se constatou a presença de familiares ou amigos como fontes primárias nas notícias desse portal. No que diz respeito às fontes do Pragmatismo Político, os números indicaram: fontes policiais (24,5%); atores do campo político (20,7%); atores da sociedade civil (15,1%); agentes do campo jurídico (7,5%); membros da esfera privada (1,8%). Em 30,1% das matérias não se constatou o uso de fontes (**Fig. 18**).

Figura 18: Fontes envolvidas nos enquadramentos do caso Marielle nos portais



Fonte: Autoria própria

Como pressupomos, a ênfase do acontecimento é predominantemente pautada pelo inquérito policial. A predileção por fontes policiais privilegia essa ênfase, que destaca o trabalho policial, pautando o caso a partir das primeiras descobertas, que envolvem principalmente aspectos técnicos, como o carro e a munição usados pelos atiradores, depoimento de testemunhas, evoluindo para denúncias de personagens-chave e chegando, eventualmente, à prisão dos acusados pelo crime.

A Polícia identificou dois carros envolvidos no assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL). A placa de um dos

veículos é adulterada. **Os policiais já avançaram na dinâmica do crime** (FOLHA DE S. PAULO, 16 mar. 2018, grifos nossos)¹⁶⁹.

O homem, que prestou três depoimentos à polícia em troca de proteção, trabalhou para um grupo paramilitar e passou detalhes de datas, horários e locais de reuniões em que Marcello Siciliano (vereador pelo PHS) e Orlando Oliveira de Araújo (ex-PM hoje preso acusado de chefiar uma milícia) teriam planejado o crime (FOLHA DE S. PAULO, 8 mai. 2018, grifo nosso)¹⁷⁰.

A Polícia Civil do Rio cumpriu nesta quinta-feira (13) mandados de prisão e de busca e apreensão ligados às mortes da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes, há nove meses sem solução. Segundo o delegado Rivaldo Barbosa, chefe da Polícia Civil do Rio, a ação estratégica ‘estava buscando provas concretas para a condenação dos assassinos’. **‘Eu não posso levantar o sigilo senão eu estrago a investigação’**, afirmou (FOLHA DE S. PAULO, 13 dez. 2018, grifos nossos)¹⁷¹.

A Polícia Civil do Rio prendeu na manhã desta terça-feira (12) dois suspeitos de participarem do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), dois dias antes de o crime completar um ano, em 14 de março. Ambos são ligados à Polícia Militar. [...] Segundo a denúncia, **[Ronnie] Lessa disparou os tiros que mataram Marielle, e [Élcio] Queiroz dirigiu o carro que interceptou a vereadora**, de onde partiram os disparos (FOLHA DE S. PAULO, 12 mar. 2019, grifos nossos)¹⁷².

Outros atores contribuem para que os aspectos concernentes ao inquérito permaneçam no agendamento da Folha. O debate sobre a federalização do caso, protagonizado por agentes do campo político e jurídico, é exemplo disso.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, estuda solicitar a federalização da investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), morta na noite de quarta-feira (14) no Rio de Janeiro. Ela viajará nesta quinta-feira (15) ao Rio de Janeiro para discutir a questão com procuradores e autoridades fluminenses. **Com a federalização, o inquérito passaria a ser conduzido pela Polícia Federal** (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifos nossos)¹⁷³.

Um dia após sugerir que a Polícia Federal poderia assumir a investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), **o ministro Raul Jungmann (Segurança Pública) elogiou o trabalho da Polícia Civil do Rio, que investiga o caso, mas disse que a PF já teria uma equipe com delegados e agentes pronta para entrar no caso** (FOLHA DE S. PAULO, 13 ago. 2018, grifos nossos)¹⁷⁴.

¹⁶⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3cjlKTm>.

¹⁷⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3vWN69T>.

¹⁷¹ Disponível em: <https://bit.ly/34UGUDg>.

¹⁷² Disponível em: <https://bit.ly/3z2iJAK>.

¹⁷³ Disponível em: <https://bit.ly/3uXiqDU>.

¹⁷⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3cn27tH>.

Também se constatou a presença de notícias que discutem as questões relativas à impunidade do caso, apontando uma lentidão do trabalho policial. Além disso, a não resolução do assassinato passou a preocupar outras instâncias, como o Supremo Tribunal Federal (STF). É importante notar, porém, que alguns grupos já denunciavam a impunidade desde o início do caso, devido à alta taxa de crimes que não são resolvidos no país.

O escritório para Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) chamou de “profundamente chocante” o assassinato da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro, e pediu nesta quinta (15) a investigação “minuciosa, transparente e independente” do episódio. **A principal preocupação é que o crime não represente uma escalada na impunidade no Rio** (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifo nosso)¹⁷⁵.

Um ato realizado na noite desta segunda-feira (2) no Rio de Janeiro, com edições em diversas cidades do Brasil e até no exterior, lembrou o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em 14 de março. [...] No Rio, uma das maiores concentrações aconteceu no Largo do Machado, na zona sul, onde foram penduradas fotos da vereadora e **produzidos cartazes com frases pedindo justiça ao crime, que completou 19 dias ainda sem solução** (FOLHA DE S. PAULO, 2 abr. 2018, grifo nosso)¹⁷⁶.

A demora na solução do assassinato de Marielle Franco preocupa ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Num diálogo recente, ela ouviu de alguns deles a sugestão de pedir a federalização das investigações (FOLHA DE S. PAULO, 21 ago. 2018)¹⁷⁷.

Apesar disso, nota-se que a ênfase na investigação policial promovida pela Folha produz um enquadramento positivo dos órgãos policiais. Apesar do longo período que envolveu a prisão dos homens que executaram a vereadora, percebe-se a prevalência de *frames* que mostram um incessante trabalho policial, consolidado pela presença de outros atores que atribuem confiança na atuação da polícia.

Das 53 matérias que se referem ao legado de Marielle, nota-se que mais da metade delas (50,9%) foi realizada no mês do assassinato. Diante da repercussão do crime, o portal apresenta ao grande público a vereadora, até então desconhecida. Algumas matérias se propõem a retratar as pautas defendidas por ela, mas a maioria se concentra em mostrar as homenagens feitas por diversos agentes.

¹⁷⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3gaxA3z>.

¹⁷⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3ilJvyi>.

¹⁷⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3uVXzkH>.

A atividade recente da vereadora Marielle Franco (PSOL) nas redes sociais e a forma como se deu seu assassinato na noite desta quarta-feira (14) gerou curiosidade sobre o perfil e as bandeiras levantadas pela política. Nesta semana, **ela denunciou dois casos de violência contra moradores da zona norte que supostamente tiveram o envolvimento de policiais militares** (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2019, grifo nosso)¹⁷⁸.

O deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL) postou na noite desta quinta-feira (15) uma homenagem à vereadora carioca Marielle Franco, assassinada na véspera. Na publicação em seu perfil de uma rede social, Freixo diz ‘você foi uma das melhores coisas que tive na vida’ e afirma sentir orgulho da colega de partido (FOLHA DE S. PAULO, 16 mar. 2019, grifo nosso)¹⁷⁹.

A cantora Katy Perry interrompeu na noite deste domingo (18) o show no Rio para fazer uma homenagem à vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), morta a tiros na última quarta-feira (14), no centro da cidade. No palco montado na Praça da Apoteose, foi projetada uma imagem enorme de Marielle e, em seguida, **a cantora chamou a irmã e a filha da vereadora** (FOLHA DE S. PAULO, 19 mar. 2019, grifos nossos)¹⁸⁰.

Mônica [Benício] e a irmã da vereadora assassinada no Rio de Janeiro, Anielle Silva, na quarta (14) participaram de homenagem em sessão solene no Congresso. Emocionada, a companheira de Marielle cobrou a apuração do crime (FOLHA DE S. PAULO, 22 mar. 2019, grifos nossos)¹⁸¹.

Os trechos acima mostram que o luto por Marielle passa a ser tratado como uma perda coletiva. Diante disso, os papéis de mãe, irmã e esposa passam a ser tratados de forma secundária; sua atuação como vereadora e militante está em primeiro plano. As homenagens continuam ao longo do agendamento, mas também surgem novos enquadramentos, especialmente os que mostram o legado político, seja através da ascensão de novas figuras na política ou nas manifestações públicas que são realizadas a partir do assassinato.

Fundações se uniram para criar um programa que pretende incentivar mulheres negras a se tornarem lideranças políticas. **A inspiração para a iniciativa é a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada em março deste ano**. As fundações Ford, Open Society e Ibirapitanga vão doar US\$ 3 milhões (equivalente a R\$ 10 milhões) ao Fundo Baobá, que atua buscando equidade racial no Brasil (FOLHA DE S. PAULO, 5 abr. 2018, grifo nosso)¹⁸².

¹⁷⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3g7Wjp4>.

¹⁷⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3x68eL7>.

¹⁸⁰ Disponível em: <https://bit.ly/2ScUlv1>.

¹⁸¹ Disponível em: <https://bit.ly/3fS8Mya>.

¹⁸² Disponível em: <https://bit.ly/3fT1XfJ>.

Nestas eleições, a vontade de Marielle concretizou-se: três mulheres negras de seu mandato foram eleitas para a Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro). Renata Souza, 36, Mônica Francisco, 48, e Dani Monteiro, 27, irão compor a bancada de cinco deputados estaduais do PSOL (FOLHA DE S. PAULO, 9 out. 2018, grifo nosso)¹⁸³.

Em São Paulo, a manifestação foi permeada por gritos contra o presidente, a reforma da previdência e a violência contra a mulher — **a vítima mais lembrada foi Marielle, cujo assassinato completará um ano em 14 de março.** O protesto reuniu movimentos feministas, de defesa de minorias e sindicais (FOLHA DE S. PAULO, 8 mar. 2019, grifo nosso)¹⁸⁴.

No que diz respeito à depreciação, as matérias retratam principalmente *fake news* ou declarações polêmicas contra a vereadora. A análise revela que a Folha privilegia as notícias que envolvem figuras do campo político ou jurídico. No caso de *fake news*, o portal discute os episódios de forma a ressaltar que as informações são equivocadas e a apontar os responsáveis pela disseminação. As informações falsas promovidas pelo deputado Alberto Fraga e pela desembargadora Marília Castro Neves, assim como o episódio de quebra da placa protagonizado pelos deputados Daniel Silveira e Rodrigo Amorim, ganham espaço no jornal¹⁸⁵. A extensão das *fake news* e os ataques à memória de Marielle são discutidas em algumas matérias:

A Justiça do Rio de Janeiro ordenou que o Google retire do ar 16 vídeos do YouTube que contêm ofensas à vereadora assassinada Marielle Franco. A decisão, da juíza Márcia Correia Hollanda, da 47ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, é da noite de quinta-feira (22) e dá um prazo de 72 horas para que isso ocorra (FOLHA DE S. PAULO, 23 mar. 2018, grifo nosso)¹⁸⁶.

O juiz Jorge Jansen Novelle, da 15ª Vara Cível do Rio, determinou que o Facebook retire do ar em 24 horas publicações falsas sobre a vereadora carioca Marielle Franco (PSOL), a quem classificou de "mártir da história contemporânea" do país. Após a morte da política, assassinada com quatro tiros na cabeça no centro do Rio, no último dia 14, uma onda de notícias falsas a respeito de seu passado inundou as redes (FOLHA DE S. PAULO, 28 mar. 2018, grifo nosso)¹⁸⁷.

Um painel com o rosto de Marielle Franco, produzido por voluntários e militantes de direitos humanos, em Pinheiros (zona oeste), para homenagear a vereadora carioca após seu assassinato, em 14 de março,

¹⁸³ Disponível em: <https://bit.ly/3z7UjpF>.

¹⁸⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3x1n05y>.

¹⁸⁵ Esses casos já foram mostrados no Capítulo 2 e no tópico 4.1 deste trabalho. Retomaremos essa discussão no tópico 4.2.3.

¹⁸⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2Sbo3RC>.

¹⁸⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3vVDU5H>.

foi tingido por tinta preta e vermelha. Ao lado da arte —uma foto ampliada do rosto da parlamentar em preto e branco—, **frases que a exaltavam foram apagadas com tinta branca** (FOLHA DE S. PAULO, 27 mai. 2018, grifos nossos)¹⁸⁸.

As matérias do jornal que enquadram o caso a partir da disputa política refletem, em sua maioria, eventos em que o assassinato se tornou uma pauta subjacente a um acontecimento político. Em um primeiro momento, por exemplo, vê-se como a execução da vereadora impactou o governo e a intervenção militar no estado do Rio de Janeiro. Vê-se também na manifestação de políticos do exterior diante da morte da vereadora. Por fim, o crime é enquadrado como uma disputa entre políticos de espectros políticos opostos.

O assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e de seu motorista, Anderson Gomes, colocou em xeque os benefícios políticos que o governo esperava obter com a intervenção no Rio, e mobilizou o Planalto a tentar reduzir o desgaste com o caso. O governo avalia que é preciso mostrar resultado rapidamente [...] para que uma crise não se instale definitivamente no coração do governo (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifos nossos)¹⁸⁹.

Um grupo de 29 congressistas americanos, incluindo o senador Bernie Sanders, que foi pré-candidato à presidência dos Estados Unidos em 2016, vai enviar nesta quinta-feira (26) ao governo brasileiro uma carta [...] **O documento, ao qual a Folha teve acesso, dá destaque à prisão do ex-presidente Lula, [...] e à morte da vereadora e ativista Marielle Franco, no Rio de Janeiro** (FOLHA DE S. PAULO, 26 jul. 2018, grifos nossos)¹⁹⁰.

Enquanto [Guilherme] Boulos diz condenar toda forma de violência, ele lembra que Bolsonaro não se manifestou sobre o assassinato de Marielle e sugeriu que os tiros contra a caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no início do ano, teriam sido armados pelo próprio PT (FOLHA DE S. PAULO, 11 set. 2018, grifo nosso)¹⁹¹.

Deputados do PSL e PSOL se confrontaram durante uma homenagem à vereadora carioca Marielle Franco (PSOL) na Câmara, nesta terça-feira (12). [...] [Bibo] Nunes então se dirigiu à deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP). “Comigo não”, disse. “Comigo também não”, ela respondeu. “Te enxerga, guria”, ele retrucou. “Te enxerga você. Guri é você. Sou deputada federal eleita. Respeito. Para o senhor, é vossa excelência”, Bomfim asseverou (FOLHA DE S. PAULO, 12 mar. 2019, grifo nosso)¹⁹².

¹⁸⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3fVl74F>.

¹⁸⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3cnDH3h>.

¹⁹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3fQVzWp>.

¹⁹¹ Disponível em: <https://bit.ly/34Sy4Gg>.

¹⁹² Disponível em: <https://bit.ly/3fX7D8N>.

Em suma, a Folha de S. Paulo apresenta uma ênfase maior nos aspectos investigativos, com forte presença de fontes policiais e do campo político. A discussão sobre a impunidade do caso se faz presente no jornal. Apesar da predominância desses enquadramentos, nota-se a presença de *frames* que apresentam o caso na perspectiva do legado, que evoluem ao longo do agendamento. Destacamos que Marielle Franco é apresentada principalmente a partir do seu papel como vereadora e sua vida pessoal é explorada em segundo plano. Enquadramentos relativos à depreciação da imagem pública da vereadora e da disputa política em torno do assassinato também estão presentes, ainda que em menor instância. A diversidade dos enquadramentos pode ser explicada pela presença das fontes de diversas esferas no agendamento do portal.

Antes de adentrarmos na análise de O Antagonista, é necessário relembrar que os textos deste portal são constituídos majoritariamente por breves notas. Isso constitui um processo em que o acontecimento é fragmentado e, geralmente, descontextualizado. Além disso, boa parte das matérias são reaproveitadas de materiais de outros portais e as fontes são fruto desse reempacotamento. Consideramos essas características para a coleta e discussão dos resultados aqui apresentados.

Os enquadramentos d'O Antagonista são centralizados principalmente nas descobertas advindas do inquérito policial: os aspectos técnicos, as testemunhas que surgem, as primeiras acusações e, por fim, a prisão dos culpados. Há uma preferência pela utilização de matérias que apenas apresentam os fatos sem utilizar fontes primárias, mas também se vê um número de matérias que utilizam as fontes institucionais.

As informações ainda estão desencontradas, mas **fontes do Ministério da Segurança Pública disseram a O Antagonista que a munição 9mm, usada na execução da vereadora Marielle Franco, pode ter sido doada pela Polícia Federal** para as forças de segurança do Rio (O ANTAGONISTA, 16 mar. 2018, grifo nosso)¹⁹³.

Policiais civis e federais que investigam a morte de Marielle Franco e Anderson Gomes dizem ter conseguido colher digitais parciais do provável assassino, [...] Elas foram encontradas em cápsulas achadas por peritos na esquina das ruas João Paulo I e Joaquim Palhares, no Rio, onde aconteceu o atentado à vereadora e ao motorista (O ANTAGONISTA, 10 abr. 2018, grifo nosso)¹⁹⁴.

Raul Jungmann confirmou hoje que os homens apontados por uma testemunha do assassinato de Marielle Franco e de Anderson Gomes estão sendo investigados pela polícia. A testemunha afirmou

¹⁹³ Disponível em: <https://bit.ly/2TBCfnk>.

¹⁹⁴ Disponível em: <https://bit.ly/2T2ZQNq>.

que o vereador Marcello Siciliano e o ex-PM Orlando de Curicica foram os mandantes do crime (O ANTAGONISTA, 10 mai. 2018, grifo nosso)¹⁹⁵.

Estão sendo cumpridos neste momento os primeiros mandados de prisão no caso Marielle Franco, informa a GloboNews. As prisões estão ocorrendo no Rio de Janeiro, Petrópolis, Angra dos Reis (RJ) e em Juiz de Fora (MG) (O ANTAGONISTA, 13 dez. 2018, grifo nosso)¹⁹⁶.

Dois suspeitos pelo assassinato de Marielle Franco foram presos no Rio de Janeiro. Um deles é o policial militar reformado Ronnie Lessa, apontado como autor dos disparos contra a vereadora e seu motorista. **O outro é o policial militar Élcio Vieira de Queiroz** (O ANTAGONISTA, 12 mar. 2019, grifos nossos)¹⁹⁷.

Ao contrário da Folha de S. Paulo, O Antagonista não dedica muitas matérias que retratam a demora na prisão dos culpados ou que discutam outros aspectos referentes à impunidade. Na verdade, apenas duas matérias discutem esses elementos, apresentando como fonte a Anistia Internacional, um movimento da sociedade civil.

A Anistia Internacional acusou as autoridades brasileiras de “falta de vontade” de investigar o assassinato de Marielle Franco e pediu o estabelecimento de uma instância independente para que o caso avance, informa a agência France Presse. Neste sábado, completam-se quatro meses desde que a vereadora do PSOL e seu motorista Anderson Gomes foram mortos a tiros no centro do Rio (O ANTAGONISTA, 12 jul. 2018, grifo nosso)¹⁹⁸.

A Anistia Internacional instalou hoje num caminhão no Rio de Janeiro um telão de 5 m de largura com a pergunta “Autoridades brasileiras: quem matou Marielle?”, relata o Estadão. O caminhão irá percorrer durante a tarde diferentes pontos da cidade, como os prédios do Ministério Público, da Secretaria de Segurança Pública e do Comando Militar do Leste, cobrando explicações (O ANTAGONISTA, 14 set. 2018, grifo nosso)¹⁹⁹.

Além da ausência da discussão sobre a impunidade, percebe-se que O Antagonista retrata os órgãos responsáveis pela investigação de forma positiva. A centralização dos eventos em torno de algumas figuras e o otimismo em relação às descobertas são elementos que confirmam essa assertiva. O portal chega até a replicar os motivos dados pelos órgãos responsáveis que causaram o atraso nas investigações:

¹⁹⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3ggk8Lg>.

¹⁹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3ikonbr>.

¹⁹⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3xe4lDZ>.

¹⁹⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3fWvOEo>.

¹⁹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2T305bi>.

Raul Jungmann, ministro da Segurança Pública, disse hoje que Michel Temer considera ‘questão de honra’ concluir as investigações da morte de Marielle Franco e Anderson Gomes, mortos há mais de 150 dias. Jungmann destacou que há uma equipe da PF pronta para ajudar a polícia do Rio, ‘caso seja solicitada’ (O ANTAGONISTA, 13 ago. 2018, grifo nosso)²⁰⁰.

Raul Jungmann mandou a Polícia Federal abrir inquérito para apurar depoimentos colhidos pelo MPF que indicariam um esquema voltado para impedir a “elucidação dos mandantes e executores reais” dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, registra a Folha (O ANTAGONISTA, 1 dez. 2018)²⁰¹.

Diante do alto grau de personalização das matérias desse portal, percebe-se que a ênfase na disputa política se refere a um protagonismo dos indivíduos e grupos políticos. Os enquadramentos d’O Antagonista, então, retratam as ações e opiniões de agentes do campo político em torno de eventos do caso Marielle Franco e não necessariamente uma disputa entre grupos com ideologias diferentes.

Flávio Bolsonaro, deputado estadual no Rio, apagou de seu Twitter uma mensagem em que prestava condolências às famílias de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes, registra a Folha. Para o chefe de gabinete do deputado, Miguel Angelo Braga, ele pode ter ficado preocupado com as interpretações negativas do tuíte. **O pai de Flávio, Jair, já disse que não tem nada a declarar sobre o caso** (O ANTAGONISTA, 16 mar. 2018, grifos nossos)²⁰².

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, disse na coletiva sobre a conclusão da primeira fase das investigações sobre a morte de Marielle Franco: ‘Esses que foram presos hoje poderão fazer uma delação premiada.’ [...] ‘É uma resposta importante que nós estamos dando para a sociedade: a elucidação de um crime bárbaro cometido contra uma parlamentar, uma mulher, no exercício de sua atividade democrática [...]’ (O ANTAGONISTA, 12 mar. 2019, grifo nosso)²⁰³.

Respondendo a uma pergunta de jornalista, **o delegado responsável pelas investigações da morte de Marielle Franco, Ginton Lages, disse que um filho de Jair Bolsonaro namorou com uma filha de Ronnie Lessa, preso hoje acusado de ter matado a vereadora.** ‘Isso tem’, respondeu o delegado (O ANTAGONISTA, 12 mar. 2019, grifo nosso)²⁰⁴.

O DEM anunciou a expulsão do ex-PM Elcio Queiroz, 46, preso hoje acusado de envolvimento no assassinato de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Em nota, o partido disse que decidiu “aplicar a sanção sumária de expulsão –com cancelamento de filiação

²⁰⁰ Disponível em: <https://bit.ly/34OU3xL>.

²⁰¹ Disponível em: <https://bit.ly/3wXGXdC>.

²⁰² Disponível em: <https://bit.ly/3uUvtpT>.

²⁰³ Disponível em: <https://bit.ly/3x2JTWy>.

²⁰⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3po9F4G>.

partidária– pelo descumprimento dos deveres éticos previstos estatutariamente” (O ANTAGONISTA, 12 mar. 2019, grifo nosso)²⁰⁵.

A análise das matérias que enfatizam a depreciação pública e o legado da vereadora revelam que, em ambos os casos, os enquadramentos refletem uma falta de interesse em aprofundar as temáticas ali retratadas. Como dito anteriormente, a maior parte desse conteúdo é composto por notas com informações fragmentadas. Isso, aliado ao número baixo de matérias, contribui para enquadramentos que distorcem os eventos neles retratados.

A Justiça do Rio ordenou que o Facebook exclua “informações falsas de conteúdo criminoso” sobre Marielle Franco. As informações devem ser retiradas em até 24 horas. O juiz Jorge Jansen Counago Novelle entendeu que, ao veicular ofensas, o Facebook é conivente com quem propaga essas informações (O ANTAGONISTA, 28 mar. 2018)²⁰⁶.

O texto acima, por exemplo, não informa que a liminar concedida pela Justiça do Rio de Janeiro foi realizada após ação impetrada por familiares de Marielle. Percebe-se aí uma tentativa de omitir a ação desses agentes, que não são fontes consultadas pelo portal em nenhuma matéria.

Em resumo, O Antagonista enfatiza enquadramentos em torno do inquérito policial, com forte presença de fontes policiais e da esfera política. A maior parte das matérias não faz uso de fontes, sendo majoritariamente descritivas. O alto grau de personalização dos textos jornalísticos do portal contribui para uma centralização em torno de alguns personagens, especialmente do campo político. Por fim, constata-se que as matérias d’O Antagonista não aprofundam as questões concernentes à depreciação pública e o legado de Marielle. A ausência de uma diversidade de fontes no n’O Antagonista, associada a um texto fragmentado e descontextualizado, explicam esses elementos.

Ao contrário dos outros portais, a maior parte das matérias do Pragmatismo Político dá ênfase à tentativa de depreciação pública de Marielle Franco. Percebe-se nessas notícias um alto grau de personalização, enfatizando os cargos ocupados pelos indivíduos representados nas matérias. Além disso, o portal vincula os ataques à direita bolsonarista:

Washington Lee Abe, coronel da Polícia Militar, manifestou irritação com a comoção popular em torno da morte da vereadora

²⁰⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3uVcHP9>.

²⁰⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3zeKshV>.

Marielle Franco, executada na última quarta-feira (14). [...] ‘Por que tanta tentativa de transformar essa vereadora em mártir? Ela representa o povo? Que povo? Qual segmento do povo? Do cidadão de bem?’, questiona Abe. [...] **Washington Lee Abe é comandante do 5º Comando Regional da Polícia Militar do Paraná (PR)** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 16 mar. 2018, grifos nossos)²⁰⁷.

Um dos líderes da chamada bancada da bala, [Alberto] Fraga criticou, em entrevista ao site Congresso em Foco, a cobertura jornalística dada ao assassinato de Marielle e de seu motorista, Anderson Pedro Gomes. ‘Por exemplo: morreram 27 policiais [em 2018] e não teve comoção. Morrem duas mulheres por hora, não tem comoção. Aí, é assassinada uma vereadora do Psol e transformam a mulher em mártir? [...]’ (PRAGMATISMO POLÍTICO, 20 mar. 2018, grifo nosso)²⁰⁸.

Uma fotografia que mostra dois homens sorridentes segurando uma placa quebrada feita em homenagem à vereadora Marielle Franco chocou as redes sociais nesta quarta-feira (3). **Daniel Silveira, de camiseta amarela, é candidato a deputado federal pelo PSL. Rodrigo Amorim é candidato a deputado estadual pelo mesmo partido** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 3 out. 2018, grifo nosso)²⁰⁹.

Enquanto os deputados do partido da vereadora, assassinada há um ano, cobravam explicações às autoridades sobre o mandante do crime, um outro grupo de parlamentares ligou caixas de som que emitiram sons de latidos de cachorros. [...] Entre os apoiadores do ato pró-animais, **estava o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) que participou do ato realizado no Rio ano passado no qual foi rasgada uma placa em homenagem a Marielle** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mar. 2019)²¹⁰.

Na contramão dos outros portais, o Pragmatismo Político adota um tom mais incisivo em suas matérias informativas, atribuindo a uma extrema-direita os ataques direcionados à Marielle Franco. Dos três portais, constata-se também que o veículo de imprensa alternativa considera a participação de alguns movimentos sociais ligados à direita na divulgação das *fake news*. Esse processo gera ataques a outros indivíduos ligados à vereadora:

Publicação mais compartilhada sobre a execução da vereadora Marielle foi uma fake news comprovada. O fato revela a preocupante ausência de senso crítico do internauta brasileiro que, bitolado, apenas segue o efeito manada. **MBL teve participação no episódio** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 26 mar. 2018, grifo nosso)²¹¹.

²⁰⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3gszZqz>.

²⁰⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3im3OLG>.

²⁰⁹ Disponível em: <https://bit.ly/34S6U2o>.

²¹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/2Rrz5lr>.

²¹¹ Disponível em: <https://bit.ly/3uYFFxs>.

Parlamentar mais votada de Niterói, na Grande Rio, única mulher na Câmara Municipal, negra e feminista, **Talíria Petrone era amiga da vereadora Marielle Franco** (Psol). Diferente da colega assassinada na última quarta-feira, **Talíria já recebeu várias ameaças de morte por telefone e pelas redes sociais** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 23 mar. 2018, grifos nossos)²¹².

O veículo também dá grande ênfase à cobertura do inquérito policial. Assim como os outros portais, a predominância das fontes policiais nas notícias colabora para o enquadramento em torno dos elementos técnicos da execução, das denúncias em torno de possíveis acusados e a prisão dos suspeitos em março de 2019:

De acordo com a polícia, bandidos em um carro emparelharam ao lado do veículo onde estava a vereadora e dispararam. Marielle foi atingida com pelo menos quatro tiros na cabeça. A perícia encontrou nove cápsulas de tiros no local. **Os criminosos fugiram sem levar nada.** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mar. 2018, grifo do autor)²¹³.

Policiais civis e federais que investigam a morte de Marielle e de Anderson conseguiram colher digitais parciais do assassino ou da pessoa responsável por municiar a pistola 9mm usada no crime. Elas foram encontradas em cápsulas achadas por peritos na esquina das ruas João Paulo I e Joaquim Palhares, no Estácio, onde aconteceu o ataque (PRAGMATISMO POLÍTICO, 3 mai. 2018, grifo nosso)²¹⁴.

Um policial lotado no 16º BPM (Olaria) e um ex-PM do batalhão da Maré participaram da execução da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes, **de acordo o depoimento de uma testemunha-chave do crime** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 10 mai. 2018, grifo nosso)²¹⁵.

A Operação Lume apontou que o sargento reformado **Ronnie Lessa foi o autor dos disparos** e o ex-policial militar **Élcio Vieira de Queiroz**, expulso da corporação, **conduzia o veículo. Os investigadores tentam descobrir quem foi o mandante da execução** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 12 mar. 2019, grifos nossos)²¹⁶.

Diferente dos outros portais, porém, vê-se que o enquadramento que foca o inquérito policial salienta a falha dos agentes políticos e policiais na condução da investigação. Também há destaque para o possível envolvimento de agentes dessas esferas no crime. Além disso, a demora na resolução do crime é uma questão presente

²¹² Disponível em: <https://bit.ly/3imO7Ei>.

²¹³ Disponível em: <https://bit.ly/3uWuoh6>.

²¹⁴ Disponível em: <https://bit.ly/34UJjhg>.

²¹⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3vWPqh7>.

²¹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3w8Tdru>.

nos textos jornalísticos do veículo. Diante disso, constatamos que, de modo geral, o trabalho policial é enquadrado de forma negativa pelo Pragmatismo Político:

Trapalhada: Três dias depois de o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, dizer que a munição encontrada na cena dos homicídios da vereadora Marielle Franco e de Anderson Gomes havia sido roubada na sede dos Correios na Paraíba anos atrás, a pasta mudou a versão (PRAGMATISMO POLÍTICO, 19 mar. 2018, grifo nosso)²¹⁷.

O 41º Batalhão de Polícia Militar do Rio (Irajá) – alvo de denúncia feita pela vereadora Marielle Franco (Psol), quatro dias antes de ser assassinada – é investigado em 212 inquéritos do Ministério Público Estadual (MPE) do Rio que apuram casos de homicídio. Por esse trabalho, o Grupo de Atuação Especializada (Gaesp) em Segurança Pública do órgão já denunciou 23 PMs do batalhão (PRAGMATISMO POLÍTICO, 23 mar. 2018, grifos nossos)²¹⁸.

Sergio Moro, futuro ministro da Justiça, prometeu dar atenção ao assassinato de Marielle Franco. **A execução da vereadora do PSOL completará 8 meses no próximo dia 14 de novembro, sem que nenhum responsável tenha sido apontado ou punido.** O atentado contra a parlamentar também tirou a vida do motorista do veículo, Anderson Gomes (PRAGMATISMO POLÍTICO, 8 nov. 2018)²¹⁹.

As sete matérias que enquadram o caso a partir do legado de Marielle se concentram na semana do assassinato, relatando principalmente as homenagens póstumas recebidas e o trabalho exercido pela vereadora. De forma semelhante à Folha, o luto é colocado em uma perspectiva coletiva e o cargo ocupado por Marielle se sobressai aos papéis de gênero normalmente postos.

Luyara Santos, 19, filha da vereadora Marielle Franco, fez um desabafo em sua conta no Facebook sobre a morte da mãe na tarde desta quinta-feira (15). **‘Mataram a minha mãe e mais 46 mil eleitores! Nós seremos resistência porque você foi luta! Te amo’,** escreveu Luyara. **A jovem citou a luta e trajetória de Marielle, que foi a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro em 2016, com 46 mil votos** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mar. 2018, grifos nosso)²²⁰.

Uma multidão foi às ruas nas principais cidades do Brasil para homenagear Marielle Franco e reivindicar Justiça. Com cartazes e gritos de guerra, os manifestantes pediram investigação rápida e punição dos culpados, além de criticar a violência e a intervenção federal no estado (PRAGMATISMO POLÍTICO, 16 mar. 2018, grifo nosso)²²¹.

²¹⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3imOazY>.

²¹⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3ppODCG>.

²¹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2SfWwyD>.

²²⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3ilkYco>.

²²¹ Disponível em: <https://bit.ly/3clJp5N>.

Por fim, apenas três matérias situam o caso Marielle na arena política. Dessas, duas notícias indicam o envolvimento de Jair Bolsonaro com o acontecimento em momentos diferentes: a primeira comenta uma reportagem da revista britânica *The Economist* sobre o silêncio de Bolsonaro diante do assassinato da vereadora, enquanto a segunda discute o afastamento do delegado Ginton Lages, após a revelação do possível envolvimento do político com Ronnie Lessa.

‘O assassinato de Marielle Franco, e as suspeitas de que a polícia possa estar envolvida, mudou o debate sobre a violência. **Jair Bolsonaro nada disse sobre o crime, provavelmente porque sua retórica extrema afastaria eleitores de centro.** Um apoio que ele precisará em breve’, afirma a revista (PRAGMATISMO POLÍTICO, 23 mar. 2018, grifo nosso)²²².

O afastamento do delegado Ginton Lages foi revelado pelo jornal *O Globo* na manhã desta quarta-feira (13). O motivo oficial é que ele já “teria cumprido a sua missão”. Nos bastidores da Polícia Civil e do Ministério Público do Rio de Janeiro comenta-se que, apesar de ser considerado uma figura controlável e obediente a cumprir os roteiros determinados por seus superiores, **o delegado mostrou-se incapacitado durante a coletiva de imprensa e não soube lidar com os questionamentos dos repórteres que mencionaram o presidente Jair Bolsonaro** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 13 mar. 2019, grifo nosso)²²³.

Sendo assim, a análise mostrou que, dos três portais, o Pragmatismo Político apresenta as informações de forma mais crítica. Os enquadramentos predominantes enfatizam dois aspectos: a depreciação pública de Marielle e as descobertas do inquérito policial. No primeiro caso, há uma associação dos ataques ao bolsonarismo e o entendimento das *fake news* como um processo que envolve outros agentes. Apesar do alto número de fontes policiais e políticas nas matérias, a investigação é apresentada de modo crítico pelo veículo, que expõe os problemas das instituições públicas e aponta a demora na resolução do crime. Finalmente, com menor importância no agendamento do caso, o veículo traz enquadramentos sobre o legado de Marielle e a disputa política em torno do crime que, mais uma vez, retoma a influência do bolsonarismo em certos episódios do caso.

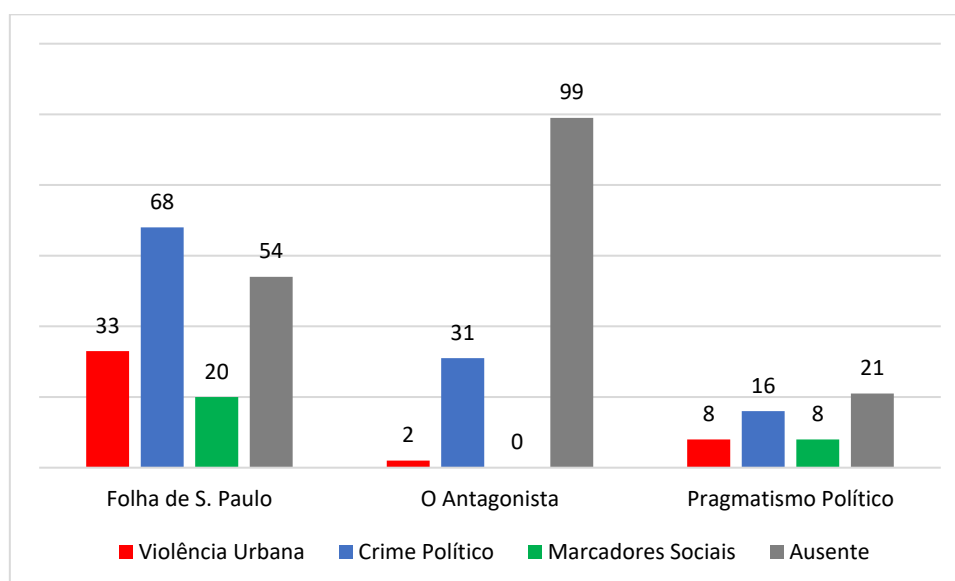
²²² Disponível em: <https://bit.ly/34Rx7hn>.

²²³ Disponível em: <https://bit.ly/3uVG8k6>.

4.2.2 Causas do problema

Nessa seção, analisamos se os veículos de mídia apresentam causas para o problema e de que forma essas causas são enquadradas. Para isso, utilizaremos os seguintes operadores: violência urbana, crime político, violência focada em marcadores sociais e ausência de causa. O gráfico a seguir (**Fig. 19**) mostra que, das 175 notícias analisadas na Folha de S. Paulo, a principal causa apresentada foi a hipótese de crime político (38,8%), seguido pelas matérias que trataram o caso na perspectiva da violência urbana (18,8%) e pelas matérias apresentaram sob o aspecto da violência focada nos marcadores sociais (11,4%). Do total, 30,8% não apresentaram causas para o acontecimento, representando textos que discutem outros episódios relacionados ao caso, mas que não são especificamente sobre a execução da vereadora.

O Antagonista, por sua vez, não apresenta motivos em 75,7% das notícias. A hipótese apresentada com maior destaque é a de crime político (24,2%), seguida da causa da violência urbana (0,7%). Não se constatou nas notícias deste portal alguma matéria que tratasse os marcadores sociais como causas possíveis para o assassinato. Por fim, das 53 matérias analisadas do Pragmatismo Político, 39,6% não apresentam causas para o problema; 30,1% focalizam a hipótese de crime político; 15,1%, da violência urbana; e 15,1% discutem na perspectiva dos marcadores sociais. O elemento que explica a ausência é que parte considerável das notícias retratam o caso na perspectiva dos ataques e *fake news*, um aspecto do caso que não tem relação direta com a execução em si (**Fig. 19**).

Figura 19: Causas do problema nos enquadramentos do caso Marielle nos portais

Fonte: Autoria própria

De modo geral, os enquadramentos em torno da causa do assassinato são construídos cronologicamente na Folha de S. Paulo, revelando a influência das fontes policiais e políticas no agendamento. As matérias inicialmente situam o caso como um crime que ocorre em um estado violento, sem se arriscar a atribuir o crime a um campo específico. Esse motivo para o crime é reforçado na fala da própria polícia e de alguns políticos. As únicas exceções de matérias desse período são referentes às *fake news* e polêmicas envolvendo Marielle, que associavam a sua execução à ação de criminosos ou apresentavam o argumento de ser apenas mais um “crime comum”:

O ministro da Justiça, Torquato Jardim, disse que o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) no Rio de Janeiro não terá impacto na intervenção federal em curso no Estado. **O ministro classificou o crime como "inominável tragédia" e disse que prefere não arriscar nenhuma hipótese para o crime** (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifo nosso)²²⁴.

Por causa da dinâmica usada pelos criminosos na morte de Marielle, a principal hipótese dos investigadores é de crime premeditado. **Desde o mês passado, a Segurança Pública do Rio está sob o comando do Exército** (FOLHA DE S. PAULO, 17 mar. 2018, grifo nosso)²²⁵.

No dia 16 de março, dois dias após a morte da política e ativista a tiros, [Alberto] Fraga publicou no Twitter: ‘Conheçam o novo mito da esquerda, Marielle Franco. Engravidou aos 16 anos, **ex-esposa do Marcinho VP, usuária de maconha, defensora de facção rival e**

²²⁴ Disponível em: <https://bit.ly/2T3Tmhy>.

²²⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3cjlKTm>.

eleita pelo Comando Vermelho, exonerou recentemente 6 funcionários, mas quem a matou, foi a PM.’ (FOLHA DE S. PAULO, 3 abr. 2018, grifo nosso)²²⁶.

O presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM) disse que a vereadora do Rio de Janeiro, morta em 14 de março do ano passado, teve a "felicidade" de ser um nome nacional e que **deveria haver força-tarefa para todas as mulheres, ‘independentemente do nome’** (FOLHA DE S. PAULO, 12 mar. 2019, grifo nosso)²²⁷.

Desde o início da cobertura, porém, há um número de notícias em que se apontaram as motivações políticas para o assassinato. Fontes do campo político e jurídico indicaram que a execução de Marielle foi um atentado contra a democracia. Pouco tempo depois, o enquadramento predominante passa a ser o de crime político. A Folha de S. Paulo, no entanto, só passa a adotá-lo quando as fontes institucionais começaram a divulgar essa hipótese como provável causa do crime, fazendo relação com a atuação das milícias do Rio de Janeiro. Esse enquadramento perdura até o fim do período analisado.

O chefe da Polícia Civil, Rivaldo Barbosa, admitiu que o crime pode ter sido uma execução. **‘Estamos diante de um caso extremamente grave** que atenta contra a dignidade da pessoa humana, **que atenta contra a democracia’**, acrescentou (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifos nossos)²²⁸.

O presidente da OAB-RJ (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz, disse na tarde desta quinta (15) que uma **reação ‘dos setores corruptos’ da segurança pública pode ser uma das hipóteses da morte da vereadora Marielle Franco** (PSOL). [...] ‘Por que não não aceitar que os setores prejudicados com as mudanças, os corruptos, estão reagindo e **tentando colocar o Estado brasileiro em xeque?**’ (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifos nossos)²²⁹.

Desde o início, a principal linha de investigação é a de motivação política. Diferentes vereadores prestaram depoimento como testemunha —entre eles, um indiciado na CPI das Milícias, concluída em 2008, na qual Marielle atuou (FOLHA DE S. PAULO, 8 mai. 2018, grifo nosso)²³⁰.

O motivo seria o suposto envolvimento de Marielle em projetos de regularização fundiária na zona oeste, o que contrariaria interesses da milícia local. Integrantes do PSOL no Rio negaram que Marielle estivesse envolvida em projetos do tipo na região (FOLHA DE S. PAULO, 10 ago. 2018, grifo nosso)²³¹.

²²⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3fXIKLk>.

²²⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3zeLydx>.

²²⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3uXiqDU>.

²²⁹ Disponível em <https://bit.ly/2Rsrvan>.

²³⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3vWN69T>.

²³¹ Disponível em: <https://bit.ly/3vVGMiZ>.

Apesar das menções, percebe-se nesse enquadramento que a atuação política de Marielle fica em segundo plano. A ênfase aqui acaba sendo a atuação das milícias e dos políticos envolvidos com organizações criminosas. O *framing* predominante se desloca das pautas defendidas por Marielle para os interesses das milícias e de outros políticos.

Um número menor de matérias se dedica a relacionar o assassinato de Marielle a um contexto de violência contra mulheres negras. Na cobertura do jornal, agentes de movimentos sociais, artistas e políticos de esquerda são responsáveis por trazer essa discussão à tona.

Para [Antonia] Urrejola, o assassinato de Marielle e Gomes tem características de execução sumária. **‘Marielle era uma mulher, era negra. Veio da comunidade da Maré.** Por isso, em seu comunicado, a comissão insta o Estado para que as linhas de investigação analisem como hipóteses que **este crime tenha como motivação sua atividade como mulher, afrodescendente, vereadora e defensora dos direitos humanos.**’ (FOLHA DE S. PAULO, 19 mar. 2018, grifo nosso)²³².

Sem atrasos, o rapper da zona leste de São Paulo Rincon Sapiência subiu ao palco Budweiser com um público nitidamente maior do que o dos shows anteriores. O céu estava encoberto por nuvens, para a alegria do público [...]"**Nunca é demais repetir: Marielle, presente. Estamos em um país que tem um alto índice de genocídio de pretos e pretas e isso acontece geralmente nas periferias.** É um índice de que as coisas precisam mudar", disse ele. Atrás, um desenho da vereadora era projetado no telão (FOLHA DE S. PAULO, 23 mar. 2018, grifo nosso)²³³.

O candidato do PSOL [Guilherme Boulos] ressaltou que o assassinato de Marielle completará seis meses sem que os culpados tenham sido identificados. ‘Evidente que o atentado a Marielle é de uma gravidade sem paralelo. **Foi assassinada num crime premeditado, pelo que representou politicamente: uma mulher negra que veio da favela.**’ (FOLHA DE S. PAULO, 11 set. 2018, grifo nosso)²³⁴.

Nesses trechos, percebe-se o entrelaçamento das noções de raça, classe e gênero para entender as causas do assassinato de Marielle. Essas discussões, em sua maioria, não são replicadas pelos agentes do Estado. Dessa forma, a análise da amostra revela que a Folha de S. Paulo, como um veículo da grande imprensa, reforça os enquadramentos institucionais, colaborando para que os debates de perspectiva interseccional permaneçam à margem do agendamento.

²³² Disponível em: <https://bit.ly/3fUSl4r>.

²³³ Disponível em: <https://bit.ly/3z0UTFH>.

²³⁴ Disponível em: <https://bit.ly/34Sy4Gg>.

Como discutido anteriormente, as matérias d'O Antagonista são conteúdos replicados de outros portais, altamente fragmentados e descontextualizados. Apesar do agendamento do veículo privilegiar enquadramentos relacionados ao inquérito policial, os textos, em sua maioria, retratam aspectos pontuais da investigação. Sendo assim, enfatizamos as matérias em que as causas aparecem efetivamente.

A cronologia da evolução dos enquadramentos visto no agendamento do caso na Folha não se repete neste portal. A única matéria que relacionam a violência urbana com o assassinato manifesta a opinião isolada de um agente que foi ligado à polícia militar:

Marielle Franco pode ter sido executada por traficantes, segundo Rodrigo Pimentel, o Capitão Nascimento. Depois de lembrar que o Complexo da Maré é dividido entre Amigos dos Amigos, Comando Vermelho e Terceiro Comando, ele disse para o Valor: “Não descarto que ela tenha sido morta por traficantes. Num lugar assim, qualquer militante de direitos humanos vai ficar inimigo de alguém” (O ANTAGONISTA, 19 mar. 2018, grifo nosso)²³⁵.

De forma semelhante à Folha, O Antagonsita reproduz o enquadramento institucional que confere à ação de milícias locais e de políticos envolvidos com organizações criminosas. Nota-se, porém, que nenhuma notícia do portal relaciona isso com a atuação política da vereadora morta, ao contrário dos demais portais.

Raul Jungamnn disse à CBN que a Polícia Civil do Rio vê a atuação de milicianos como a principal hipótese para a execução da vereadora do PSOL Marielle Franco e do motorista dela, Anderson Gomes. [...] O ministro afirmou que a vereadora fazia a ponte entre o atual chefe da Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa, e o deputado Marcelo Freixo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio (O ANTAGONISTA, 16 abr. 2018, grifo nosso)²³⁶.

Entrevistado por Mônica Waldvogel, o ministro Raul Jungmann disse que o assassinato de Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes teve o envolvimento de agentes do Estado. **Os agentes do Estado seriam policiais e políticos — que estariam dificultando as investigações** (O ANTAGONISTA, 8 ago. 2018, grifo nosso)²³⁷.

Como visto no trecho acima, Marielle é retratada apenas como a vítima de um crime político. Este enquadramento que centraliza outros agentes e omite completamente a ação política da vereadora reflete o silenciamento promovido pelo portal de pautas

²³⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3ppWjou>.

²³⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3uXvmcU>.

²³⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3gjkf9g>.

associadas comumente à esquerda, contribuindo para uma cobertura unilateral do fenômeno.

O portal não promove enquadramentos que refletem discussões sobre causas centradas nos marcadores sociais, não aparecendo nem de forma pontual. Tendo em vista que essas temáticas surgem a partir de discussões dos movimentos sociais, no geral, a ausência de matérias não surpreende.

De forma semelhante à Folha de S. Paulo, no portal Pragmatismo Político há uma concentração de notícias com o enquadramento que atribui a violência urbana como causa na primeira semana de agendamento do caso. Também se veem a reprodução dos comentários dos agentes envolvidos com *fake news* que conferiram a faceta de “crime comum” ao assassinato.

A Polícia Civil está investigando o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL). O crime aconteceu na noite desta quarta-feira (14) no centro do Rio de Janeiro. A investigação conta com o apoio de testemunhas para tentar elucidar o que aconteceu. **Uma das hipóteses do crime, segundo a polícia, é execução, já que a parlamentar levou quatro tiros na cabeça** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mar. 2018, grifo nosso)²³⁸.

‘A questão é que a tal Marielle não era apenas uma ‘lutadora’; **ela estava engajada com bandidos!** Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores’, escreveu a magistrada, que **insinuou que a morte da vereadora foi consequência de cobrança de ‘dívidas’** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 17 mar. 2018, grifo nosso)²³⁹.

O enquadramento que destaca a hipótese de crime político emerge nas notícias sobre os avanços do inquérito policial e se mostra prevalente até o fim do período analisado.

Na quarta-feira, em entrevista ao canal por assinatura GloboNews, o secretário de Segurança geral, Richard Nunes, disse que as investigações caminham, inegavelmente, para **um assassinato com motivações políticas** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 3 abr. 2018, grifo nosso)²⁴⁰.

A principal hipótese levantada pela Polícia Civil é de que **o assassinato teve motivações políticas e foi encomendado por milicianos. Marielle trabalhou, em 2008, na CPI das milícias ao lado do seu companheiro do PSOL e deputado estadual Marcelo Freixo**. Por não sofrer ameaças, ao contrário de Freixo, a vereadora não contava

²³⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3uWuoh6>.

²³⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3vXNftH>.

²⁴⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3vZEFU>.

com um esquema de segurança pessoal e era um alvo fácil (PRAGMATISMO POLÍTICO, 9 mai. 2018, grifo nosso)²⁴¹.

A vereadora **Marielle Franco (PSOL) foi morta porque milicianos acreditaram que ela poderia atrapalhar os negócios ligados à grilagem de terras** na zona oeste do Rio de Janeiro. O crime estava sendo planejado desde 2017 (PRAGMATISMO POLÍTICO, 14 dez. 2018, grifo nosso)²⁴².

Nos trechos acima, vemos que o portal aponta a atuação política de Marielle Franco como um dos motivos para a sua execução. Nesse sentido, o portal se distancia dos outros veículos aqui analisados por centralizar este enquadramento em torno da própria vereadora, vista aqui não apenas como vítima. Isso ganha nova dimensão nas matérias que apontam os aspectos interseccionais nas causas para o crime.

Marcelo Freixo disse que a morte de Marielle, que defendia o direito de minorias, “não é aceitável em lugar nenhum do mundo”. **“O caso da Marielle é de um atentado à democracia. [...] Quem matou a Marielle matou a possibilidade de uma mulher negra, que nasceu na favela da Maré, que era feminista, de estar na política.** E isso não é aceitável em lugar nenhum do mundo”, sustentou (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mar. 2018, grifo nosso)²⁴³.

Elza Soares: ‘Das poucas vezes que me falta a voz. Chocada. Horrorizada. Toda morte me mata um pouco. Dessa forma me mata mais. **Mulher, negra, lésbica, ativista, defensora dos direitos humanos. Marielle Franco, sua voz ecoará em nós.** Gritemos’ (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mar. 2018, grifo nosso)²⁴⁴.

As falas retratadas acima destacam a importância de entender a execução política de Marielle é um ataque simbólico aos grupos por ela representados. Dar espaço a atores que relembrem esses aspectos significa ampliar a discussão acerca do crime contra a vereadora e indicar que os crimes políticos contra mulheres precisam ser vistos sob essas clivagens a fim de entendê-los como parte de um fenômeno, e não como eventos isolados.

De modo geral, constatou-se nos três portais um grande número de matérias com ausência de causas. Isso pode ser explicado pelo número de notícias que discutem outros aspectos do caso, como homenagens ou ataques à Marielle. No caso d’O Antagonista, o estilo adotado pelo portal em seus textos contribui para isso. De todo modo, apenas neste portal o número de matérias sem causa supera o número total que manifestam algum motivo para o crime.

²⁴¹ Disponível em: <https://bit.ly/34Ut2Ja>.

²⁴² Disponível em: <https://bit.ly/3imNKt6>.

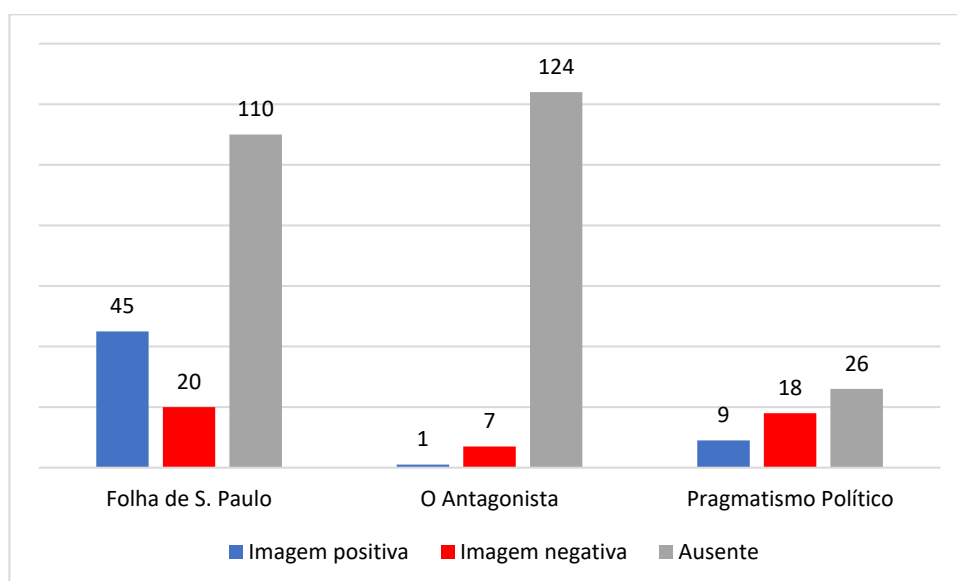
²⁴³ Disponível em: <https://bit.ly/34OZCMK>.

²⁴⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3wa9DjL>.

Assim sendo, a análise dessa categoria demonstra uma diferença dos enquadramentos adotados pelos portais. Enquanto a Folha de S. Paulo utiliza o *framing* predominante de crime político, colocando a atuação de Marielle em segundo plano e dando ênfase aos assassinos, O Antagonista, por sua vez, centraliza completamente a discussão em torno dos executores, relevando totalmente o trabalho da vereadora. O Pragmatismo Político, de forma oposta, realiza uma cobertura que privilegia enquadramentos centrados na vereadora, não vista apenas como vítima de um evento isolado, mas de um contexto político de violências contra minorias identitárias.

4.2.3 Julgamento moral

Este tópico discorre sobre os enquadramentos que expressam algum tipo de julgamento moral sobre a vereadora assassinada. Para isso, analisamos as matérias jornalísticas sob três clivagens: imagem positiva, imagem negativa e ausência de juízo moral. Nas 175 notícias analisadas da Folha de S. Paulo, Marielle é enquadrada positivamente em 25,7%; em 11,4%, negativamente; e em 62,8% matérias se constatou a ausência do julgamento moral. No portal O Antagonista, os números indicam que das 132 notícias analisadas, apenas 0,7% das notícias manifestam juízo moral positivo em relação à vereadora; 5,3%, juízo moral negativo; e 93,9% não apresentam julgamento moral. No Pragmatismo Político, a maior parte das notícias não apresenta julgamento moral sobre a vereadora (49,1%). O juízo moral negativo está presente em 33,9% e o positivo, em 15% das matérias (**Fig. 20**).

Figura 20: Julgamento moral nos enquadramentos do caso Marielle nos portais

Fonte: Autoria própria

Na Folha de S. Paulo, as matérias de juízo positivo, primeiramente, se concentram na apresentação de uma vereadora atuante diante das injustiças policiais.

‘PMs atiram contra carro e matam estudante’. ‘Justiça torna réus dois PMs pela morte da menina Maria Eduarda’. Todos esses casos estão na conta do 41º Batalhão da Polícia Militar, o qual **a vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), assassinada a tiros na noite de quarta (14) no centro do Rio, vinha fazendo críticas públicas na última semana** (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifo nosso)²⁴⁵.

À medida que manifestações e homenagens vão sendo realizadas, protagonizados por artistas, políticos de esquerda e agentes dos movimentos sociais, percebe-se uma mudança no enquadramento. O luto coletivo passa a transformar Marielle num símbolo de luta política. O juízo positivo, então, está associado majoritariamente com as pautas defendidas pela vereadora.

Nesta terça (20), **a atriz Viola Davis publicou uma mensagem de solidariedade. "Eu acabei de ler sobre essa mulher corajosa, Marielle Franco, que lutou pelo direito dos pobres nas favelas. Eu estou lutando com vocês Brasil. Viva Marielle e Anderson!", escreveu ela** (FOLHA DE S. PAULO, 20 mar. 2018, grifo nosso)²⁴⁶

Os mais de 40 mil votos foram uma surpresa para Mônica Francisco, cuja candidatura representava um anseio pessoal de Marielle. [...] **E se Marielle estivesse viva para comemorar? ‘Seria espetacular.**

²⁴⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3vZtL83>.

²⁴⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3v1I2zv>.

Imagino sua fala no plenário. Falando 'uma sobe e puxa a outra', 'ubuntu', falando de Angela Davis. Faria uma linda fala.' (FOLHA DE S. PAULO, 9 out. 2018, grifo nosso)²⁴⁷.

[...] o tom do protesto foi de oposição ao presidente e à reforma da previdência. A viúva de Marielle, Mônica Benício, tirou fotos com fãs e marchou junto ao grupo com um megafone aos gritos de **“Por Marielle quero justiça, eu não aceito um presidente da milícia”** (FOLHA DE S. PAULO, 8 mar. 2019, grifo nosso)²⁴⁸.

A atuação política e o fato dela ser um símbolo de resistência para certos grupos, ironicamente, também são aspectos centrais nos ataques à vereadora. O juízo negativo, cujo enquadramento está associado na Folha a alguns atores específicos, se manifesta através de ataques e calúnias póstumas.

‘Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas **temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim.** Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro’ (FOLHA DE S. PAULO, 16 mar. 2018, grifo nosso)²⁴⁹.

Amorim quebrou, involutariamente segundo ele, uma réplica não-oficial de placa de indicação de rua no Rio de Janeiro com o nome de ‘rua Marielle Franco’. **‘Foi uma ação em represália aos grupos de esquerda que colocaram à revelia da lei uma placa** nos moldes das indicativas de rua e colaram arbitrariamente, abusivamente, ilegalmente por cima da placa da Praça Floriano’, disse ele (FOLHA DE S. PAULO, 8 out. 2018, grifo nosso)²⁵⁰.

No primeiro trecho, vê-se que a desembargadora Marília Castro Neves relaciona o posicionamento político de Marielle a seu assassinato. Em seguida, vê-se que o deputado Rodrigo Amorim corrobora essa visão, afirmando que “grupos de esquerda” estariam abusando da lei. Ambos os casos revelam como a polarização política estava presente durante o agendamento do assassinato e como o assassinato de uma agente pública acabou se tornando um caso de disputa entre grupos políticos opostos.

A maior parte das notícias da Folha indica, no entanto, que há uma ausência de juízo moral nos enquadramentos do caso Marielle Franco. Isso pode ser explicado pelo fato de serem notícias informativas, isto é, que se comprometem a apresentar os fatos de maneira objetiva. Nesse sentido, o portal tradicional normalmente reserva aspectos

²⁴⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3z7UjpF>.

²⁴⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3x1n05y>.

²⁴⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3cou0Sd>.

²⁵⁰ Disponível em: <https://bit.ly/2Se2xMe>.

ligados à opinião, como o julgamento moral, para colunistas do veículo ou no próprio editorial.

A única matéria de O Antagonista que enquadra a vereadora de forma positiva reflete a opinião de Rodrigo Pimentel, ex-policial militar, que conhecia Marielle pessoalmente:

Na opinião dele, porém, se o objetivo dos assassinos fosse causar um grande impacto contra a intervenção federal, o alvo não teria sido a vereadora: ‘Seria Freixo, Jean Wyllys, Chico Alencar, Ignacio Cano, Luiz Eduardo Soares. **Conheci a Marielle há cinco meses. Era doce, agradável, simples. Mas não era uma pessoa emblemática.** Nunca vi um policial reclamar dela. O que ela denunciava não fazia marola. Não era famosa, pouca gente conhecia’ (O ANTAGONISTA, 19 mar. 2018, grifo nosso)²⁵¹.

No trecho destacado acima, percebe-se que a intenção é retratar Marielle do ponto de vista pessoal. As qualidades positivas não estão relacionadas à sua atuação enquanto vereadora ou às pautas defendidas por ela. Esses aspectos, porém, são retratados nos enquadramentos de cunho negativo. O caso da desembargadora Marília Castro Neves também surge aqui, assim como o episódio em que ela possivelmente foi chamada de “piranha de Freixo”²⁵². Apesar disso, a maior parte das notícias com julgamento moral negativo parecem refletir o posicionamento político do veículo.

Cerca de 200 famílias do MTST, de Guilherme Boulos, invadiram o prédio do antigo Hotel Nassau, no centro de Recife. O movimento reivindica que a Prefeitura use o local para habitação social. A invasão está sendo chamada de ‘ocupação Marielle Franco’ (O ANTAGONISTA, 20 mar. 2018, grifo nosso)²⁵³.

Dos cinco projetos de Marielle Franco aprovados em primeira discussão pelos vereadores do Rio de Janeiro, diz o UOL, “dois deles devem sofrer resistência por parte de opositores”. **É preciso urgentemente prender os assassinos de Marielle Franco. Mas ninguém é obrigado a votar a favor de suas propostas** (O ANTAGONISTA, 15 mai. 2018, grifo nosso)²⁵⁴.

Enquanto Jean Wyllys escapa do Brasil, a viúva de Marielle Franco desfila na Mangueira. [...] “O carnaval é esse momento de euforia que as pessoas mascaram os problemas e o meu propósito na avenida não é estar celebrando nada, embora esteja muito honrada com o convite da Mangueira, mas, para mim, é um momento de estar reforçando a ideia da preservação da memória de Marielle.” **O presidente da Mangueira**

²⁵¹ Disponível em: <https://bit.ly/3wWiy84>.

²⁵² Cf. seção 4.1.1 deste trabalho.

²⁵³ Disponível em: <https://bit.ly/3x2BLW0>.

²⁵⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3z8Y91y>.

foi preso na mesma operação que encarcerou Flávio Bolsonaro (O ANTAGONISTA, 25 jan. 2019, grifo nosso)²⁵⁵.

Nos trechos supracitados, percebe-se uma tentativa de vincular Marielle e sua trajetória a figuras políticas da esquerda e movimentos sociais, vistos nas matérias de forma negativa. No primeiro trecho, vemos um ataque ao Movimento dos Trabalhadores Sem Tetos, aqui vinculados a Guilherme Boulos, então candidato à presidência pelo PSOL. Percebe-se uma visão negativa da ocupação, intitulada informalmente sob o nome da vereadora. No segundo trecho, o ataque é diretamente relacionado à Marielle e suas propostas, sugerindo que elas estariam sendo aprovadas devido ao seu assassinato.

O último trecho, porém, é o que manifesta julgamento moral negativo que afeta até mesmo a companheira de Marielle, Mônica Benício. Percebe-se um componente sexista e lgbtfóbico na fala “enquanto Jean Wyllys a viúva de Marielle Franco desfila na Mangueira”, apelando para a imagem de que uma mulher em luto não deveria estar num ambiente de celebração como o carnaval. Curiosamente, a operação apenas “encarcerou” Flávio Bolsonaro. Enquanto o homem gay da esquerda é retratado como um fujão e a mulher lésbica em luto está “desfilando na Mangueira”, o homem cishetero de direita é representado como “alguém que se encarcerou”.

A maior parte das notícias, porém, não apresenta enquadramentos que refletem julgamento moral acerca da vereadora. Em nossa opinião, por se tratarem de notas informativas com alto grau de fragmentação narrativa, dificilmente seria visto esse operador analítico em grande parte das matérias.

No Pragmatismo Político, o enquadramento com imagem positiva de Marielle está presente nas matérias datadas da primeira semana do agendamento no portal (15 a 22 de março de 2018). Referem-se a textos que apresentam a vereadora e homenagens de diversos agentes.

A seguir, confira algumas das manifestações públicas sobre o assassinato da parlamentar. [...] Gregório Duvivier: ‘Tiraram a vida de Marielle Franco. Assassinararam uma guerreira. **Por ser negra, por ser mulher e por ser guerreira. Marielle dedicou sua vida à luta contra a injustiça e a barbárie.** Isso não pode ficar assim. Não podemos nos calar!’[...] Guilherme Boulos. ‘Lutaremos por justiça até o fim. **Marielle, honraremos sua caminhada!**’ (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mar. 2018, grifos nossos)²⁵⁶.

²⁵⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3mGOWKf>.

²⁵⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3wa9DjL>.

Em seu último ato antes de ser assassinada, a vereadora Marielle Franco (Psol), do Rio, participou de um evento na Casa das Pretas, espaço de militância feminina negra, na região central da capital fluminense. **Mediadora do debate, Marielle pregou a necessidade de resistência, articulação dos movimentos sociais e luta permanente pela conquista e reconhecimento de direitos das mulheres negras, faveladas e periféricas** (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2019, grifo nosso)²⁵⁷.

O enquadramento enfatiza Marielle como uma figura política associada a pautas identitárias, cujo assassinato simboliza um ataque à democracia. A visão positiva da vereadora, portanto, está diretamente relacionada à sua atuação. Curiosamente, porém, o veículo traz mais matérias que refletem um *framing* negativo de Marielle Franco. Isso acontece porque o portal dá grande ênfase aos acontecimentos polêmicos protagonizados por indivíduos e grupos ligados à direita.

O delegado Jorge Ferreira de Souza foi multado e suspenso de suas atribuições por publicar um post ofensivo à vereadora Marielle Franco e que continha informações falsas. A punição ao delegado foi imposta pela Secretaria de Defesa Social (SDS) de Pernambuco. **No texto, o delegado afirmou que Marielle era ‘mulher de bandido’ e a acusou de pertencer a uma ‘facção criminosa’** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 9 jan. 2019, grifo nosso)²⁵⁸.

Algumas coisas dão tanta popularidade que não valem a pena, mas, nesse caso (o assassinato de Marielle) valeu a pena sim, e foda-se. E, **bem, viva a morte de Marielle. Que bom que ela morreu, que ela não está viva, e isso é algo muito bom.** Bye, bye, pessoas, por esse vídeo, e feliz dia da morte da miserável”, conclui a pré-adolescente (PRAGMATISMO POLÍTICO, 19 mar. 2019, grifo nosso)²⁵⁹.

A imagem negativa surge nos textos do Pragmatismo Político, então, na fala de alguns agentes. Essa imagem não é compactuada pelo veículo, que sempre ressalta a atuação política de Marielle em seus textos e vai em defesa à vereadora. Além disso, o portal também traz algumas matérias desmentindo algumas *fake news* desse período.

Com propósito desconhecido mas preenchidos por ódio, grupos de extrema-direita se apressaram para difamar Marielle Franco nos dias que sucederam seu assassinato no Rio de Janeiro. [...] 1. Imagem de mulher no colo de homem é espalhada como se nela estivessem Marielle e o traficante Marcinho VP. **A VERDADE: A foto espalhada também não é verdadeira. Ela foi retirada de um fotolog** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 19 mar. 2019, grifo nosso)²⁶⁰.

²⁵⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2TNu8Es>.

²⁵⁸ Disponível em: <https://bit.ly/34R91U3>.

²⁵⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2Ru3lwb>.

²⁶⁰ Disponível em: <https://bit.ly/2WDhmKv>.

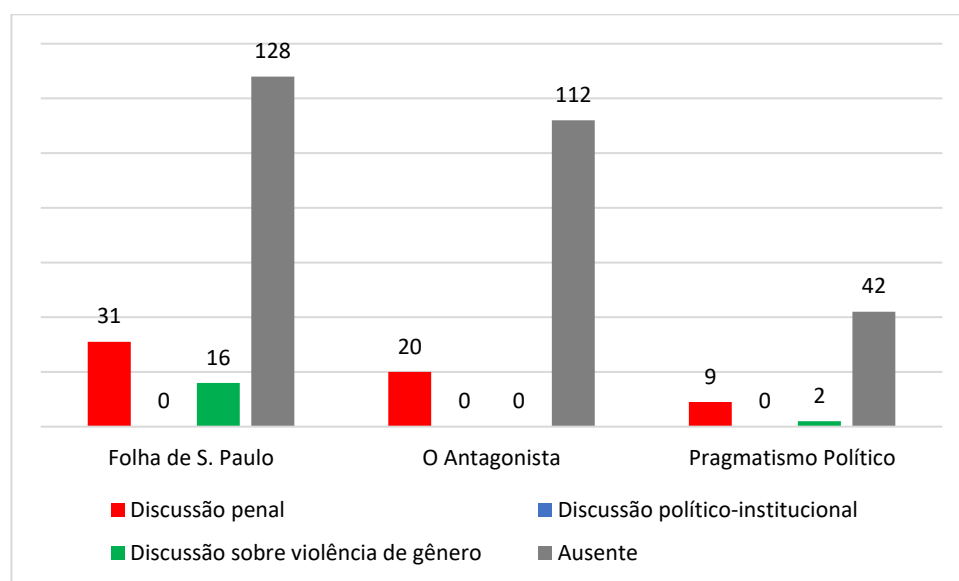
De forma semelhante aos demais portais, no entanto, a maior parte das notícias do Pragmatismo Político reflete a ausência de julgamento moral sobre a vereadora. Igualmente, por se tratar de notícias informativas, com um grande número delas se concentrando em aspectos da investigação, é compreensível que esse operador não surja em grande parte das matérias. Além disso, a discussão sobre os papéis narrativos indica que os portais situam Marielle na condição de vítima. Portanto, a construção de Marielle como vítima é um ponto de partida “neutro” para o enquadramento dos portais.

Apesar disso, percebemos que as diferenças nos perfis editoriais contribuem para visões diferentes no que diz respeito aos enquadramentos produzidos em torno do julgamento moral. De modo geral, a Folha de S. Paulo dá ênfase a imagem de Marielle como símbolo de grupos minoritários, salientando sua atuação política. Isso também é compartilhado pelo Pragmatismo Político, embora seu foco esteja mais na defesa de Marielle diante dos ataques sofridos. Na contramão disso, O Antagonista produz enquadramentos que desqualificam a vereadora, associando-a com uma esquerda corrupta e criminosa.

4.2.4 Recomendação de tratamento

Finalmente, este tópico analisa se as notícias apresentam alguma recomendação de tratamento para a discussão pública do caso Marielle Franco. Para isso, a pesquisa utilizou os seguintes operadores analíticos: discussão penal, discussão político-institucional, discussão sobre violência de gênero e ausência de tratamento.

Na Folha de S. Paulo, vê-se a que a maior parte das notícias registra a ausência de recomendação de tratamento (73,1%). Em 17,1%, a recomendação é a discussão penal, enquanto a discussão sobre a violência de gênero aparece em 9,1%. Nenhuma matéria apresenta a discussão político-institucional. Isso também se repete n’O Antagonista. Os dados d’O Antagonista evidenciam que: das 123 matérias analisadas, 91,1% das matérias do portal não apresentam recomendação de tratamento; 16,2% discutem na perspectiva penal; 0,8% recomendam medidas político-institucionais para solução do crime; e nenhuma discute na perspectiva interseccional. Por fim, os dados do portal Pragmatismo Político revelam os seguintes números: 16,9% apresentam a discussão penal como recomendação de tratamento; 3,7% discutem na esfera da violência de gênero; e nenhuma discute o aspecto político-institucional. 79,2% das matérias do Pragmatismo não apresentam recomendação de tratamento (**Fig. 21**).

Figura 21: Recomendação de tratamento nos enquadramentos do caso Marielle nos portais

Fonte: Autoria própria

Na Folha, a discussão penal do caso Marielle centraliza principalmente na apreensão dos culpados e como eles devem ser responsabilizados na Justiça. No início do agendamento, esse enquadramento pode ser visto nas falas de atores de diversas esferas:

O escritório para Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) chamou de “profundamente chocante” o assassinato da vereadora Marielle Franco, [...] **‘Os maiores esforços devem ser feitos para identificar os responsáveis e levá-los perante os tribunais’**, informou a porta-voz Liz Throssell, em nota (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifo nosso)²⁶¹.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, rebateu na noite desta quinta-feira (15) a proposta da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, de federalizar a investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) [...] **Jungmann disse que os responsáveis pela morte da vereadora serão punidos. ‘Vamos apurar e punir os responsáveis’, afirmou o ministro** (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifo nosso)²⁶².

A gente fica com uma dor muito grande, mas com a certeza de que tudo que minha filha fez nunca vai ser em vão”, disse Marinete Silva, mãe de Marielle. **“Nós queremos que sejam punidos os culpados. O que fizeram com a minha filha foi uma covardia.”** (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifo nosso)²⁶³.

²⁶¹ Disponível em: <https://bit.ly/3gaxA3z>.

²⁶² Disponível em: <https://bit.ly/3z95nCU>.

²⁶³ Disponível em: <https://bit.ly/2Si1jiV>.

À medida que a investigação avança, no entanto, percebe-se que os textos da Folha não expressam recomendação de tratamento, limitando-se a uma cobertura dos fatos relacionados ao inquérito. Diante das discussões referentes à impunidade no país, o enquadramento do jornal enfatiza personagens que reforçam a crença no trabalho da polícia.

Também nesta terça, mais cedo, **o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) disse que o cerco contra os assassinos de Marielle estava se fechando.** Ele havia participado de reunião com o chefe da Divisão de Homicídios, Fábio Carsoso [...] **“O delegado afirmou que já tem informação suficiente para cruzar os dados e chegar aos assassinos”,** afirmou. “Não só sobre os executores como também em relação aos mandantes”, acrescentou (FOLHA DE S. PAULO, 8 mai. 2018, grifo nosso)²⁶⁴.

O secretário de Segurança Pública do Rio, general da ativa Richard Nunes, afirmou que a Polícia Civil já identificou alguns participantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), morta a tiros no centro do Rio em 14 de março [...] **O objetivo é levar o inquérito à Justiça com um conjunto de evidências que dificulte que os acusados escapem de uma condenação no tribunal do júri, explicou Nunes** (FOLHA DE S. PAULO, 6 jun. 2021, grifo nosso)²⁶⁵.

Após a prisão de Ronnie Lessa e Élcio Queiroz, a recomendação de tratamento passa a focar uma discussão penal em torno dos mandantes do crime. Nesse sentido, o crime só seria solucionado quando se soubesse efetivamente quem estava por trás do crime e os motivos pelo assassinato.

A bancada do PSOL na Câmara cobrou nesta terça-feira (12) que as investigações do assassinato de Marielle Franco (RJ) continuem. O partido comemorou a prisão de dois suspeitos de participarem da morte da vereadora, mas disse que **é importante saber o mandante do crime. ‘Não adianta para nós saber apenas quem apertou o gatilho’,** afirmou Talíria Petrone (RJ) a jornalistas na Câmara (FOLHA DE S. PAULO, 12 mar. 2019, grifo nosso)²⁶⁶.

Para a Anistia Internacional, Lessa e Queiroz ‘devem ser levados à Justiça para que, em um julgamento que respeite o devido processo, a eventual responsabilidade criminal seja determinada.’ [...] **‘As investigações devem continuar até que os autores e os mandantes do assassinato sejam levados à Justiça’, disse a Anistia em nota** (FOLHA DE S. PAULO, 12 mar. 2019, grifo nosso)²⁶⁷.

²⁶⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3vWN69T>.

²⁶⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3gc4y3z>.

²⁶⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2TGVzzz>.

²⁶⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2THMV3T>.

Paralelo a esse enquadramento, percebe-se outros que propõem discussões do caso na perspectiva dos marcadores sociais, especialmente aspectos relacionados a execução ser resultado de um Estado violento contra minorias. Esse discurso emerge principalmente de indivíduos ligados a movimentos sociais organizados:

‘Quantas de nós ainda teremos que morrer para entenderem que o racismo mata, destrói?’, disse na tribuna a estudante de filosofia da UnB Ana Luiza Guimarães, para um plenário cheio. ‘Nós estamos aqui por você, Marielle, para dizer que a nossa luta não acabou, que a resistência pode doer e dói, como dói resistir, mas vamos estar de pé lutando para que nenhum jovem negro padeça mais nas periferias do Brasil’, disse a estudante (FOLHA DE S. PAULO, 15 mar. 2018, grifo nosso)²⁶⁸.

‘Marielle representava a possibilidade de uma mulher negra, da favela, bissexual chegar em espaços de poder. Seu assassinato brutal foi uma tentativa de dizer que essa possibilidade não existe. É fundamental que anunciemos para o mundo que o Brasil produzirá novas Marielles. Que mulheres negras das periferias ocuparão espaços de poder e que esse caminho não tem volta’, justifica Pedro Abramovay, diretor da Open Society Foundations para a América Latina (FOLHA DE S. PAULO, 5 abr. 2018, grifo nosso)²⁶⁹.

Como se percebe nos trechos supracitados, essa discussão não ignora os aspectos punitivos e exige justiça em relação ao assassinato, mas acrescentam-se os componentes de raça, classe, gênero e sexualidade a fim de compreender as dinâmicas de poder que envolvem o crime. Como os dados coletados revelam, esse enquadramento é minoritário no jornal que, no geral, realiza uma cobertura informativa sem recomendações de tratamento.

Diante de um agendamento composto por notas curtas e com ênfase na atuação policial, não é surpreendente que as matérias d’O Antagonista manifestem a presença de um enquadramento que propõe soluções em torno dos aspectos punitivos:

O general Richard Nunes, que assumiu a Secretaria de Segurança do Rio depois da intervenção federal no estado, comentou na GloboNews investigações sobre o assassinato de Marielle Franco. [...] ‘Estamos no ritmo que tem que ser dado com seriedade e serenidade, **porque o que a gente precisa é chegar aos autores desse crime efetivamente levá-los a julgamento**’ (O ANTAGONISTA, 21 abr. 2018, grifo nosso)²⁷⁰.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, disse a O Globo que só depende dos ministérios públicos do Rio e Federal para a PF entrar no caso da morte de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

²⁶⁸ Disponível em: <https://bit.ly/2T4ow8m>.

²⁶⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3fT1XfJ>.

²⁷⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3z6QsZL>.

[...] **‘Friso que e inaceitável não punir duramente os que covardemente mataram Marielle.’** (O ANTAGONISTA, 12 ago. 2018, grifo nosso)²⁷¹.

A narrativa com alto grau de personalização deste portal acaba produzindo um enquadramento em que algumas fontes se sobressaem. Após a prisão dos dois suspeitos pela execução, percebe-se a mesma tendência apresentada na Folha do enquadramento focar nos mandantes do crime. A diferença é que o portal constrói esse *framing* exclusivamente a partir de falas de políticos de direita:

Sergio Moro, pelo Twitter do Ministério da Justiça, disse esperar que as prisões e buscas relativas ao assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, realizadas hoje, **‘sejam mais um passo para a elucidação completa deste grave crime e para que todos os responsáveis sejam levados à Justiça’** (O ANTAGONISTA, 12 mar. 2019, grifos nossos)²⁷².

Jair Bolsonaro disse hoje que espera que a investigação sobre Marielle Franco chegue aos mandantes do assassinato. ‘Espero que realmente a apuração tenha chegado de fato a quem foram os executores, se é que foram eles, e a quem mandou matar’ (O ANTAGONISTA, 12 mar. 2019, grifo nisso)²⁷³.

Além disso, O Antagonista não apresenta enquadramentos que discutam soluções nas perspectivas político-institucionais e com discussões que envolvam marcadores sociais. Isso revela que o portal e as fontes nele retratadas não consideram o assassinato de Marielle em uma perspectiva mais ampla, que considere o contexto de violências que as mulheres pobres e negras sofrem. De fato, poucas matérias se propõem a apresentar recomendações de tratamento, com a imensa maioria refletindo uma omissão desse operador.

De maneira similar à Folha, a recomendação de tratamento da discussão penal é enquadrada no Pragmatismo com uma confiança inicial nas instituições. Em seguida, aparecem algumas fontes para resgatar essa confiança, vide o cenário de impunidade visto no Brasil. Por fim, com a prisão dos dois acusados pelo crime, o foco se volta para os possíveis mandantes:

Na manhã desta quinta (15), o novo chefe da Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa, disse que a morte da vereadora Marielle atenta contra a democracia e reafirmou que a principal linha de investigação é execução. [...] **‘Quero agradecer ao deputado Marcelo Freixo por**

²⁷¹ Disponível em: <https://bit.ly/3psAtAW>.

²⁷² Disponível em: <https://bit.ly/3fX0oO7>.

²⁷³ Disponível em: <https://bit.ly/3uVfdon>.

ter vindo à chefia da Polícia Civil, é uma demonstração de apreço e respeito pela instituição. Vamos adotar todas as formas possíveis e impossíveis para dar resposta a este caso gravíssimo’, disse (PRAGMATISMO POLÍTICO, 15 mar. 2019, grifo nosso)²⁷⁴.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou hoje (8) que há uma “complexidade” em torno da morte da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e do motorista que estava com ela Anderson Pedro Gomes, pois “envolve agentes do Estado“. [...] **Apesar das dificuldades, Jungmann disse estar confiante que os responsáveis pela morte de Marielle serão punidos** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 9 ago. 2018, grifo nosso)²⁷⁵.

‘Tem mandante [a morte de Marielle] — e tem mandante poderoso’, disse o deputado Marcelo Freixo ao discursar hoje na Câmara dos Deputados. O presidente Jair Bolsonaro (PSL) comentou a prisão do policial Ronnie Lessa e do ex-PM Élcio Vieira de Queiroz. **“Espero que realmente a apuração tenha chegado de fato a quem foram os executores, se é que foram eles, e a quem mandou matar”, disse o presidente** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 12 mar. 2019, grifos nossos)²⁷⁶.

As duas matérias que trazem a recomendação de tratamento centrada na discussão sobre a violência de gênero apresentam um enquadramento que considera o assassinato de Marielle como sintomático de um Estado que é omissivo em relação às violências contra minorias. As falas da então vereadora Sâmia Bomfim e da diretora-executiva da Anistia Internacional, Jurema Werneck, reflete esse pensamento:

A vereadora paulistana Sâmia Bomfim, do Psol, afirmou que nunca poderia imaginar ocupar o Masp, palco de tantas manifestações, porque **‘uma de nós foi tombada pelo Estado’. ‘A Marielle ousou percorrer um caminho que não foi construído para mulheres como ela. Tentam calar a voz das mulheres. Vão ter que calar milhões e não vão conseguir.’** (PRAGMATISMO POLÍTICO, 16 mar. 2018, grifo nosso)²⁷⁷

‘O assassinato de uma vereadora, defensora de direitos humanos, ativista dos movimentos LGBTI e das favelas, negra e lésbica tem, claramente, a intenção de silenciar sua voz [...] Desde que Marielle foi morta, as pessoas no Brasil e em todo o mundo, se mobilizaram e não descansarão até que a verdade seja conhecida e a justiça seja feita. Eles tentaram nos calar, mas nós mostramos que não estamos com medo’, conclui Jurema (PRAGMATISMO POLÍTICO, 13 abr. 2018, grifo nosso)²⁷⁸.

²⁷⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3fVaTRN>.

²⁷⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3wZdT5q>.

²⁷⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3ptZYSA>.

²⁷⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3clJp5N>.

²⁷⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3geAqEz>.

A punição dos culpados pelo crime está presente neste enquadramento, mas a ênfase está no entendimento do assassinato de Marielle como um crime político de Estado. Essa ideia deriva do pensamento interseccional, que entende as violências contra mulheres como crimes que acontecem graças a uma estrutura estatal. Essas discussões, entretanto, não são aprofundadas no portal, visto que a maior parte de suas matérias sequer apresentam recomendações de tratamento, mostrando assim a predominância de um enquadramento em que esse operador está ausente.

Em resumo, a análise da recomendação de tratamento evidencia que, no geral, há uma ausência desse operador nos três portais. Isso ocorre pela natureza do texto informativo, que preconiza uma objetividade dos jornalistas. Apesar disso, vê-se a presença de notícias com recomendações de tratamento, embora os enquadramentos apresentem como solução os aspectos punitivos. Dos três portais, entendemos que O Antagonista se diferencia dos demais, por não trazer nenhuma discussão sobre a violência de gênero nesse operador e privilegiarem políticos de direita como fontes. Com isso, conclui-se que o perfil editorial e o posicionamento político dos portais são fatores fundamentais para entendermos como os enquadramentos foram apresentados nas matérias jornalísticas dos portais.

CONCLUSÃO

Defendemos a importância de estudar o caso Marielle Franco como uma violência política de gênero. Marielle era uma mulher negra, bissexual e advinda da periferia. Analisar esses aspectos não diminui a atuação dela como vereadora e o impacto da sua execução política; pelo contrário, permite entender o seu assassinato como um fenômeno complexo em um contexto sociopolítico que impõe barreiras estruturais à presença de mulheres na política. Essas estruturas são tão violentas que recorrem à eliminação física como forma de garantir o impedimento de mulheres a esses espaços.

Como forma de entender o fenômeno de maneira empírica, a pesquisa analisou as matérias noticiosas referentes ao caso Marielle Franco em três sites no período de 14 de março de 2018 a 31 de março de 2019. Constituímos assim um *corpus* de 360 matérias, das quais 175 são da Folha de S. Paulo, 132 d'O Antagonista e 53 do Pragmatismo Político. O estudo identificou e discutiu as semelhanças e diferenças na construção dos enquadramentos do caso vistas nas notícias dos portais, baseando-se na literatura sobre o tema (ENTMAN, 1993; WOZNIAK et al, 2015). A análise foi dividida em duas grandes categorias: recursos narrativos e enquadramento midiático. Também propusemos uma discussão dessas categorias à luz do pensamento interseccional (CRENSHAW, 1989;1991), a fim de analisar o assassinato de Marielle sob clivagens de gênero, raça, classe e sexualidade.

A análise da narrativa revelou que, de modo geral, o grau de narratividade dos veículos é baixo, com pouca frequência de dramatização, emoção, personalização e ornamentação estilística nos textos. A única exceção é O Antagonista, que apresenta alto grau de personalização suas nas matérias, construídas a partir das fontes policiais e de políticos de direita. Outro aspecto desse portal que o diferencia dos demais é a estrutura do texto, composto por notas informativas muito curtas, cujo conteúdo consiste, muitas vezes, no reaproveitamento de matérias de outros portais, e não em apuração própria.

Em relação aos papéis narrativos, foi constatada que a atribuição de vítima a Marielle Franco foi preponderante nos três portais, enquanto os outros papéis narrativos foram utilizados de forma pontual nos textos. O papel de vítima é convergente na cobertura dos três portais, que preconizam esse tratamento: antes de vereadora e ativista, Marielle é vítima; sendo assim, é natural que seu caso figure nas páginas policiais.

No portal Pragmatismo Político, porém, percebemos que o papel de vilão foi utilizado em mais da metade de suas matérias, visto que o agendamento do caso no portal

ênfatisa os ataques à vereadora. Esse papel narrativo é fortemente atribuído a personagens ligados à direita. Em um contexto eleitoral de acentuada polarização afetiva (SOUSA, 2019; FUKS; MARQUES; 2020), o veículo salienta os aspectos negativos e contribui para o aprofundamento das diferenças entre grupos políticos opostos (IYENGAR et al, 2019).

O estudo do enquadramento midiático revelou similaridades na cobertura do caso Marielle nos três portais. De modo geral, os portais privilegiaram o enquadramento focado nas descobertas do inquérito policial, com forte presença de fontes desse campo e da esfera política. A causa predominante é a hipótese de crime político, estando relacionada majoritariamente com a posição ocupada pela parlamentar. O julgamento moral de Marielle nos textos é evitado, assim com a recomendação de tratamento.

Além disso, percebe-se que há ausência de investigação jornalística na cobertura midiática do caso Marielle Franco, visto que os jornalistas apenas reproduzem as descobertas do inquérito providenciadas pelas fontes policiais e políticas. A hipótese de crime político passa a figurar nas páginas no momento que as fontes institucionais validam esse enquadramento. Isso gera uma cobertura acrítica do trabalho policial, que por vezes naturaliza a demora na resolução do caso. A ausência de reportagens em profundidade sobre o caso também contribui para uma cobertura que não se preocupa em estabelecer discussões sobre o caso em outras perspectivas.

Apesar dessas semelhanças na cobertura, a análise identificou peculiaridades nos enquadramentos realizados pelos portais. Os perfis editoriais, então, são fundamentais para captar esses elementos que os diferenciam. Há pluralidade temática e de atores nas matérias da Folha de S. Paulo e, apesar da visão positiva do trabalho policial ser predominante, alguns textos ressaltam aspectos de impunidade e atrasos da investigação. A hipótese de crime político é predominante nas páginas deste veículo, enquanto o trabalho realizado por Marielle como vereadora, ainda que mencionado, está posto em segundo plano. Isso significa que há uma ausência de construção do perfil da vereadora nas notícias referentes ao inquérito policial, demonstrando um enquadramento de Marielle apenas como vítima de violência. Por fim, os textos da Folha não indicam grande presença dos dois últimos operadores – julgamento moral e recomendação de tratamento –, visto que as matérias do veículo seguem um modelo fortemente associado aos princípios de neutralidade e objetividade jornalísticas.

O Antagonista, por sua vez, replica matérias de outros portais de notícia, que constitui um grande processo de fragmentação da informação ofertada ao público. Isso

afeta de forma significativa os seus enquadramentos, centralizados na atuação de atores políticos e de fontes policiais em torno do inquérito. O caso Marielle, então, é visto majoritariamente sob esse prisma, com a ausência de fontes advindas de movimentos civis ou de familiares da vereadora. Esse processo gera uma lacuna nas discussões interseccionais, inexistentes no veículo. Além disso, o enquadramento de crime político difere dos outros portais por enfatizar os milicianos e outros possíveis algozes, ignorando a atuação política de Marielle. O portal evita realizar um julgamento moral da vereadora, relegando-a ao papel de vítima. De igual modo, não existe uma recomendação de tratamento sobre o caso.

No Pragmatismo Político, mais da metade das matérias da amostra discutem os ataques e calúnias sofridos pela vereadora assassinada. Com isso, a pesquisa indicou a presença de um enquadramento em que há a defesa da imagem pública de Marielle a partir de uma imagem negativa criada no discurso de alguns agentes. Também se identificou a presença de um enquadramento negativo do trabalho policial, ressaltando a demora na investigação e o possível envolvimento de agentes dessa esfera no crime. O enquadramento do assassinato como crime político ressalta a atuação política de Marielle, colocando-a como protagonista e sugerindo que isso tenha relação com a execução. Apesar disso, o baixo número de matérias do Pragmatismo em relação aos outros portais indica que o caso foi um evento secundário no agendamento político do veículo noticioso, que privilegiou outros eventos em um ano de intensa disputa eleitoral.

Sendo assim, percebe-se que a discussão em torno dos marcadores sociais ficam restritos aos movimentos sociais, aos familiares da vereadora e a alguns políticos associados à esquerda. O pressuposto é que esses temas – advindos dessas esferas, em especial, dos movimentos feministas negros - não são discussões possíveis a outros agentes, restringindo o debate público do assunto. Nesse sentido, os veículos informativos acabam naturalizando uma separação desses aspectos do assassinato de Marielle, não colocando em perspectiva que o histórico de atuação dela como vereadora está fortemente associado com esses elementos.

Apesar da ampla literatura sobre estudos que verificam a relação entre mídia e violência de gênero, ainda são poucos os estudos brasileiros que analisam os enquadramentos produzidos por veículos midiáticos em casos de violência política, como o ocorrido com Marielle Franco. Por fim, apontamos que os achados desta pesquisa intentam contribuir para a compreensão dos assassinatos de mulheres em uma perspectiva mais ampla, visto que analisamos de forma crítica o papel dos três veículos midiáticos na

cobertura do caso Marielle. A interseccionalidade, corrente teórica adotada para este trabalho, ajuda na compreensão do assassinato da vereadora como uma violência política de gênero. Sendo assim, apontamos que futuras pesquisas podem se ater aos aspectos da execução de Marielle Franco que manifestam características similares a outros assassinatos de mulheres, ocasionados pela necropolítica que atinge mulheres negras, pobres e LGBTQs de forma mais pungente. Por fim, destacamos que este crime se diferencia de outros assassinatos pela intensa centralidade da mídia e pela atuação de atores de diversos campos, especialmente da política, e isto também pode ser aprofundado em futuras análises.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALDÉ, A.; ESCOBAR, J.; CHAGAS, V. A febre dos blogs de política. **Revista FAMECOS**, v. 14, n. 33, p. 29-40, 14 abr. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3h3SUc4>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n.1, abr./mai. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3yLAqTG>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

AZEVEDO, F. A. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 270-290, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3yQi8Rb>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BANDA, K. K.; CLUVERIUS, J. Elite polarization, party extremity, and affective polarization. **Electoral Studies**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3tippbG>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BARREIRA, G. Mãe de policial assassinado relembra ajuda de Marielle Franco no caso: 'Foi imbatível'. **G1**, 17 mar. 2018. Disponível em: <<https://glo.bo/3tgC92a>>. Acesso em: 3 set. 2021.

BATESON, G. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: O discurso em mosaico. **Cadernos IPUB**, Rio de Janeiro, v. 2, 5. ed, p. 35-49, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/38E23Ui>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B (Org.). **Dossiê: Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3zOmB8m>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BENKLER, Y et al. Study: Breitbart-led right-wing media ecosystem altered broader media agenda. **Columbia Journalism Review**, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3jKFSCd>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BENTES, I. **Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BRAGA, L. P. **Questão de justiça: paridade participativa no enquadramento midiático do movimento feminista**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3telYCK>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CHAIA, V. L. M.; BRUGNAGO, F. A nova polarização política nas eleições de 2014: Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora**, v. 7, n. 21, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3n4ZTFu>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CALDEIRA, R. P. M. **Polarização nas eleições de 2018: Análise Discursiva dos Portais de Notícia Brasil 247 e O Antagonista**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3BDqT2W>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CANAVILHAS, J. **O novo ecossistema mediático**. BOCC: Biblioteca Online de Ciência da Comunicação, Covilhã, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3BN0pwb>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CANAVILHAS, J. **Webjornalismo: considerações gerais sobre o jornalismo na web**. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3yP6kyG>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CAMPOS, L. A. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, p. 377-406, dez. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/38GTR5x>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CARNEIRO, J. D. Mulher, negra, favelada, Marielle Franco foi de 'cria da Maré' a símbolo de novas lutas políticas no Rio. **BBC News Brasil**, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://bbc.in/3DOKdw8>>. Acesso em: 3 set. 2021.

CARNEIRO, S. “Sobrevivente, testemunha e porta-voz”. **CULT**, São Paulo, n. 223, p. 12-20, maio 2017. (Entrevista concedida à Bianca Santana)

CARLOS, E. N. **A mídia e as manifestações de junho de 2013: uma análise de produtos midiáticos**. 2015. Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2VfbqGM>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (org.). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política**. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). **Atlas da violência 2020**. Brasília: Ipea; FBSP, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3DOxfyA>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

CFEMEA. **Mulheres nas eleições de 2016: mais uma vez, marginalizadas**. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3na3Adj>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

CFEMEA. **Ainda naufragadas em um oceano de machos: Balanço das eleições municipais e desempenho das mulheres candidatas**. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3n1Oo1x>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

COLETIVO COMBAHEE RIVER (1977). Manifesto do Coletivo Combahee River. Tradução: Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. **Plural**, São Paulo, v.26.1, p.197-207. Disponível em: <<https://bit.ly/2WQFMAq>>. Acesso em: 6 mai. 2021.

COLON, L. Segundo turno confirma guinada à direita e conservadora. **Folha de S. Paulo**, 30 out. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3yQnpYZ>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CRENSHAW, K. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989. Disponível em: <<https://bit.ly/3n4bVPF>>. Acesso em: 6 mai. 2021.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: <<https://bit.ly/3n5s8nK>>. Acesso em: 8 mai. 2021.

CIOCCARI, D.; ROSSI, E. A queda: os últimos meses de Dilma Rousseff pelas páginas do jornal Folha de S. Paulo. **Revista Alterjor**, v. 14, n. 2, p. 168-187, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3jKJlAz>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, S.; STRAUBHAAR, J. Producing Antipetismo : Media activism and the rise of the radical, nationalist right in contemporary Brazil. **International Communication Gazette**, v. 82, n. 1, p. 82–100, 8 fev. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3BLu20W>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

DOURADO, T. M. **Fake News na eleição presidencial de 2018**. 2020. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3yLBIDC>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

ENTMAN, R. " Framing: toward clarification of a fractured paradigm ". **Journal of Communication**, vol. 43, nº 4, p. 51-58, 1993. Disponível em: <<https://bit.ly/3BNAhRP>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

FIDALGO, A.; CANAVILHAS, J. Todos os jornais no bolso: Pensando o jornalismo na era do celular. In: Carla Rodrigues (Org.). **Jornalismo On-Line: modos de fazer** (p. 96-146). Rio de Janeiro: PUC Rio, 2009.

FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, [S. l.], v. 12, n. 29, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2WUV5Id>>. Acesso em: 11 maio. 2021.

FONSECA, B. et al. A revoada dos passaralhos. **Agência Pública**, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3yFVV8w>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANCO, M. **UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração, Ciências Contábeis e Turismo). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3zQetE>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Afeto ou ideologia: medindo polarização política no Brasil? In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 12., 2020. **Anais do**

12º Encontro da ABCP. Disponível em: <<https://bit.ly/3BKrZKg>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

GARRETT, R. K.; LONG, J. A.; JEONG, M. S. From Partisan Media to Misperception: Affective Polarization as Mediator. **Journal of Communication**, v. 69, p. 490-512, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3h2nuTs>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

GITLIN, T. **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left.** Berkeley: University of California Press, 2003.

GUAZINA, L. Jornalismo que tem lado: o caso dos blogueiros brasileiros “progressistas”. **Brazilian Journalism Research**, v. 9, n. 2, p. 68-87, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3h3lN8v>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

FRANCO, M. Marielle Franco: fazendo diferente e fazendo diferença. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 out. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3h3PqX2>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

GOMES, W. A tragédia eleitoral do antipetismo. **Revista Cult**, 8 out. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2WO6ART>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012

HANGAI, L. A. A Framing Analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação. **Ação Midiática**, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/38GTgAP>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

IYENGAR, et al. The Origins and Consequences of Affective Polarization in the United States. *Annual Review of Political Science*, v. 22, p. 129-146. Disponível em: <<https://bit.ly/3h3ORg0>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

IYENGAR, S.; WESTWOOD, S. J. Fear and Loathing across Party Lines: New Evidence on Group Polarization. **American Journal of Political Science**, v. 59, n. 3, p. 690–707, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3n3sQle>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

JORNALISMO profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância. **Folha de S. Paulo**, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3n8gl7Y>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump.** Tradução: André Czarnobai, Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Estudos Feministas**, v.28, n.1, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3mZdSwG>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os Elementos do Jornalismo.** São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LEVENDUSKY, M. Partisan Media Exposure and Attitudes Toward the Opposition. **American Journal of Political Science**, v. 57, n. 3, p. 611–623, jul. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3teWDsn>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

LIEDTKE, P. F. **Governando com a mídia:** o agendamento mútuo entre o Estado e o mass media na política nacional. Compós UTP - 16.º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2007. Disponível em <<https://bit.ly/3texKgp>>. Acesso em 04 mai. 2013.

LIMA, D. C.; OLIVEIRA, T. S. **Marielle Presente!:** As redes sociais no marco de um ano da morte da vereadora carioca. VII Compolítica, 15-17 mai. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3DNKsHE>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

LIMA, V. A. Cenários de representação da política, CR-P. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e política:** conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

LORDE, A. **Textos escolhidos de Audre Lorde.** Difusão Herética: edições lesbofeministas independentes. Disponível em: <<https://bit.ly/2WQc0LB>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

LOUREIRO, G. To be Black, Queer and Radical: Centring the epistemology of Marielle Franco. **Open Cultural Studies**, v. 4, p. 50-58, mai. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3zONb14>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MAIA, R. C. M. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, p. 303-340, jul. /dez. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2WP0alu>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MAGALHÃES, E.; ALBUQUERQUE, A. Jornalistas sem jornal: a “blogosfera progressista” no Brasil. In: Encontro Anual da Compós, 23., Pará, 2014. **Anais do XXIII Encontro Anual da Compós.** Pará: Universidade Federal do Pará, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3jGAq37>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

MANDÚ, C.; MELITO, L. I Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas. **Outras Mídias**, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3zLV0Vz>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

FRANCO, M. **Roda de Conversa Mulheres Negras Movendo Estruturas**, 2018. 1 vídeo (1h 38 min). Publicado pelo canal Karina Cometti. Disponível em: <<https://bit.ly/3h4Gil8>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

MORTE de Marielle Franco mobiliza mais de 567 mil menções no Twitter, aponta levantamento da FGV DAPP. **FGV DAPP**, mar. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3zNzTCe>>. Acesso em: 3 set. 2021.

MOYA, T. S. **Ação afirmativa e raça no Brasil:** uma análise do enquadramento midiático do debate político contemporâneo sobre a redefinição simbólica da nação.

2009. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3yLjRaw>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MASON, L. Ideologies Without Issues: The Polarizing Consequences of Ideological Identities. **Public Opinion Quarterly**, v. 82, p. 866–887, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/38F7sun>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972. Disponível em: <<https://bit.ly/3yPe43I>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n.79, p. 87-201, jun. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3ttL54J>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/3zHCf5v>>. Acesso em: 5 ago 2020.

NAGY, A. R.; SOMAIN, R. Ensinaamentos das eleições municipais de 2016 no Brasil. **Confins**, n. 30, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3h3rseL>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

nascimento, tatiana. Quem nomeou essas mulheres “de cor”? Políticas feministas de tradução que mal dão conta das sujeitas negras traduzidas. **Translatio**, 13, p. 127-142, jun. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3zMPtho>>. Acesso em: 6 mai. 2021.

NOGUEIRA, I. Aliado de Bolsonaro quebra placa em homenagem a Marielle. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2VhFmSN>>. Acesso em: 1 mai. 2021.

PARANHOS, R. et al. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 42, p. 384-411, mai./ago. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2X0infH>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

PASTI, A.; GALLAS, L. A mídia antipetista: quem está por trás do portal “O Antagonista”? **Le Monde Diplomatique Brasil**, 26 out. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3jLkPPL>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

PINTO, V. F. F. **Entre práticas e narrativas: a avaliação no cotidiano da educação infantil**. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3n8Iko3>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PIRES, F. B. **Marielle Franco, um acontecimento antropofágico**: a comunicação de um corpo incômodo a cultura e política do Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3DNPST0>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

POSTMAN, N. The Reformed English Curriculum. IN: EURICH, A. C. (Org.). **High School 1980: The Shape of the Future in American Secondary Education**. Pitman Publishing Corporation, 1970.

PRADO, D.; SANEMATSU, M (Org.). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PRUDENCIO, K. et al. Muita cena e pouca comunicação política? A marcha das vadias nos portais de notícias e a questão do enquadramento. **Revista Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 13, n 1, pp. 89-102, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3DRWzU4>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIZZOTTO, C.; et al. Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 111-130, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3jMMqju>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

ROGERS, R. O fim do virtual: os métodos digitais. **Lumina**, v. 10, n. 3, 22 dez. 2016.

ROVAI, R. **Um novo ecossistema midiático: a história do jornalismo digital no Brasil**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SAIBA o que é polarização afetiva e como ela interfere na pandemia. Entrevistador: CBN Curitiba. Entrevistado: Emerson Urizzi Cervi. Curitiba: **CBN Curitiba**, 2021. **Entrevista**. Disponível em: <<https://cbncuritiba.com/saiba-o-que-e-polarizacao-afetiva-e-como-ela-interfere-na-pandemia/>>. Acesso em: 1 mai. 2021.

SAMPAIO, R. C. et al. Enquadramento noticioso e construção narrativa do impeachment de Dilma Rousseff nos jornais Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo. **Revista Debates**, v. 14, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3zLrgbm>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

SILVA, P. G.; PILAR, O. A segunda morte de Marielle e a segunda vida do acontecimento: o poder hermenêutico de um acontecimento necropolítico e interseccional no Brasil. **Eccom**, v. 12, n. 23, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/2YuyXVB>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

SILVA, V. J. **O escândalo do mensalão em revistas semanais: uma análise de enquadramento**. 2008. 140 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3kV8Yhv>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 **IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3zOhm8D>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SOUSA, M. M. S. **O que você sente sobre política?: A influência da percepção de ameaça sobre a polarização afetiva no eleitorado**. 2019. 56f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3yMviPo>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SOUZA, R. O feminicídio político de Marielle Franco. **El País**, 14 mar. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2WZmjgs>>. Acesso em: 8 set. 2021.

SPAGNUOLO, S. Ocorrência de "passaralhos" no Brasil alcança maior patamar desde 2012. **Volt Data Lab**, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3kYI600>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRUTH, S. (1851). **E não sou uma mulher?**. Tradução: Osmundo Pinho. Portal Geledés, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/38HVas0>>. Acesso em: 6 mai. 2021.

TUCHMAN, G. "Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity". **The American Journal of Sociology**, vol. 77, nº 4, p. 660-679, 1972. Disponível em: <<https://bit.ly/2WMorrP>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

TUCHMAN, G. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

VAN DIJK T.A. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, v. 2, n. 11, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2Vf6OQW>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

VASCONCELLOS, F. Os enquadramentos do Jornal Nacional sobre Lula e o escândalo do 'Mensalão'. **Revista Compolítica**, n. 4, vol. 1, ed. jan./jul. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2YnJZM5>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v.18, n. 1, p. 235-252, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3thcs1t>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WOZNIAK, A. et al. Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. **Environmental Communication**, dec. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3zM62dt>>. Acesso em: 7 mai. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.